



Alphaville: A Produção do Espaço Segregado e a Perpetuação das Estruturas de Poder

André Bacchin Casali

Dissertação de Natureza Científica para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, na Área de Especialização em Arquitetura Integrada

Orientação Científica:

Professor Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Juri:

Presidente: Professora Doutora Maria João de Mendonça e Costa Pereira Neto

Vogal: Professora Doutora Clara Germana Ramalho Moutinho Gonçalves

Vogal: Professor Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro, 2024



Alphaville: A Produção do Espaço Segregado e a Perpetuação das Estruturas de Poder

André Bacchin Casali

Dissertação de Natureza Científica para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, na Área de Especialização em Arquitetura Integrada

Orientação Científica:

Professor Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Juri:

Presidente: Professora Doutora Maria João de Mendonça e Costa Pereira Neto

Vogal: Professora Doutora Clara Germana Ramalho Moutinho Gonçalves

Vogal: Professor Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro, 2024

Resumo

A presente dissertação explora o modo como o bairro de Alphaville, em São Paulo, reflete e perpetua a segregação urbana e a perpetuação das estruturas de poder. Com base nas teorias de Henri Lefebvre e Pierre Bourdieu, a dissertação investiga como o espaço construído reflete e reforça desigualdades sociais. Lefebvre permite olhar Alphaville como uma construção social e um produto da dinâmica de poder, enquanto Bourdieu, em particular, através do conceito de *habitus*, permite uma análise da reprodução das práticas sociais e das hierarquias no ambiente urbano. A análise do percurso histórico detalha a evolução de Alphaville desde a ocupação colonial, passando pela ditadura militar, até ao desenvolvimento dos condomínios fechados contemporâneos. Destaca-se o papel dos muros como ferramentas simbólicas de domínio e controle social. A pesquisa conclui que o planejamento urbano de Alphaville não constrói apenas um espaço material, mas também um mecanismo de perpetuação de exclusividade e poder, refletindo um ciclo de segregação social que se repete e se renova ao longo do tempo. A dissertação pretende contribuir para o entendimento crítico de como o planejamento urbano de Alphaville molda e é moldado por práticas sociais que favorecem a elite.

Palavras-chave: Segregação urbana; Estruturas de poder; Habitus; Condomínios fechados; Planejamento urbano.

Abstract

This paper examines how Alphaville, a neighbourhood in São Paulo, exemplifies urban segregation and the perpetuation of power structures. Based on theories by Henri Lefebvre and Pierre Bourdieu, this dissertation investigates how built-up space reflects and reinforces social inequalities. Lefebvre allows us to look at Alphaville as a social construction and a product of power dynamics, while Bourdieu's concept of *habitus* allows us to analyse the reproduction of social practices and hierarchies in the urban environment. The paper's historical analysis details the evolution of Alphaville from colonial occupation to military dictatorship, and finally to the development of contemporary gated communities. The role of walls as symbolic tools of domination and social control is emphasised. This research concludes that Alphaville's urban planning not only constructs a material space, but also a mechanism that perpetuates exclusivity and power, reflecting a cycle of social segregation that is repeated over time. The dissertation contributes to a critical understanding of how Alphaville's urban planning shapes and is shaped by social practices that favour the elite.

Keywords: Urban segregation; Power structures; Habitus; Gated communities; Urban planning.

Agradecimentos

Aos meus pais que sempre me apoiam, ao Marcello que me aguentou ansioso, ao João com quem compartilhei o processo todo e ao Professor Daniel Jesus pela orientação.

Índice

Resumo	V
Agradecimentos	VII
Índice	VIII
Índice de Figuras	X
Glossário	2
Introdução	4
Capítulo 1 - Apresentação das Ferramentas Teóricas	7
1.1 Pierre Bourdieu	7
1.1.1 O Habitus e a arquitetura.....	9
1.1.2 Habitus: a formação de um gosto e o estilo de vida.....	11
1.2 Henri Lefebvre	13
1.2.1 A Produção do Espaço.....	14
1.2.2 Alphaville e a produção do espaço.....	15
Capítulo 2 - Alphaville	17
2.1 Percurso histórico	17
2.1.1 A Construção de um território colonial: Os sistemas de sesmarias e aldeamentos.....	17
2.1.2 O aldeamento de Barueri.....	19
2.1.3 A consolidação do aldeamento de Barueri e o espaço de disputa.....	20
2.1.4 A industrialização e a entrada no século XIX.....	22
2.1.5 O Brasil ditadura.....	24
2.1.6 Alphaville Urbanismo S.A.....	26
2.2 O Projeto Alphaville	28
2.2.1 O empreendimento Alphaville.....	28
2.2.2 Os loteamentos e evolução de Alphaville.....	33
2.3 Alphaville atualmente: Análise morfológica	35
2.3.1 Traçado viário.....	35
2.3.2 Parcelamento e organização dos lotes.....	39
2.3.3 Relação entre espaço público e espaço privado.....	41
2.3.4 Áreas verdes e topografia.....	41
2.3.5 Implicações da morfologia urbana.....	44
Capítulo 3 - Muros	45
3.1 Alphaville: um enclave fortificado	46
3.2 O lado de fora dos muros de Alphaville	47
3.2.1 Exemplo 1 – A rua como espaço residual.....	49
3.2.2 Exemplo 2 - O muro como elemento simbólico de segregação.....	51
3.2.3 Exemplo 3 - Os centros comerciais também têm muros.....	55
3.2.4 Análise dos casos pela perspectiva de Pierre Bourdieu e Henri Lefebvre.....	57
3.3 O Lado de dentro dos muros	59
3.3.1 Exemplo 1 - O único vão dos muros, a portaria como peneira social.....	62
3.3.2 Exemplo 2 - Os muros dentro dos muros.....	66

3.3.3 Exemplo 3 - Os espaços de lazer dentro dos muros.....	70
3.4 Dispositivo simbólico e estrutural de poder	73
Capítulo 4 - O lugar social do indivíduo	74
4.1. Contextualização histórica: A herança escravocrata e a estrutura social do Brasil	74
4.1.1 Exploração e escravidão	74
4.1.2 Relação entre passado e presente e a persistência da lógica escravocrata em Alphaville	76
4.2. O lugar do empregado	77
4.2.1 Acesso: Mobilidade restrita e invisibilidade.....	78
4.2.2 Segregação espacial e social	78
4.2.3 Relação de poder entre morador e empregado.....	80
4.3 O lugar do morador	86
4.3.1 A perspectiva do morador sobre o espaço	87
4.3.2 A Segurança Ostensiva e Privilegiada.....	87
4.3.3 O <i>Habitus</i> da elite, Estilo de Vida e a reafirmação do poder	88
4.4 A exclusividade e distinção.....	92
Capítulo 5 - Alphaville e o reforço dos lugares sociais por meio do lugar físico	94
5.1 O movimento cotidiano.....	94
5.2 Alphaville e a crise sanitária	97
5.2.1. Os muros como proteção e isolamento durante a pandemia	97
5.2.2 Impacto da pandemia nos enclaves fortificados.....	99
5.3 O poder do lugar social, um retrato do processo histórico.....	100
Conclusão	103
Bibliografia	105

Índice de Figuras

Figura 1 Retrato de Pierre Bourdieu. (Bernard Lambert, 1996)	7
Figura 2 Livro A Distinção: crítica social do julgamento por Pierre Bourdieu, 1979 (Editora Zouk, 2011).....	8
Figura 3 Gráfico Interpretativo - Habitus e os estilos de vida Pierre Bourdieu, A Distinção: Crítica Social do Julgamento (1979)	12
Figura 4 Retrato Henri Lefebvre (Bert Verhoeff para Anefo, 1971).....	13
Figura 5 Livro A Produção do Espaço por Henri Lefebvre, 1974	16
Figura 6 Antigo marco de Sesmaria, pintura a óleo de Eliseu Visconti (1921). (Disponível em: https://eliseuvisconti.com.br/obra/p546/)	18
Figura 7 Povoamento do território Paulista século XVI. (Petroni, 1995, p.47)	19
Figura 8 Capitania de São Vicente e Aldeamentos Jesuítas 1552-1597 (Petroni, 1995, p.78)	21
Figura 9 Aldeia de Barueri - Evolução da População (Petroni, 1995, p.244)	22
Figura 10 Círculo Caipira de São Paulo no século XIX(Petroni, 1995, p.277)	23
Figura 11 Usina Hidrelétrica de Parnahyba em 1905 (EMAE. 2024. Disponível em: http://emae.com.br/122anosparnahyba/ . Acesso em: 8 de novembro de 2024).....	24
Figura 12 General Castelo Branco, 1963 (Memorial da Democracia. s.d. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/lei-de-seguranca-traz-medo-ao-pais . Acesso em: 8 de novembro de 2024.).....	25
Figura 13 Reportagem sobre as mudanças no financiamento do BNH. (Fonte: O ESTADO, 1973, p. 30.)	27
Figura 14 Propaganda Residencial Alphaville I (Fonte: Revista Poder Aquisitivo, 1983, p. 32.)	29
Figura 15 Propaganda Empresarial Alphaville (Fonte: O Estado de São Paulo, 24 de abril de 1975, p. 20.)	30
Figura 16 Propaganda Residencial Alphaville II (Fonte: O Estado de São Paulo).....	31
Figura 17 Cartaz Filme Alphaville, Godard, 1965	32
Figura 18 Mapa de limites (própria autoria).....	33
Figura 19 Mapa Loteamentos (1979 - 2006), própria autoria	34
Figura 20 Mapa Traçado Viário, própria autoria	35
Figura 21 Mapa Eixos Principais, própria autoria	36
Figura 22 Mapa Alphaville e Grande São Paulo, própria autoria.....	37
Figura 23 Traçado do Plano Urbano Jardim América (CITY, propaganda da City de 1919)	38
Figura 24 Plano de Mobilidade de Barueri/SP – Sistema Cicloviário. Fonte: Prefeitura de Barueri, 2022. Acesso em: 19 de novembro de 2024.....	38
Figura 25 Mapa Geral Zoneamento, própria autoria.....	39
Figura 26 Vista aérea da Alameda Grajaú com lotes e recuos privativos dos prédios, própria autoria.....	41
Figura 27 Mapa Zonas Verdes do Entorno, própria autoria.....	42
Figura 28 Panfleto Publicitário Empreendimento Ghaia Tamboré.....	43
Figura 29 Parque Ecológico Tietê (Folha de Alphaville. 2024. Disponível em: https://www.folhadealphaville.com.br/cidades/barueri-reabre-tres-parques-municipais . Acesso em: 8 de novembro de 2024.)	43
Figura 30 Alameda Rio Negro. Fonte: Oscar Bressane. s.d. Disponível em: https://www.oscarbressane.com/portfolio-item/alameda-rio-negro-area/ . Acesso em: 8 de novembro de 2024.....	44
Figura 31 Livro Cidade de Muros - Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo por Teresa Caldeira, 2000	46
Figura 32 Vista da Rua Otacílio Alves Martins. (Google Street View 2024, Acesso em: 8 de novembro de 2024.).....	48

Figura 33 Mapa Avenida Yojiro Takaoka, própria autoria.....	49	https://alemdofato.uai.com.br/economia/alphaville-continua-no-prejuizo-e-vai-esfolar-seus-clientes/. Acesso em: 12 de novembro de 2024).....	62
Figura 34 Mapa de trecho da Av. Yojiro Takaoka, própria autoria	50	Figura 48 Placa de Aviso Portaria da Associação Alphaville Residencial 4 (2020, Disponível em: http://www.arcs.com.br/site/seguranca Acesso em: 12 de novembro de 2024)....	63
Figura 35 Vista Avenida Yojiro Takaoka no Google Street View (Google, 2024) ..	51	Figura 49 Entrada de automóveis, visitantes e moradores, residencial Alphaville 11 (Rosangela Casali, 2024) .	64
Figura 36 Cartaz Documentário Alphaville do Lado de Dentro do Muro de Luiza Campos, 2009	51	Figura 50 Entrada de Serviço Pedestres Residencial Alphaville 11 (Rosangela Casali 2024)	65
Figura 37 Cenas do documentário Alphaville ("Alphaville do Lado de Dentro do Muro" de Luiza Campos, 2009).....	52	Figura 51 Entrada de Serviço Pedestres Residencial Alphaville 11 (Rosangela Casali 2024)	65
Figura 38 Mapa Comparativo Residencial Tamboré I e Parque Imperial, própria autoria	53	Figura 52 Vista superior das entradas segregadas de uma portaria - Residencial Alphaville 11, própria autoria.....	66
Figura 39 Livro "Raízes do Brasil" por Sérgio Buarque de Holanda, 1936 (Companhia das Letras, 2003)	54	Figura 53 Vista aérea de um condomínio, própria autoria.....	67
Figura 40 Centro Comercial (Folha de Alphaville, 2024, Disponível em:https://www.folhadealphaville.com.br/cidades/moradores-realizam-abaixo-assinado-contramudancas-no-centro-comercial-alphaville Acesso em: 12 de novembro de 2024)	55	Figura 54 Portão Lateral (Pedro Torres, Novembro de 2024)	69
Figura 41 Fachada da padaria La Ville Elegance. (La Ville Elegance. s.d. Disponível em: https://www.lavilleelegance.com.br/a-la-ville. Acesso em: 8 de novembro de 2024.)	56	Figura 55 Muro Interno 1 (própria autoria)	69
Figura 42 Shopping Iguatemi Alphaville (Foto Divulgação Grupo Iguatemi).....	56	Figura 56 Muro Interno 2 (Pedro Torres, Novembro de 2024)	70
Figura 43 Campanha "Deixe suas moedas no bolso" no Google Street View (Google, 2024)	60	Figura 57 Alphaville Tênis Clube (ATC, 2023, Disponível em: https://alphavilletenisclube.com.br/clube/infraestrutura. Acesso em: 12 de novembro de 2024)	71
Figura 44 Vista Campanha "Quer ajudar de verdade?" no Google Street View (Google, 2024)	60	Figura 58 Clube Esportivo Residencial Alphaville 11	72
Figura 45 Vista Câmera de Vigilância no Google Street View (Google, 2024)	61	Figura 59 Entrada de Serviço, Residencial Alphaville 11 (Rosangela Casali, 2024) .	79
Figura 46 Portaria Residencial Alphaville 11 (Fernando Navarro, 2017, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bRIDwnjGXAQ&t=6s. Acesso em: 12 de novembro de 2024)	62	Figura 60 Capas das revistas Veja e Época sobre a vida sem empregada doméstica por conta da PEC. (Veja, 2012; Época, 2012. Imagem acessada em: 18 de novembro de 2024)	81
Figura 47 Portaria Residencial Alphaville 3 (Jornal Além do Fato, 2022, Disponível em: https://alemdofato.uai.com.br/economia/alphaville-continua-no-prejuizo-e-vai-esfolar-seus-clientes/. Acesso em: 12 de novembro de 2024).....	62	Figura 61 Anúncio de vaga para empregada doméstica. (Facebook, grupo "Enjoei, e aí? Londrina e Região". s.d. Acesso em: 17 de novembro de 2024)....	82
		Figura 62 Frota Segurança de empresa privada em Alphaville. (AREA. 2022. Acesso em: 8 de novembro de 2024.).....	83

Figura 63 Segurança de empresa privada em Alphaville. (AREA. 2022. Acesso em: 8 de novembro de 2024.)	83	https://www.oreporterregional.com.br/noticia/88994/iguate-mi-alphaville-inaugura-lojas-com-novas-marcas-que-elevam-experiencia-de-compras-e-lazer-na-regiao . Acesso em: 8 de novembro)	90
Figura 64 Mapa de atuação da empresa AREA no centro de Alphaville (Associação Residencial e Empresarial Alphaville, 2020).	84	Figura 67 Fachada da Escola Internacional de Alphaville. (International Schools Partnership. s.d. Disponível em: https://internationalschoolspartnership.com/escola-internacional-de-alphaville-joins-isp/ . Acesso em: 8 de novembro de 2024.)	91
Figura 65 Casa de luxo em São Paulo com garagem para 18 carros. Fonte: Forbes Brasil. 2024. Disponível em: https://forbes.com.br/negocios/2024/04/garagem-para-18-carros-e-spa-por-dentro-de-uma-casa-de-r-150-milhoes-em-sao-paulo/ . Acesso em: 12 de novembro de 2024.....	89	Figura 68 Morador de condomínio de luxo detido após ameaças (G1, 2020). Fonte: G1 São Paulo.	100
Figura 66 Interior Iguatemi Alphaville. (O Repórter Regional. 2024. Disponível em:			

Glossário

Alphaville: Urbanização planejada e de alto padrão na Grande São Paulo, caracterizada por condomínios fechados e segregação socioespacial.

Alphaville SA: Incorporadora dos projetos urbanos Alphaville.

Aldeias: Pequenos núcleos rurais ou agrupamentos espontâneos de comunidades indígenas.

Aldeamentos: Áreas criadas no período colonial para concentrar populações indígenas sob tutela religiosa.

Associação Residencial: Organização voluntária de moradores, geralmente formada em bairros ou loteamentos, para cuidar de interesses comuns, como segurança e manutenção de áreas públicas. Diferentemente do condomínio, as áreas comuns geralmente pertencem ao município, e a adesão não é obrigatória (em regra).

Bairro: Unidade espacial dentro de um município, com características sociais ou históricas específicas.

Caipira: Habitante do interior, ligado à cultura rural e ao modo de vida simples.

Condomínio: Organização de propriedades em que as áreas comuns (como ruas internas e áreas de lazer) pertencem coletivamente aos moradores. Todos os proprietários são obrigados a seguir as regras do condomínio e a pagar taxas para manutenção dessas áreas.

Distrito: Subdivisão administrativa de um município.

Fazenda: Grande propriedade rural dedicada à agricultura ou pecuária, historicamente ligada ao sistema latifundiário.

Fazenda Tamboré: Propriedade rural localizada nos municípios de Barueri e Santana de Parnaíba, que deu origem ao atual bairro planejado de Alphaville. Com o processo de expansão urbana da Grande São Paulo, suas terras foram loteadas e transformadas em um dos empreendimentos mais exclusivos da região, marcando o surgimento de condomínios de alto padrão e reforçando a tendência de segregação socioespacial.

Freguesia: Unidade territorial e eclesiástica em torno de uma paróquia, que pode evoluir para vila ou município.

Grande São Paulo: Região Metropolitana de São Paulo, maior aglomeração urbana do Brasil.

Lavradores: Trabalhadores rurais dedicados ao cultivo de pequenas propriedades ou terras arrendadas.

Loteamento: Divisão de terras em lotes para construção, com destinação de áreas para infraestrutura básica.

Município: Unidade político-administrativa autônoma, composta por áreas urbanas e rurais.

Povoado: Pequeno núcleo habitacional sem autonomia administrativa.

Sesmarias: Terras concedidas pela Coroa portuguesa para cultivo durante o período colonial.

Tamboré: Área planejada no bairro de Alphaville, também de alto padrão e voltada para classes altas.

Tropeiros: Comerciantes responsáveis pelo transporte de mercadorias no período colonial e imperial.

Vila: Assentamento intermediário entre aldeia e cidade, com funções administrativas durante o período colonial.

Introdução

Um dos aprendizados que formam o percurso de um estudante de arquitetura é a compreensão de que nenhum gesto urbano ou arquitetônico ocorre por acaso, cada espaço é fruto de vontades sociais, políticas e econômicas específicas. Com base nessa percepção, surge um interesse pessoal por investigar as origens e o desenvolvimento do bairro Alphaville¹, projeto esse marcado pela exclusividade, isolamento e as distinções de classe. Em certa medida, trata-se da oportunidade de observar o intenso cenário político e social brasileiro por meio do espaço construído.

A escolha do tema desta dissertação: “Alphaville: A Produção do Espaço Segregado e a Perpetuação das Estruturas de Poder”, surgiu a partir do reconhecimento de que a análise crítica do espaço urbano e dos pensamentos de planejamento do lugar revelam as dinâmicas sociais construídas e construtoras do modelo de cidade analisado. Este trabalho centra-se em Alphaville, o bairro de condomínios fechados no estado de São Paulo, que é considerado um retrato da segregação e das disparidades sociais presentes no Brasil.

Esta pesquisa é uma continuidade da reflexão e trabalho iniciados na unidade curricular de Laboratório de Projeto III, orientada pelo professor Daniel Jesus e centrada no tema "Arquitetura e Ideologia". Entre as questões discutidas ao longo dos exercícios da cadeira, destacou-se a relação entre escassez e excesso na produção da arquitetura e a oposição entre a arquitetura social e a arquitetura de luxo. Uma das questões levantadas foi que, enquanto o século XX dedicou boa parte de sua atenção a discutir como a população de baixa renda deveria ser acomodada e organizada no espaço urbano, porém, um interesse da atualidade pode surgir da observação da forma como as elites vivem, ocupam o espaço e as correspondentes implicações para o conjunto da sociedade. Ou seja, perseguir a essência na sua origem, não como os pobres são organizados, mas o que faz com que eles devam ser organizados da forma que são. Buscar, no fundo, a origem da escassez e investigar o excesso, entendida a correlação entre ambos. Esse questionamento guia a presente pesquisa para investigar como Alphaville se insere em um contexto histórico e ideológico, que molda e é moldado pelo urbanismo contemporâneo.

Para embasar e dar lastro teórico ao trabalho, as teorias de Henri Lefebvre e Pierre Bourdieu desempenham um papel central. Lefebvre, com sua teoria da produção do espaço, permite que Alphaville seja compreendido não apenas como um conjunto de espaços construídos na materialidade, mas como uma construção social ativa, onde o espaço é tanto um produto quanto um agente das relações de poder e das dinâmicas sociais. Complementando essa análise, o conceito de habitus de Pierre Bourdieu fornece uma chave interpretativa para entender como Alphaville é estruturado e vivenciado por seus moradores. O habitus, entendido como um conjunto de disposições internalizadas que orientam o comportamento e a percepção

¹ Refere-se aqui ao bairro de Alphaville localizado nas cidades Barueri e Santana de Parnaíba no Estado de São Paulo

dos indivíduos, traduz uma forma de entender como as práticas sociais de exclusividade e segregação são transmitidas e reforçadas através da arquitetura e do urbanismo.

Essas ferramentas teóricas serão postas em conjunto com uma análise do processo histórico formador de Alphaville. Para isso, alguns temas serão explorados, como a construção do território colonial brasileiro e as dinâmicas sociais formadoras e formadas por esse processo. Além disso, será analisado o contexto de criação do projeto de Alphaville e os símbolos que moldaram seu conceito.

Após essa compreensão do cenário histórico, a pesquisa parte para uma análise morfológica que analisa e discute problemáticas ao redor de um importante elemento no pensamento urbano de Alphaville, o muro. O objetivo desta análise é compreender o impacto deste dispositivo nas mais variadas dimensões e formas que ele ali apresenta, observando-o como barreira física e simbólica.

Como continuidade desta análise, a pesquisa pretende analisar o lugar social dos indivíduos que habitam o lugar físico, ou seja, como o lugar planejado e construído cria e legitima determinados espaços sociais de poder e as hierarquias e os constituem. Essa análise vai montar um cenário urbano focando nos indivíduos, seus poderes, direito ou não direito ao espaço construído, sempre tendo em conta a arquitetura e o espaço urbano como mecanismo denunciador dessas dinâmicas.

Por fim, será dedicado um espaço a reflexões de momentos e situações que demonstram o modo como a “Produção do Espaço Segregado” contribui na “Perpetuação das Estruturas de Poder”. Ou seja, exemplos de situações que carregam em si os rastros do processo histórico e das dinâmicas de poder, revelando sintomas de todo esse panorama na construção do lugar material e simbólico de Alphaville.

Sintetizando:

1. Compreender a relação entre a produção do espaço urbano em Alphaville e a perpetuação das estruturas de poder e segregação social, utilizando as teorias de Henri Lefebvre e Pierre Bourdieu como lentes analíticas principais.
2. Analisar como a arquitetura e o urbanismo de Alphaville refletem e reforçam as desigualdades sociais, com foco na articulação com o conceito de *habitus* de Bourdieu.
3. Explorar o impacto do percurso histórico e social da formação de Alphaville, considerando os contextos políticos e econômicos, como a exploração do território colonial, a escravidão e a ditadura, para compreender a continuidade e ruptura de padrões de exclusão e controle.
4. Investigar as práticas espaciais que sustentam o isolamento e a segregação de classes em Alphaville, avaliando as implicações dos muros, traçado viário, organização dos lotes e acesso controlado, e como isso contribui para a reprodução de um estilo de vida específico da elite.

5. Identificar os elementos simbólicos e práticos que tornam Alphaville um exemplo paradigmático da arquitetura que sustenta e perpetua desigualdades, utilizando a análise morfológica e histórica como base para discutir a interação entre espaço físico e comportamento social.

Capítulo 1 - Apresentação das Ferramentas Teóricas

Este capítulo tem por objetivo explicitar as linhas teóricas que servirão de lente de análise para o tema. Para amarrar o tema do trabalho e os casos de estudo estão dois autores que farão parte desta pesquisa, Pierre Bourdieu (1930-2002) e Henri Lefebvre (1901-1991). Estes dois teóricos trabalham a reflexão sobre o espaço de maneiras complementares, ainda que com focos distintos. Enquanto Lefebvre, com a teoria da produção do espaço, explora espaço como instrumento e resultado de relações de poder, influenciando a vida cotidiana e as estruturas sociais, Bourdieu, investiga como as estruturas sociais são incorporadas nos indivíduos através do conceito de *habitus*, refletindo-se também no espaço físico, que por sua vez reafirma e perpetua essas estruturas.

Estas duas lentes de estudo permitem analisar como a arquitetura e o urbanismo de Alphaville podem ser vistos como manifestações físicas de práticas sociais. A articulação entre teoria e prática é essencial para entender as interações entre o espaço e a sociedade, e como elas moldam comportamentos, identidades e hierarquias.

1.1 Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu (1930–2002), sua obra contempla o estudo das estruturas sociais e da dinâmica do poder. Ele desenvolveu conceitos como *capital cultural* e *habitus*, que descrevem como o comportamento e as escolhas dos indivíduos são moldados por fatores sociais e pela posição que ocupam nas estruturas de poder. Seu trabalho muito interessa para esta pesquisa, pois explora a reprodução das desigualdades sociais, destacando o papel das instituições educacionais e culturais nesse processo.

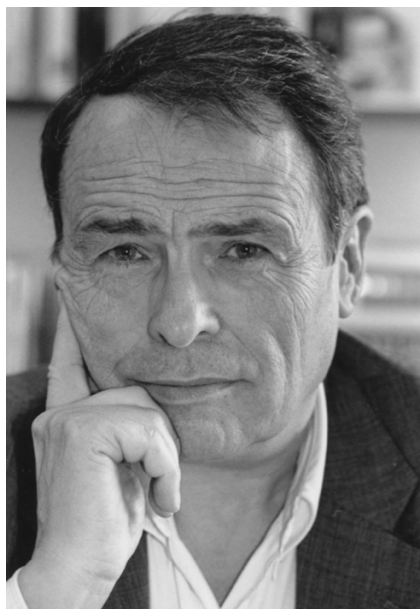


Figura 1 Retrato de Pierre Bourdieu. (Bernard Lambert, 1996)

A abordagem do conceito de *habitus*, elaborado por Bourdieu, permite compreender de onde surgem e como se cristalizam as ações humanas, tanto individuais como coletivas. Este conceito permite realizar uma análise sobre a complexidade das práticas sociais e como elas são influenciadas pela história e cultura de uma sociedade. No fundo, o conceito de *habitus*

permite uma leitura das ações humanas não como atos isolados, mas como resultantes de processos diversos, ou seja, predisposições moldadas pelo contexto social.

O conceito de *habitus* se refere, segundo Bourdieu, a um sistema de chamadas disposições duráveis e transferíveis que orientam o pensamento, as percepções e as ações dos indivíduos. No contexto da teoria de Bourdieu, disposições são tendências internas e pré-condicionadas que definem o modo de interação do indivíduo com o mundo. Essas disposições são duráveis, enquanto padrões de pensamento e comportamento que se desenvolvem e persistem ao tempo. E são transferíveis, pois podem ser aplicadas e adaptadas a diferentes situações, mesmo que o contexto original se altere.

Para exemplificar essa dinâmica, pode-se pensar em uma pessoa que é educada com determinadas normas e valores no contexto familiar. Esse conjunto de normas e valores vai ser transferido, replicado e adaptado à escola, trabalho, vida social etc.

Um ponto importante a ressaltar é que estas são disposições adquiridas ao longo da vida, principalmente na infância, influenciadas pela cultura e pela experiência social, ambas profundamente ligadas à classe social de origem.

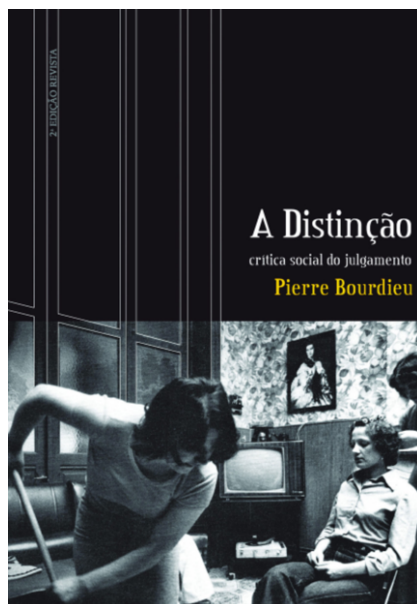


Figura 2 Livro A Distinção: crítica social do julgamento por Pierre Bourdieu, 1979 (Editora Zouk, 2011)

Portanto, o *habitus* permite explicar como as estruturas sociais são internalizadas pelos indivíduos e depois reproduzidas nas suas ações e representações. Traduz o modo como o contexto social molda ações de indivíduos, de maneira coerente com as suas origens, mesmo que ele mude de ambiente ou situação contextual. Essa estrutura é responsável por moldar os gostos e preferências, como Bourdieu explica na introdução de sua obra, *A Distinção* de 1979:

De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características

das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas. E, deste modo, a análise estatística mostra, por exemplo, que oposições de estrutura semelhante às que se observam em matéria de consumo cultural encontram-se, também, em matéria de consumo alimentar: a antítese entre a quantidade e a qualidade, a grande comilança e os quitutes, a substância e a forma ou as formas, encobre a oposição, associada a distanciamentos desiguais à necessidade, entre o gosto de necessidade - que, por sua vez, encaminha para os alimentos, a um só tempo, mais nutritivos e mais econômicos - e o gosto de liberdade - ou de luxo - que, por oposição à comezaina popular, tende a deslocar a ênfase da matéria para a maneira (de apresentar, de servir, de comer, etc.) por um expediente de estilização que exige à forma e às formas que operem uma denegação da função.²

Ou seja, o argumento de Bourdieu é que o *habitus* gera padrões de comportamento, gostos e vontades de grupos, sem ser estritamente uma regra. É uma produção individual e coletiva de processos históricos. Assim, o *habitus* é simultaneamente produto das condições sociais e reprodutor dessas mesmas condições, criando um ciclo de manutenção das estruturas. Em resumo, o *habitus* guia os indivíduos em suas escolhas e ações, adaptando-se a novos contextos e ao mesmo tempo permanecendo enraizado em suas origens e valores.

1.1.1 O Habitus e a arquitetura

A produção arquitetônica é uma das mais evidentes ações humanas, a arquitetura espelha, reflete, cria e desenvolve os valores e vontades do coletivo humano. Analisar o conceito de *habitus* de Bourdieu aplicado à arquitetura, permite explorar uma extensão muito interessante desta teoria. Em particular, pretendo analisar a relação entre formas de apropriação do espaço e classe social, ou seja, usar a teoria de *habitus* como filtro interpretativo para as dinâmicas sociais no espaço.

De modo introdutório, é possível dizer que o modo como os espaços são projetados e construídos reflete e reforça as divisões de classe, sendo um exemplo perfeito da ambiguidade de como o *habitus* influencia e é influenciado pelas estruturas sociais.

Na arquitetura, distinção de classes e a presença do poder e do capital é observada no planejamento urbano, na formalidade dos edifícios, nos percursos internos. Áreas residenciais, das quais se torna exemplar o bairro de Alphaville, são frequentemente segregadas economicamente, com bairros de classe alta fundamentalmente construídos com base em casas de qualidade superior, mas também com maior acesso a serviços melhores, como escolas de qualidade “correspondente”, parques bem cuidados e centros comerciais mais luxuosos. Por outro lado, bairros de menor renda sofrem reiteradamente com a falta de infraestrutura e serviços públicos.

A segregação espacial presente nas cidades não é apenas uma consequência das condições econômicas, mas também reforço do *habitus*. Pessoas de contextos arquitetônicos

² Pierre Bourdieu, *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* (1979), 13.

distintos desenvolvem modos distintos de interagir com os ambientes físicos e sociais. Em bairros de alta renda, o *habitus* frequentemente está associado à sensação de segurança, silêncio e direito ao espaço. Já em áreas mais pobres, o *habitus* está associado à ideia de resiliência, limitação nas interações sociais e uso do espaço.

Outra possibilidade de melhor compreender a correlação entre *habitus* e a arquitetura produzida encontra-se na observação dos edifícios públicos. Escolas, por exemplo, são gritantemente diferentes em variadas zonas da cidade. Escolas em zonas ricas tendem a ser construídas com instalações mais modernas e bem equipadas, já em áreas mais pobres surgem mais facilmente sinais de negligência e da falta de recursos. Esse panorama afeta não só o desempenho educacional, mas também molda as expectativas dos estudantes, seus comportamentos e aspirações futuras, reforçando o ciclo de reprodução da hierarquia social.

Portanto, uma arquitetura que reproduz desigualdades sociais torna-se campo fértil para a investigação do *habitus*. Ela não só reflete as estruturas de poder existentes, mas também tem o potencial de transformá-las ou reforçá-las, consoante ao tipo de projeto de sociedade que traz subjacente.

Referidos ao objeto de estudo, Alphaville torna-se, portanto, um paradigma deste fenômeno social. Utilizando o pensamento de Bourdieu, também fica clara a origem de determinadas “disposições” (ou tendências) quando as contrapomos ao processo histórico de formação do próprio país, por exemplo.

Como forma ilustrativa deste processo pode-se pegar um fio histórico, a desenvolver adiante, e traçar como determinados comportamentos se perpetuam ao longo do tempo. Por exemplo:

- Atualmente, Alphaville se insere no território como um enclave urbano residencial, voltado para a classe A. O bairro ignora e se fecha aos outros espaços ao redor, exceto para ser abastecida por produtos e principalmente mão de obra;
- Alphaville surge como um enclave exclusivo para a elite econômica durante os anos 1970, em um contexto de ditadura militar;
- Para a construção de Alphaville, pessoas foram desalojadas do terreno da fazenda que já há anos estava completamente sem uso;
- Durante o século XVIII, a luta pela posse efetiva da terra motivou invasões para apropriar terras indígenas, esvaziando aldeamentos de natureza antropológica;
- No século XVII, Barueri foi um ponto de disputa, entre colonos e jesuítas, pela mão de obra indígena e pelas terras férteis que ocupavam;
- Em 1560, a fundação do aldeamento de Barueri por Padre José de Anchieta formalizou a criação de um núcleo missionário;
- Em 1557, Jerônimo Leitão recebeu a sesmaria de Barueri, posteriormente transferida aos jesuítas, que estabeleceram o aldeamento seminal;
- No século XVI, a Coroa Portuguesa distribuía terras através do sistema de sesmarias;
- Pedro Álvares Cabral desembarcou em Porto Seguro em 22 de abril de 1500 e declarou as terras já habitadas pelos povos originários como colônia de Portugal.

Esse percurso será mais explorado em um capítulo dedicado a este processo de formação histórica, porém, importa aqui perceber um padrão de comportamento responsável por construir o lugar. E, justamente, é este padrão que nos ajuda a criar uma leitura do *habitus* que Bourdieu descreve em sua teoria, e que pode identificar-se pelos seguintes elementos:

- **Isolamento e separação de classes:** Alphaville, como um enclave para a elite econômica, reflete uma disposição de isolamento e separação de classes perpetuado desde a colonização, onde áreas de prestígio eram criadas para os dominantes, isoladas dos espaços ocupados pelos grupos subjugados;
- **Desapropriação e desalojamento:** A desapropriação de terras e a migração forçada de populações vulneráveis para espaços pré-determinados são práticas que remontam ao período colonial, onde terras indígenas e de pequenos agricultores eram frequentemente tomadas pelo Estado;
- **Disputa e controle de recursos:** As disputas pelo controle das terras férteis de Barueri, entre jesuítas e colonos no século XVII, refletem a contínua luta pelo domínio dos recursos, que se manifesta modernamente na valorização imobiliária e na exclusão da classe trabalhadora dos assentamentos privilegiados;
- **Sistemática desconsideração dos direitos dos vulneráveis:** O percurso histórico analisado, desde a colonização até a atualidade, demonstra um padrão de desconsideração sistemática dos direitos das populações vulneráveis, reforçando um *habitus* de dominação e exclusão.

De modo geral, estes quatro pontos traçam um diagnóstico de tendências e comportamentos que não só são observados no processo histórico, mas também se refletem na resultante arquitetônica e urbana de Alphaville.

Portanto, essa arquitetura imaginada torna-se, à vez, produto e produtora, ou melhor, perpetuadora de uma ideologia calcada na sistemática dominação e controle. Esse perfil se mostra vivo na atual Alphaville, por meio das características que moldam o consciente coletivo do bairro: a vigilância, a segurança face a pressuposta ameaça, o apaziguamento da violência urbana com recurso à presença de uma milícia armada, o silêncio aural nos condomínios em oposição ao caos ruidoso da cidade, a profusão das câmeras a garantir uma vigilância em permanência, a segregação espacial de circulação entre classes sociais, entre outros pontos, serão abordados mais à frente.

Em suma, a análise através da ótica do *habitus* de Bourdieu garante que tais invariantes não sejam confundidas como uma mera causalidade circunstancial, ou se apresentem fruto de um “problema societal” contemporâneo. Seria incorrer em um erro simplista considerar que os muros só existem para proteger da violência, ou que as entradas dos condomínios são segregadas para organizar de forma mais eficiente a entrada de pessoas.

1.1.2 Habitus: a formação de um gosto e o estilo de vida

O pensamento do planejamento urbano estruturante de Alphaville está intrinsecamente ligado ao (conceito de) *estilo de vida*. Desde as propagandas iniciais, o empreendimento “Alphaville” sugere que ao adquirir um terreno para construção da sua casa, você adquire um estilo de vida “Alpha”. O que oferece o pretexto para refletir sobre o que significa, nestes termos, “estilo de vida”.

Pela perspectiva de Pierre Bourdieu, o conceito de estilo de vida é um conjunto de práticas e hábitos específicos de uma determinada classe social. No fundo, inscreve gostos, formas de vestir, hábitos alimentares, esportes de preferência, e outras formas de comportamento do cotidiano.

Em sua obra *A Distinção*, Bourdieu dedica o terceiro capítulo a explicitar a relação entre o *Habitus* e os estilos de vida. O gráfico abaixo demonstra a dinâmica deste processo e ajuda a compreender outras nomenclaturas recorrentes em sua obra:

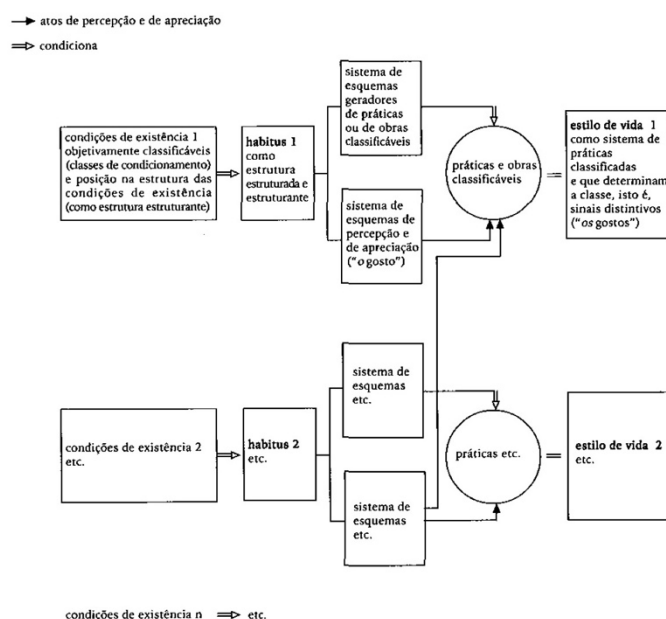


Figura 3 Gráfico Interpretativo - *Habitus e os estilos de vida* Pierre Bourdieu, *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* (1979)

O gráfico trabalha a dinâmica entre os conceitos de *condições de existência*, o *habitus*, e as *práticas sociais*. Ele mostra em primeiro lugar como as chamadas “disposições duráveis” são internalizadas através do *habitus*, e também moldadas pelas condições de existência, por exemplo, a classe social onde um indivíduo nasceu. Em contrapartida, ele mostra como essas disposições moldam as práticas e percepções que acabam por reforçar as condições sociais originais.

Na parte superior do gráfico, vemos que as condições de existência atuam como estruturas estruturantes, ou seja, são produtoras e produto. Elas definem do *habitus 1*, que são as disposições iniciais que os indivíduos desenvolvem a partir de seu contexto social. Essas disposições criadas vão orientar o modo como indivíduos percebem e interagem com o mundo, e essa interação cria percepção e apreciação, ou seja, modela o gosto. Como consequência, isso resulta em esquemas geradores de práticas e obras classificáveis, que são no fundo situações que podem ser analisadas e estudadas.

Esse esquema pode ser compreendido melhor pela análise do caso de estudo. As práticas e obras classificáveis resultantes do processo são então lidas como estilos de vida distintos. No caso de Alphaville, o estilo de vida 1 é constituído pelas práticas que refletem e reforçam a exclusividade e a segregação, por exemplo. As práticas arquitetônicas e urbanas de Alphaville, como o planejamento de condomínios fechados, a vigilância intensa e a segregação espacial, não são apenas reflexos das condições de existência, mas também atuam para perpetuar este cenário.

Em termos concretos, portanto, a arquitetura de Alphaville não é apenas um produto das disposições sociais, mas também um meio pelo qual essas disposições são perpetuadas. A segregação espacial mostra como as condições de existência influenciam a formação do *habitus* e das práticas sociais.

Se aplicarmos o gráfico elaborado por Bourdieu ao exemplo de Alphaville, uma das diversas possibilidades de resultado seria a seguinte:

Condições de existência 1: As classes sociais e as condições econômicas em Alphaville criam um *habitus* caracterizado por disposições de exclusividade e segregação;

Habitus 1: Composto por práticas e gostos que valorizam a segurança, a privacidade e a exclusão de elementos considerados indesejáveis;

Práticas e obras classificáveis: As práticas arquitetônicas e urbanas de construir condomínios fechados e de alta segurança,

Estilo de vida 1: O estilo de vida resultante é caracterizado pelo alto nível de segurança, acesso a serviços de alta qualidade e clara distinção de classes sociais.

Essas disposições e práticas se perpetuam através do tempo, criando novas condições de existência que continuam a reforçar o *habitus* original, sublinhando o chamado ciclo de reprodução social.

Em suma, a aplicação da teoria de Bourdieu exemplifica como o *habitus* atua como um mediador entre dois elementos: as condições sociais e as práticas individuais. A arquitetura e o planejamento urbano não são reflexos passivos das estruturas sociais, mas são ativamente envolvidos na perpetuação e reforço dessas estruturas. A segregação espacial é produto do *habitus* das classes dominantes, que continuam influenciando e moldando novas gerações, perpetuando assim um ciclo de desigualdade e exclusão. O gráfico de Bourdieu, portanto, oferece uma visão de como as estruturas sociais são internalizadas e reproduzidas através de práticas culturais e espaciais.

1.2 Henri Lefebvre

Henri Lefebvre (1901–1991) trabalhou conceitos de espaço social e crítica da vida cotidiana. Em seu mais célebre trabalho – *A Produção do Espaço* – argumenta que o espaço não é apenas um dado físico material, mas uma construção social influenciada pelas relações de poder, economia e cultura.

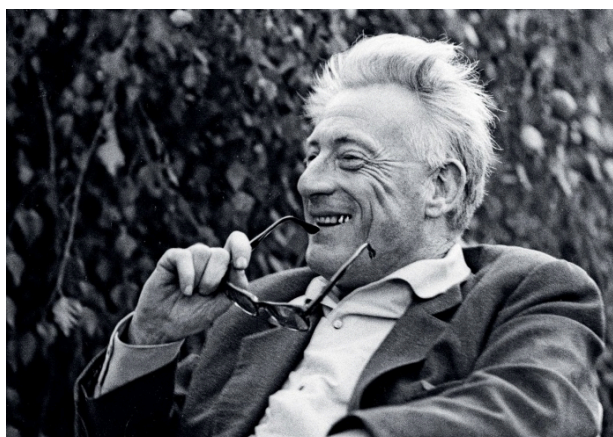


Figura 4 Retrato Henri Lefebvre (Bert Verhoeff para Anefo, 1971)

Em sua obra como um todo, Lefebvre critica o capitalismo e a alienação na vida moderna, abordando esses temas em sua análise sobre a vida cotidiana e a cidade. O seu trabalho viria a ter impacto profundo nos estudos urbanos, oferecendo novas maneiras de

entender como o espaço urbano é moldado por práticas sociais e políticas, propondo reflexão sobre o que é o projeto urbano.

1.2.1 A Produção do Espaço

Sua teoria do espaço entra nesta pesquisa como filtro interpretativo para compreender o lugar, levando em conta seu aspecto social, cultural e político. Lefebvre observa como o espaço é produzido socialmente. De modo geral, em sua teoria, o lugar não é apenas o espaço físico onde as atividades humanas se realizam, mas é, na realidade, construído e fabricado por essas atividades. Ou seja, o espaço é produto e produtor da dinâmica social. Segundo Lefebvre:

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. (...) O que é a prática espacial no neo-capitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida "privada", dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si {pressupõe} a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. A prática espacial "moderna" se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante de HLM³ no subúrbio, caso-limite e significativo; o que não autoriza negligenciar as auto-estradas e a aero-política. Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica).⁴

Ou seja, segundo Lefebvre, a prática espacial no capitalismo moderno não só organiza o espaço, mas usa essa organização como ferramenta que fragmenta a vida cotidiana, separando as esferas do trabalho, da vida privada e do lazer. Mesmo que o sistema espacial capitalista conecte essas diferentes esferas através de redes e infraestrutura, ele também reforça a alienação e a separação entre elas. A prática espacial capitalista é funcional, mas não necessariamente coerente ou integrada, especialmente para aqueles que vivem em condições precárias, como os habitantes dos subúrbios.

Para compreender melhor essa construção teórica do espaço, Lefebvre, trabalha o espaço por meio de uma tríade conceitual, dividindo o espaço em:

- 1- Espaço percebido**, que se refere à prática espacial e à experiência física real do espaço;
- 2- Espaço concebido**, que diz respeito às representações do espaço, ou seja, como o espaço é idealizado, é neste campo que entram os arquitetos e os idealizadores do espaço;
- 3- Espaço vivido**, que distingue o modo como o espaço é experimentado e vivido pelas pessoas no dia a dia. Este ponto, em especial, será muito importante durante esta pesquisa.

Sobre essa tríade Lefebvre explica:

³ Habitation à loyer modéré

⁴ Henri Lefebvre, *A Produção do Espaço* (2006), 65.

É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido sejam reunidos, de modo que o "sujeito", o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder. Eles constituem uma coerência? Talvez, nas circunstâncias favoráveis. Sem dúvida há então uma linguagem comum, um consenso, um código. Pode-se supor que a cidade ocidental, do renascimento italiano ao século XIX, teve essa chance. A representação do espaço domina e subordina o espaço de representação (de origem religiosa), reduzido a figuras simbólicas, o céu e o inferno, o diabo e os anjos. Pintores, arquitetos, teóricos toscanos elaboraram, então, uma representação do espaço, a perspectiva a partir de uma prática social, ela própria resultado, como se verá, de uma modificação histórica modificando a relação "cidade-campo". Ao passo que o senso comum, algo pouco reduzido ao silêncio, conservou mal modificado um espaço de representação advindo dos Etruscos, atravessando os séculos da romanidade e da cristandade. A linha de horizonte, a fuga e o encontro "no infinito" das paralelas, determinaram uma representação ao mesmo tempo intelectual e visual, provocando o primado do olhar numa espécie de "lógica da visualização". Essa representação, em curso de elaboração durante séculos, investe-se na prática arquitetural e urbanística: as perspectivas, o código.⁵

Em suma, Lefebvre argumenta que é essencial que o espaço vivido (as experiências subjetivas), o espaço percebido (a maneira como as pessoas visualizam e entendem o espaço) e o espaço concebido (as teorias e representações formais sobre o espaço) estejam conectados. O exemplo do período do Renascimento ao século XIX, com a revolução industrial, compreende que essas dimensões se alinharam graças ao desenvolvimento da perspectiva geométrica, que passou a dominar de forma coesa o modo como o espaço urbano era concebido e percebido.

Essas três categorias, que analisam a produção do espaço, permitem a Lefebvre conceitualizar o espaço, simultaneamente, como produto de um determinado processo, e processo que produzirá algo. Em outras palavras, ele observa o espaço como resultado de práticas sociais históricas (o processo histórico) e, ao mesmo tempo, um processo contínuo de transformação e produção.

São, portanto, esses conceitos que são usados como uma das lentes interpretativas deste trabalho, justificadas pela sua abordagem complexa e multifacetada do conceito de lugar. O olhar do autor para o espaço enfatiza a sua natureza social e transformadora, e aponta o caráter de conflito e contradição que envolve sua construção. É, no fundo, um olhar para o espaço que transcende o físico e atinge a compreensão das dinâmicas sociais que envolvem o lugar.

1.2.2 Alphaville e a produção do espaço

Das diversas ideias de Lefebvre que suscitaram muito interesse a este trabalho uma delas é central para compreender o processo histórico de construção do lugar "Alphaville". O autor, em sua pesquisa, trabalha o conceito da *construção imagética e simbólica do lugar*. Segundo o autor:

⁵ *ibid.*

Nenhum espaço desaparece completamente, abolido sem traços. Mesmo Tróia, Suse ou Leptis-Magna persistem nos espaços superpostos, ocupados pelas cidades sucessivas. ⁶.

Este excerto explora a ideia de que um espaço não desaparece completamente ao longo do tempo, mas permanece como uma série de camadas sedimentares sobrepostas que se transformam. Mesmo quando cidades e civilizações antigas são destruídas ou abandonadas, seus vestígios físicos, culturais e simbólicos perpetuam-se no tempo, influenciando os novos espaços que surgem. Essa continuidade espacial significa que cada nova ocupação é influenciada pelos elementos do passado que persistem.

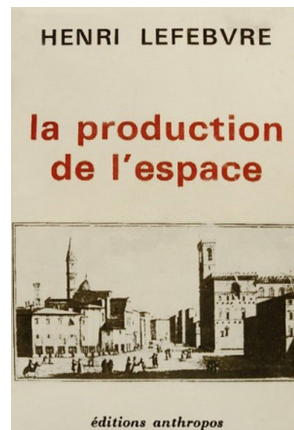


Figura 5 Livro A Produção do Espaço por Henri Lefebvre, 1974

Seguindo a linha deste raciocínio, o espaço urbano não é simplesmente apagado e refeito do zero, mas é transformado por gerações sucessivas, resultando em uma complexa sobreposição de tempos, culturas e tendências. As cidades contemporâneas, mesmo em seus aspectos mais modernos, carregam as camadas dos espaços anteriores, esses vestígios podem ser físicos (como ruínas ou traçados urbanos), ou culturais e simbólicas (como memórias e representações). A ideia central é que o espaço é produzido enquanto processo dinâmico e histórico, onde o passado e o presente se encontram e interagem, criando uma continuidade espacial que nunca é completamente abolida.

Essa construção sedimentar resulta dos vários lugares que já ocuparam aquele espaço. No caso de Alphaville, porém, será interessante compreender como a consciência da ancestralidade deste espaço tem sido escondida e até negada ao longo do seu processo de criação. Isso se dá, como veremos, repetidas vezes nesta pesquisa, porque a história de Alphaville é uma história de disputa e conflito. O apagamento da história da sociedade e vida indígenas em Barueri e Santana de Parnaíba, corresponde à intenção de apagar a existência de um grupo de pessoas cuja evocação cai fora do domínio simbólico que se pretende referencial.

Este aspecto da teoria de Lefebvre trará para a pesquisa uma ferramenta indispensável para mapear a origem deste lugar simbólico de Alphaville. Esse rastreamento de uma origem de Alphaville permitirá explorar como a concepção de um lugar, nos anos 70, “aterrissou” sobre outro, escondendo por baixo de si a história anterior de luta, disputa e resistência do povo indígena, pelo direito à permanência em suas terras.

⁶ ibid. p. 230

Capítulo 2 - Alphaville

Este capítulo pretende formar uma base para o trabalho, como um diagnóstico composto em três principais pontos: história, formação e composição do lugar. Primeiro, uma análise histórica da formação de Alphaville tem como objetivo compreender o bairro como um sintoma. Sintoma este, de uma vontade política específica objetivada no tempo e no espaço, mas, que é resultado de um processo amplo e abrangente. Em seguida, começa-se um percurso para compreender materialmente o lugar, no fundo a materialização do projeto no contexto histórico apresentado.

Esse contexto histórico é produzido em um caldo de cultura que constrói o urbanismo de Alphaville. Os processos e movimentos históricos que estão em questão, podem ser resumidos em alguns pontos que serão abordados ao longo deste capítulo:

- A construção de um território colonial;
- O assenhoreamento de terras indígenas;
- O Brasil durante a ditadura e o fantasma do comunismo;
- A lógica econômica de um Brasil aberto às multinacionais e fechado ao autossustento;
- A ideia de futuro dos anos 70;
- A arquitetura como imunização;
- O medo e a segurança como justificativos para a construção de uma distopia.

A história de Alphaville, portanto, em certa medida, é uma amostra do percurso histórico do Brasil. Esse percurso narrativo começa, em geral, com a chegada dos portugueses ao continente, ponto que reclama particular atenção: que a história do Brasil e seus processos de evolução não começa em 1500, mas que tal concepção se generaliza por conta de um apagamento histórico que desconsidera o que havia anteriormente, fazendo desta data o ponto de partida.

Compreender este processo de apagamento é também muito necessário para entender as lógicas de poder no contexto brasileiro. O próprio termo “descobrimento” do Brasil apaga a existência das civilizações indígenas nativas, a criação dos chamados aldeamentos indígenas apaga e assimila línguas e costumes, da mesma forma que a incorporadora responsável pela construção de Alphaville diz que antes dos anos 70 “tudo era mato”, e apaga a história de disputa sobre aquele território.

Disputa, portanto, é o termo preciso para caracterizar o processo de formação deste lugar, parafraseando Lefebvre: um lugar (que) nunca some sem deixar rastros. O objetivo, neste momento histórico, é compreender que rastros são estes, suscetíveis de denunciar ainda o passado do lugar.

2.1 Percurso histórico

2.1.1 A Construção de um território colonial: Os sistemas de sesmarias e aldeamentos

A ocupação do território brasileiro está associada a um conjunto de eventos e decisões que serão aqui descritos, com foco (deste trecho) em dois pontos importantes: os sistemas de sesmarias e os aldeamentos indígenas. Para isso, duas fontes de pesquisa embasam este

subcapítulo: *Sesmarias e o Mito da Primeira Ocupação*, artigo da pesquisadora Maria Márcia Menendes Motta, publicado em 2004; e o importante texto *Aldeia e Aldeamento de índios*, do pesquisador Aroldo de Azevedo, publicado em 1959.



Figura 6 Antigo marco de Sesmaria, pintura a óleo de Eliseu Visconti (1921). (Disponível em: <https://eliseuvisconti.com.br/obra/p546/>)

As terras onde hoje está Alphaville faziam parte das vastas extensões sob controle da Coroa Portuguesa e estavam sob as leis e a organização política do império. A Coroa, a partir do século XVI, distribuía as terras que lhe pertenciam através do sistema de sesmarias. O sistema surgiu no ano de 1375, sob o reinado de Fernando I, com o objetivo de superar a crise agrícola da época, em contexto da peste europeia. A importação deste sistema, para o Brasil-colônia, visava incentivar o cultivo e a ocupação efetiva do território, concedendo grandes áreas a indivíduos ou instituições que se comprometessem a desenvolver a agricultura e a pecuária. Com o passar do tempo, a região em que hoje está implantado Alphaville é cedida como sesmaria, para a criação do aldeamento de Barueri.

Um adendo importante, os chamados aldeamentos eram uma das várias ferramentas de organização e controle durante o período colonial. O objetivo deste sistema era forçar não só à conversão religiosa dos indígenas ao cristianismo, mas também permitir sua assimilação cultural e econômica, expandindo o controle do império colonial português na América. Neste período, a Coroa intensificou seus esforços para explorar e controlar o interior do território brasileiro, ainda largamente desconhecido e habitado por uma vasta e diversa população indígena.

A diferenciação entre conceitos de Aldeia e Aldeamento é discutido por diversos autores, segundo Aroldo Azevedo em *Aldeia e Aldeamentos de índios*, a distinção entre aldeia

e aldeamento está na “espontaneidade” da aldeia, que aparecia, desaparecia, ou se transformava perante a necessidade dos indígenas. Já os aldeamentos possuem esse caráter religioso, cristão e “artificial”, quando comparados às aldeias.

Entretanto, são os aldeamentos de índios, de origem religiosa ou leiga ... serve para distinguir tais aglomerados “criados”, daqueles outros, tipicamente “espontâneos”.⁷

A compressão destes termos ajuda na percepção de como a criação de um aldeamento seguia as vontades e necessidades dos colonizadores, e se tornava um instrumento de manipulação, tanto cultural como geográfico.

Em suma, esses dois instrumentos, tanto o sistema de sesmarias como a dinâmica dos aldeamentos, institucionalizam a apropriação de terras e moldaram as fundações dos processos políticos e sociais seguintes.

2.1.2 O aldeamento de Barueri

O surgimento do aldeamento de Barueri é uma grande evidência das primeiras medidas de organização territorial e missionária do Brasil colonial. Para guiar este excerto do trabalho, a principal referência é a pesquisa de Katiane Soares Verazani, *Assenhorar-se de Terras Indígenas: Barueri - Sécs. XVI-XIX*⁸.

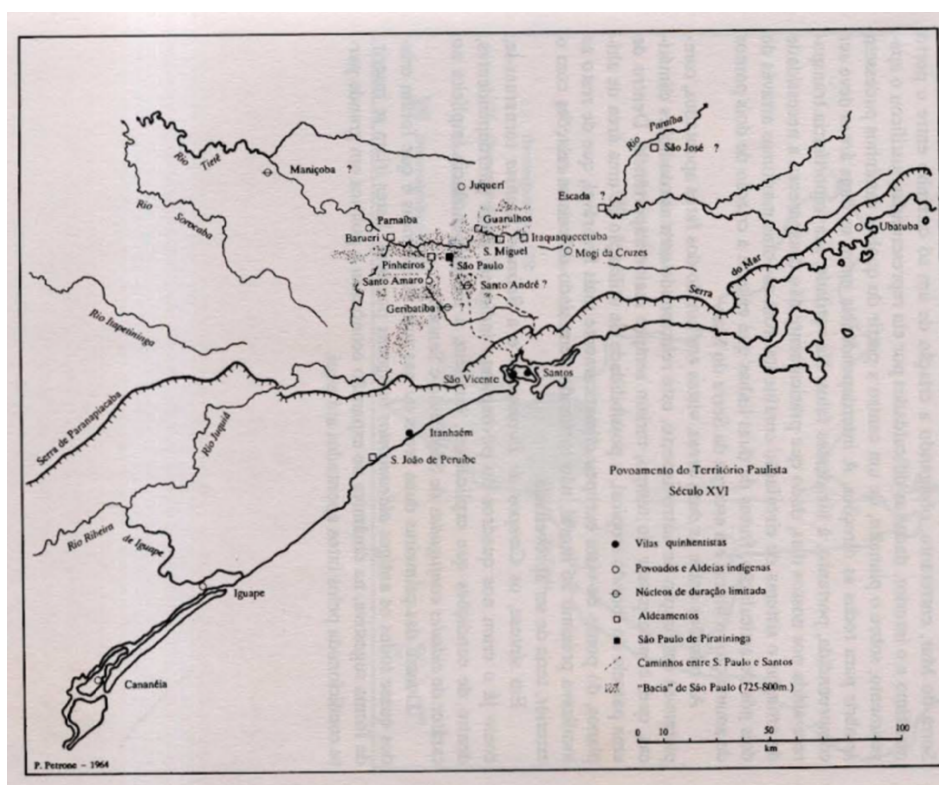


Figura 7 Povoamento do território Paulista século XVI. (Petrone, 1995, p.47)

⁷ AZEVEDO. 1959. p. 26.

⁸ Katiane Soares Verazani, *Assenhorar-se de Terras Indígenas: Barueri – Sécs. XVI-XIX* (Dissertação de mestrado em História Econômica, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009).

O nascimento deste processo de assenhramento, aplicado a Barueri, tem início em 1557, quando Jerônimo Leitão, então governador da capitania de São Vicente, recebe como sesmaria o que mais tarde viria a ser a Fazenda Barueri. Três anos depois, Leitão transfere a posse dessa terra aos jesuítas, ordem religiosa já profundamente envolvida na catequese dos povos indígenas.

Com a sesmaria sob comando jesuíta, e este sob a orientação do Padre José de Anchieta, as terras passaram a abrigar um aldeamento com indígenas oriundos de Pinheiros e de São Miguel. A escolha deste local gera um resultado interessante aos jesuítas, pela proximidade com o colégio jesuítico, em São Paulo. A carta ⁹ de 11 de novembro de 1560, onde Anchieta detalha planos da construção de um espaço para realização de missas na região torna-se em documento histórico importante neste processo, ao estabelecer um núcleo de prática religiosa e organização comunitária.

Esta versão histórica pode ser enriquecida pela perspectiva de Regina dos Santos. Segundo ela, no artigo *Alphaville e Tamboré: Circunstâncias Históricas Medievais na Apropriação de Terras para Condomínio de Alto Padrão*¹⁰, publicado 2006, a documentação oficial que aborda a história das terras de Barueri revela um quadro muito complexo. Uma questão que reclama atenção é o fato da existência de documentação sobre a doação de outras sesmarias, como Carapicuíba, Itapoecerica e São José. O fato é que não haveria espaço para cada terra possuir seis léguas em quadra (5760 Acre), como sugerem os documentos. Regina dos Santos, portanto, conjectura que as dimensões dessas sesmarias sugerem sobreposições territoriais. Isso é um demonstrativo do descuido em relação à propriedade indígena e um conhecimento deficiente por parte da Coroa Portuguesa do território colonial sob seu controle.

Este conjunto de informações permite apontar que a fundação do aldeamento de Barueri ocorreu por volta de 1560, com a influência direta dos Jesuítas, mas apenas formalizada em 1580, quando os indígenas solicitaram a sesmaria como proteção contra a apropriação de suas terras por terceiros. Em 1656, um documento oficial reforçou a concessão das terras de Barueri com uma nova sesmaria, assegurando três léguas em quadra ao longo do Rio Tietê.

Em todo este processo, é importante notar que os habitantes originais de Barueri não eram nativos da área, mas sim indígenas realocados, seja por bandeirantes ou por jesuítas, de várias regiões do território brasileiro. Esse panorama é importante, pois demonstra a abordagem impositiva do império português sobre o povo indígena, caso em que esse modo de dominação se torna num dos dados que se distingue transversalmente na análise de Alphaville, como lugar imaginado e vivido.

2.1.3 A consolidação do aldeamento de Barueri e o espaço de disputa

⁹ Acta da Câmara da Vila de São Paulo, 24 de setembro de 1633. (AESP. *Carta de Joseph de Anchieta ao padre Manuel da Nóbrega*. In: Anexos. SILVA, Elias. 1995. *Barueri: História Revista e Documentada, 1560-1994*)

¹⁰ Regina Célia Bega dos Santos, "Alphaville e Tamboré: Circunstâncias Históricas Medievais na Apropriação de Terras para Condomínio de Alto Padrão," *Boletim Paulista de Geografia*, nº 85 (2006): 71–86.

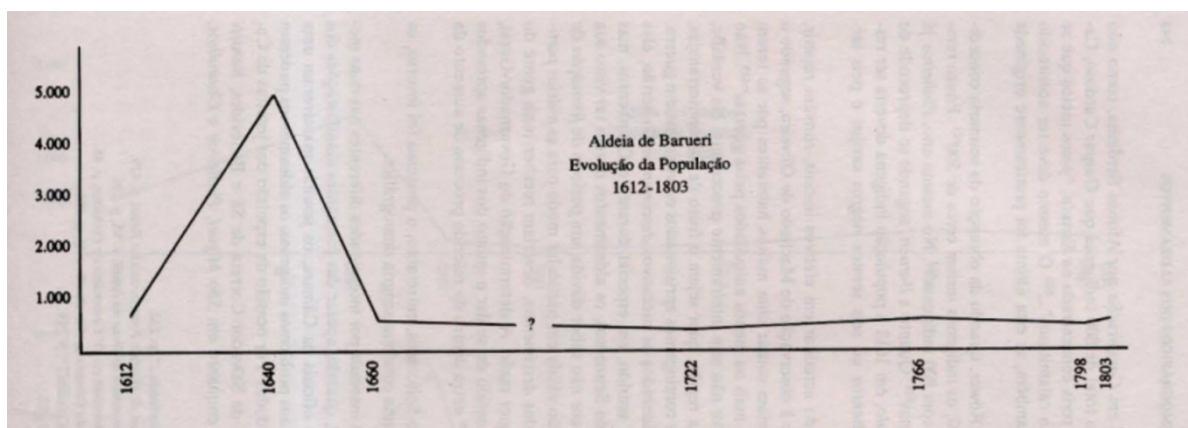


Figura 9 Aldeia¹¹ de Barueri - Evolução da População (Petroni, 1995, p.244)

Após essa expulsão, o sistema de funcionamento dos aldeamentos entra em colapso, marcando o início de um declínio para Barueri. Este processo está registrado em um documento histórico¹² da Câmara de São Paulo, datado de 24 de setembro de 1633, e nele se ilustra um ato da autoridade colonial em resposta a essa desestabilização: os oficiais do império deveriam tomar posse da Aldeia de Barueri, fechar a igreja e proibir a pregação dos padres. Essa decisão mostra a vontade em consolidar a jurisdição real e dismantlar a autonomia de que gozavam os jesuítas, base sobre a qual os indígenas pudessem reivindicar.

A expulsão dos jesuítas em 1640, embora temporária, durando treze anos, desencadeou um período de deterioração dos aldeamentos, incluindo Barueri, provocado pela exploração desenfreada dos colonos sobre os indígenas e suas terras. Este cenário teve a conivência das Câmaras Municipais, indispostas a impedir o roubo e a exploração dos recursos.

É durante o século XVIII, porém, que há um avanço no real apossamento das terras indígenas. Neste período, a posse efetiva da terra tornou-se o principal critério para conseguir a posse legal, o que criou um movimento de invasões para tomar as terras indígenas, e assim esvaziar os aldeamentos. Na região de São Paulo, por exemplo, em 1739, terras que provavelmente pertenciam aos aldeamentos de Pinheiros e Barueri foram concedidas em sesmaria a Francisco Rodrigues Penteado, o fundador do Sítio Tamboré. Apesar disso, há registros de que em 1763 o aldeamento passou a ser administrado pela Ordem Carmelita, mostrando que a extinção religiosa não foi definitiva.

Em 1798, o aldeamento de Barueri tornou-se uma freguesia. A igreja de Nossa Senhora da Escada, que era parte do aldeamento, foi reconhecida como capela filial de Parnaíba em 1809. Este reconhecimento, ao mesmo tempo que marca a continuidade do poder da igreja na região, também reflete a decadência do aldeamento como entidade indígena e sua transformação gradual em um povoado.

2.1.4 A industrialização e a entrada no século XIX

A entrada no século XIX traz consigo uma transformação na demografia de Barueri, a população de lavradores começa a se fixar ao redor do antigo aldeamento, muitas vezes em terras indígenas. Já os indígenas, por sua vez, frequentavam a igreja somente para missas e

¹¹ Aldeia neste caso descreve um agrupamento habitacional de pequena escala, tipicamente formado em contextos rurais.

¹² Acta da Câmara da Vila de São Paulo, 24 de setembro de 1633.



Figura 11 Usina Hidrelétrica de Parnaíba em 1905 (EMAE. 2024. Disponível em: <http://emae.com.br/122anosparnaHYba/>. Acesso em: 8 de novembro de 2024)

Com a construção de uma hidrelétrica em Parnaíba, Barueri tornou-se ainda mais essencial na logística disposição de materiais e trabalhadores, potencializando seu desenvolvimento. A margem esquerda do Rio Tietê viu o bairro de Aldeia de Barueri perder expressão.

As fazendas Barueri e Tamboré, adquiridas pelo Ministério do Exército no final do século XIX, limitaram a expansão urbana de Barueri em uma direção, mas isso não conteve seu crescimento demográfico e econômico, que culminou na sua emancipação como município em 24 de dezembro de 1948, pela Lei n.º 233, assinada pelo governador Adhemar de Barros, consolidando Barueri como município, e o aldeamento original como seu distrito.

No final do século XIX, a região percebe-se industrializada e com uma promessa de progresso e desenvolvimento. Esse cenário é o que se mantém até à segunda metade do século XX, com a fazenda de Barueri ainda nas mãos da família Penteado, aguardando oportunidade para melhor capitalizar suas terras.

2.1.5 O Brasil ditadura

Durante grande parte do século XX as terras de Barueri estiveram em posse da família Penteado. É durante a ditadura, porém, que este cenário muda completamente. O regime ditatorial brasileiro e sua origem golpista constitui tema amplo, alheio ao foco que aqui incide sobre a compreensão do contexto de formação do Bairro de Alphaville. Entretanto, entender este processo e cenário político é imprescindível para compreender o pensamento, e caracterizar a sociedade da época.

A ditadura militar brasileira durou de 1964 a 1985, período em que se transformou profundamente o desenvolvimento urbano do país. O contexto de repressão política e econômica teve impacto direto na formação de espaços como Alphaville. Uma das características do regime foi a política de modernização e desenvolvimento econômico, que

favorecia projetos de infraestrutura de grande porte, como a ponte Rio-Niterói ou a Rodovia Transamazônica. Muitas vezes, estes grandes projetos eram aprovados negligenciando direitos humanos e ambientais, em prejuízo do foco que estava na expansão, ao serviço de pressuposta ordem e progresso.



Figura 12 General Castelo Branco, 1963 (Memorial da Democracia. s.d. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/lei-de-seguranca-traz-medo-ao-pais>. Acesso em: 8 de novembro de 2024.)

Um dos aspectos que permitiu movimentos importantes de crescimento e modernização, neste período, foi a Política de Segurança Nacional. Embora a Lei de Segurança Nacional não implementasse diretamente projetos urbanos, ela criou um ambiente político e social que favorecia a mobilidade dos militares para a construção de políticas específicas.

A Lei de Segurança Nacional, instituída em 1967, foi um instrumento legal que conferiu ao governo militar poderes amplos, sob o pretexto de garantir a segurança interna e combater o que era percebido como ameaça ao regime. No fundo, a lei legitimava justificava a repressão contra opositores ao regime, principalmente grupos de esquerda, como os comunistas. Com a implementação da Lei, o governo federal centralizou o poder, e com o controle rígido sobre a sociedade, os militares puderam executar projetos de infraestrutura de grande escala, sem enfrentar grandes obstáculos, tanto legais como oposição da sociedade civil.

A ausência de oposição resultava do fato de que qualquer resistência, ou protesto contra projetos de interesse governamental, era rapidamente retaliado, inclusive em termos da luta ambiental, ou dos direitos humanos. Isso abriu caminho para o governo avançar com os projetos de desenvolvimento sem o atrito implicado na negociação com uma oposição, isentando-o de lidar com protestos significativos. Com esse poder, aliado aos interesses dos militares e da classe dominante brasileira, o governo tinha facilidade para desapropriar terras, desabrigar comunidades, e abrir espaço para projetos de infraestrutura.

Novamente, surge a questão da disputa de terras no território brasileiro. Relacionando este tema com o pensamento de Bourdieu, é possível perceber a reprodução de um comportamento central e importante. As terras em disputa, quando não são apropriadas pelos colonizadores portugueses, são pela classe militar, ou pela elite cafeeira, ou pela elite política. Em suma, no contexto da ditadura brasileira, usa-se a Lei para construir um ambiente favorável ao domínio da terra pelas elites.

Além da questão material ligada à Lei de Segurança Nacional, é importante salientar o valor simbólico e ideológico deste momento. Como já foi dito, a lei visava garantir a ordem e combater tudo quanto era percebido como “ameaça comunista”. Assim, a ideia de segurança se torna um valor essencial para a sociedade da época, e isso molda o pensamento executor dos espaços urbanos, e se tornava diretiva para o modo como eles eram planejados e construídos. Alphaville emerge nesse contexto, como reflexo do desejo de uma cidade segura e controlada.

Pode-se inclusive conjecturar que o fantasma do comunismo, instrumentalizado pelo regime militar, influenciou a criação de espaços fechados e vigiados, permitindo que as classes mais altas vivessem isoladas das questões sociais incômodas das grandes cidades: ironicamente, comprova-se o afloramento da violência como uma das resultantes diretas da segregação e da desigualdade. Não obstante, Alphaville seria concebida como enclave seguro, imunizado do caos urbano e dos seus potenciais perigos.

Outro ponto chave deste período foi a chamada abertura econômica, que surgiu durante a ditadura, onde se incentivou a entrada de diversas multinacionais no Brasil. Esse movimento visava promover a industrialização e a modernização do país, influenciando a criação de zonas industriais e subseqüentes infraestruturas necessárias ao seu funcionamento.

A criação de Alphaville está diretamente ligada à este contexto. Localizada próxima a São Paulo, a região surge como ideal para o estabelecimento de multinacionais, que buscavam aliar o espaço de trabalho bem estruturado ao local de habitação para seus executivos. Essa presença deu força ao empreendimento imobiliário na região e impulsionou investimentos comerciais e de serviços.

Ou seja, o surgimento de Alphaville é resultado direto do processo golpista de 1964, entremeado de uma ideologia de dominação e controle. O bairro que surge neste caldo de cultura traz em seu espaço simbólico diversos traços ideológicos, como rastros que revelam simultaneamente uma intenção e uma origem.

2.1.6 Alphaville Urbanismo S.A.

Como parte crucial do processo histórico de Alphaville, cabe compreender o posicionamento da empresa por trás do empreendimento que transformou por completo a paisagem de Barueri e criou um novo paradigma habitacional no Brasil. A atual empresa, Alphaville Urbanismo S.A., nasce de uma outra empresa, a Construtora Albuquerque, Takaoka Ltda., fundada em 1951. Abaixo, segue fio cronológico¹³ resumido da empresa, suas atuações e transformações:

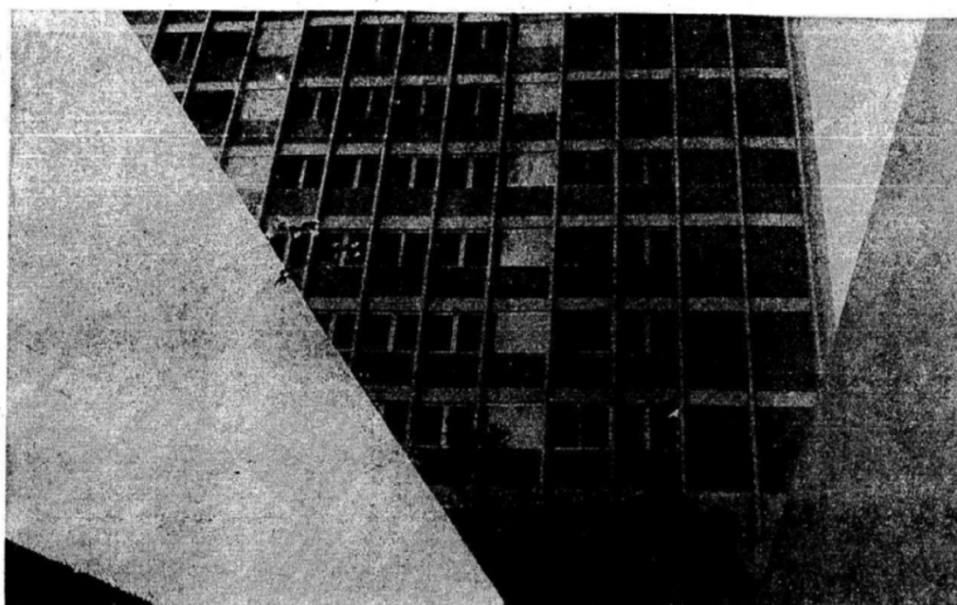
- Inicialmente, a construtora atuava como empreiteira de obras públicas e civis, e até o ano de 1970 as obras públicas eram a parcela mais importante do seu faturamento;
- Entre 1967 e 1974, a Construtora Albuquerque, Takaoka se introduz com mais força no ramo habitacional, por conta do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), financiado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). O SFH foi um programa do governo militar iniciado em 1964, que visava facilitar o acesso à casa própria, com o objetivo de reduzir

¹³ Sandra Regina Roiphe, *Uma Análise da Evolução do Programa de Necessidades nas Residências do Alphaville Residencial 10* (dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2007).

o déficit habitacional. Para isso, o programa oferecia financiamentos a longo prazo e com juros subsidiados: o sistema operava principalmente com recursos do FGTS e da caderneta de poupança. Este movimento permitiu que empresas como a Albuquerque, Takaoka expandissem sua atuação no ramo habitacional;

- Após quase dez anos de expansão do seu projeto habitacional, em 1973, a construtora se introduz no ramo urbanístico, dando início ao empreendimento que está sendo analisado no trabalho, o Centro Industrial e Empresarial Alphaville, localizado em Barueri. Esse projeto desenvolveu o modelo de urbanização que a empresa viria a replicar em várias outras cidades brasileiras, e o sucesso desse empreendimento foi crucial para a mudança de foco da empresa, que passou a se especializar em replicar os condomínios residenciais fechados;
- Foi apenas em 1995 que a Alphaville Urbanismo S.A. foi formalmente criada, vocacionando a antiga Construtora Albuquerque, Takaoka Ltda. para o foco em urbanização. Após essa transformação, a empresa expandiu seus empreendimentos para diversos estados do Brasil, sempre implementando o seu modelo de condomínios fechados como referente conceitual;
- A partir de 2008, a Alphaville Urbanismo S.A. se volta para projetos complexos que envolvem a concepção de cidades inteiras, como o Alphaville Brasília, em Cidade Ocidental, Goiás. Essa fase marca a retomada de um modelo de urbanização de fato mais abrangente, semelhante ao desenvolvido em Barueri.

30 — O ESTADO DE S. PAULO



Apartamentos de luxo: juro maior e prazo menor, se o governo insistir em criar obstáculos para construtoras

Rigor contra luxo no BNH

Figura 13 Reportagem sobre as mudanças no financiamento do BNH. (Fonte: O ESTADO, 1973, p. 30.)

Portanto, a formação da empresa Alphaville Urbanismo S.A. resulta do processo iniciado pela Construtora Albuquerque, Takaoka Ltda., como empreiteira, que derivou na sua

especialização em urbanização, objetivada por meio da materialização de condomínios fechados, que disseminou pelo Brasil.

2.2 O Projeto Alphaville

2.2.1 O empreendimento Alphaville

O percurso de caracterização até aqui apresentado, permite enquadrar no imaginário o contexto histórico que culminaria no início do projeto de Alphaville. Em 1974, a Construtora Albuquerque & Takaoka inicia o empreendimento nas terras de Barueri, até então uma região periférica, e pouco valorizada na Grande São Paulo.

A escolha de Barueri apresentava características fundiárias específicas que facilitaram a aquisição das terras para o projeto, já que os preços eram à época relativamente baixos, permitindo à construtora ampliar a ambição do projeto enquanto economizava na aquisição fundiária. Como foi explorado neste trabalho, a região era marcada por terras aforadas, pertencentes à União, o que implicou um processo de negociação com órgãos públicos e a utilização de instrumentos jurídicos como a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU). Arranjo que, liberou a área para o início das obras.

O projeto de Alphaville visava então construir um núcleo autossuficiente, integrando tipologias residenciais, comerciais e de serviços, oferecendo aos moradores não apenas um espaço para viver, mas um “novo estilo de vida”.

Antes de continuar nesse percurso do projeto, talvez seja interessante revisitar o que aqui se representa enquanto “estilo de vida”. Recuperando o conceito convocado anteriormente por um dos teóricos chave desta pesquisa, Pierre Bourdieu, o estilo de vida apresenta-se como manifestação concreta do *habitus* de um indivíduo ou grupo social. O *habitus*, que como já foi dito, se refere a um conjunto de disposições internalizadas, hábitos, gostos e maneiras de agir, que são adquiridos ao longo do tempo, especialmente através das experiências sociais, e principalmente pela posição ocupada dentro de uma determinada classe social.

ALPHAVILLE
PODER AQUISITIVO

Quem mora em Alphaville...



Frequenta um clube assim.



É elegante assim.



É exigente assim.



E tem todos os demais bons hábitos que caracterizam uma classe de alto poder aquisitivo.

Figura 14 Propaganda Residencial Alphaville I (Fonte: Revista Poder Aquisitivo, 1983, p. 32.)

Ou seja, a gênese de Alphaville está ligada à intenção de criar um modo de vida específico, apanágio de uma classe de alto poder aquisitivo. Este estilo de vida tinha como base segurança, qualidade de vida e exclusividade. Esses pontos são registrados em diversas propagandas publicitárias do período.

A estratégia de marketing da Construtora visava associar o empreendimento ao paraíso, isolado dos problemas urbanos comuns, como a violência e o caos de São Paulo. A imagem de uma comunidade segura, cercada por muros e com controle rigoroso de acesso, atraiu rapidamente a elite paulistana, que via no empreendimento a possibilidade de fugir da crescente insegurança, degradação das áreas centrais de São Paulo e se aproximar da natureza por meio de um planejamento urbano arborizado e “verde”.

Escritórios no campo a 20 minutos do centro.

Para empresários Paulistas ou não, a nova Cidade de São Paulo oferece um novo conceito: "campo" e "cidade" em um só lugar. Um centro empresarial construído no campo pela Alphaville, Takaoka.

Um ambiente de trabalho em contato com a natureza, com áreas de recreação, piscinas, quadras, clubes, lojas, restaurantes, escolas, centros de lazer, pontos de estacionamento e tudo que você precisa para trabalhar em um ambiente seguro e agradável. A 20 minutos do centro de São Paulo, em uma área de 2.000 hectares, a nova Cidade de São Paulo oferece um novo conceito: "campo" e "cidade" em um só lugar. Um centro empresarial construído no campo pela Alphaville, Takaoka.

OV Alphaville

ALFV PARA EMPRESAS A 20 MINUTOS DO CENTRO

Cidade planejada e construída por

CONSTRUTORA ALBUQUERQUE TAKAOKA S.A.

Av. dos Bandeirantes, 222 - Fone: 267-4014 e 267-2142

Leve o escritório da sua empresa para o campo.

Figura 15 Propaganda Empresarial Alphaville (Fonte: O Estado de São Paulo, 24 de abril de 1975, p. 20.)

A busca do projeto por construir um lugar inovador, autossuficiente e seguro, também se reflete na escolha do nome do empreendimento. Mas, curiosamente, por via travessa, apontamos também para uma crítica a esse ideal: com efeito, intitula o filme de Jean-Luc Godard, de 1965, onde uma cidade distópica, Alphaville, é marcada por um controle absoluto das subjetividades e possui características futuristas que instiga o imaginário do que poderia ser a cidade, na segunda metade do século XX. O empreendimento de Alphaville em Barueri, no fundo, materializa a cidade onde tudo é objeto de um controle, dentro da paisagem urbana contemporânea.

Alphaville Residencial: o bairro sofisticado, que já virou moda.



Alphaville Residencial foi criado nos moldes dos bairros elegantes que surgiram nos arredores de Nova York e de outras cidades que cresceram demais.


Tem tudo o que as pessoas que estão acostumadas a viver bem exigem: conforto, segurança, privacidade, nobreza.

60 famílias privilegiadas já estão construindo suas casas nesse pedaço de terra sofisticado. Tem mais uma porção de V.I.P. consultando seus arquitetos.

Se você quiser mudar pra lá, chame seu marido e corra! A moda está pegando e logo, logo, vai ser difícil pertencer a "Alphaville set".

Alphaville fica a 20 minutos da rua Augusta, 15 minutos da Linha 1 metrô. 5 minutos dos shopping centers Pinheiros e Ibirapuera e a 8,5 km do metrô da Casa do Batato e em breve ainda mais perto, com a conclusão das obras do "Leblão".
Visite o novo e nobre Bairro Alphaville. Das 8 às 18 horas.
Telefones: 429 2537 - 429 2399

Propriedade e Gerenciado:

 **CONSTRUTORA
ALBUQUERQUE
TAKAOKA S.A.**

Maramba Norte, 122

Tele: 284374, 2892642

287 2311

Figura 16 Propaganda Residencial Alphaville II (Fonte: O Estado de São Paulo)

No filme de Godard, porém, Alphaville apresenta-se como metrópole futurista onde a tecnologia governa todas as esferas da vida, não só o espaço físico da cidade. No filme, há uma supressão da individualidade em nome da ordem, ausência de emoções e pensamento crítico, em favor de uma racionalidade fria e desumanizada. Essa metáfora serve como uma crítica à modernidade, onde o progresso técnico é alcançado à custa das perdas de liberdade e de humanidade.



Figura 17 Cartaz Filme Alphaville, Godard, 1965

Ironicamente, o empreendimento Alphaville, se inspira no filme buscando os ideais de controle, segurança e isolamento e tem como produto desses ideais a segregação e violência. O projeto cria uma "bolha" de conforto e exclusividade para os habitantes, afastando-os da criminalidade e do caos urbano. Porém, essa proteção culmina na segregação social e urbana. Ao criar uma barreira física e simbólica entre os moradores de Alphaville e as comunidades ao redor, o projeto reforça as desigualdades estruturais, contribuindo para a fragmentação do tecido social e urbano.

No fundo, a ideologia por trás do projeto de Alphaville pode ser claramente explicada pelo filme: é o produto de um ideal que acredita que a violência se combate com repressão e vigilância. O resultado disso é o que Alphaville materializa em termos de separação e segregação.

2.2.2 Os loteamentos e evolução de Alphaville

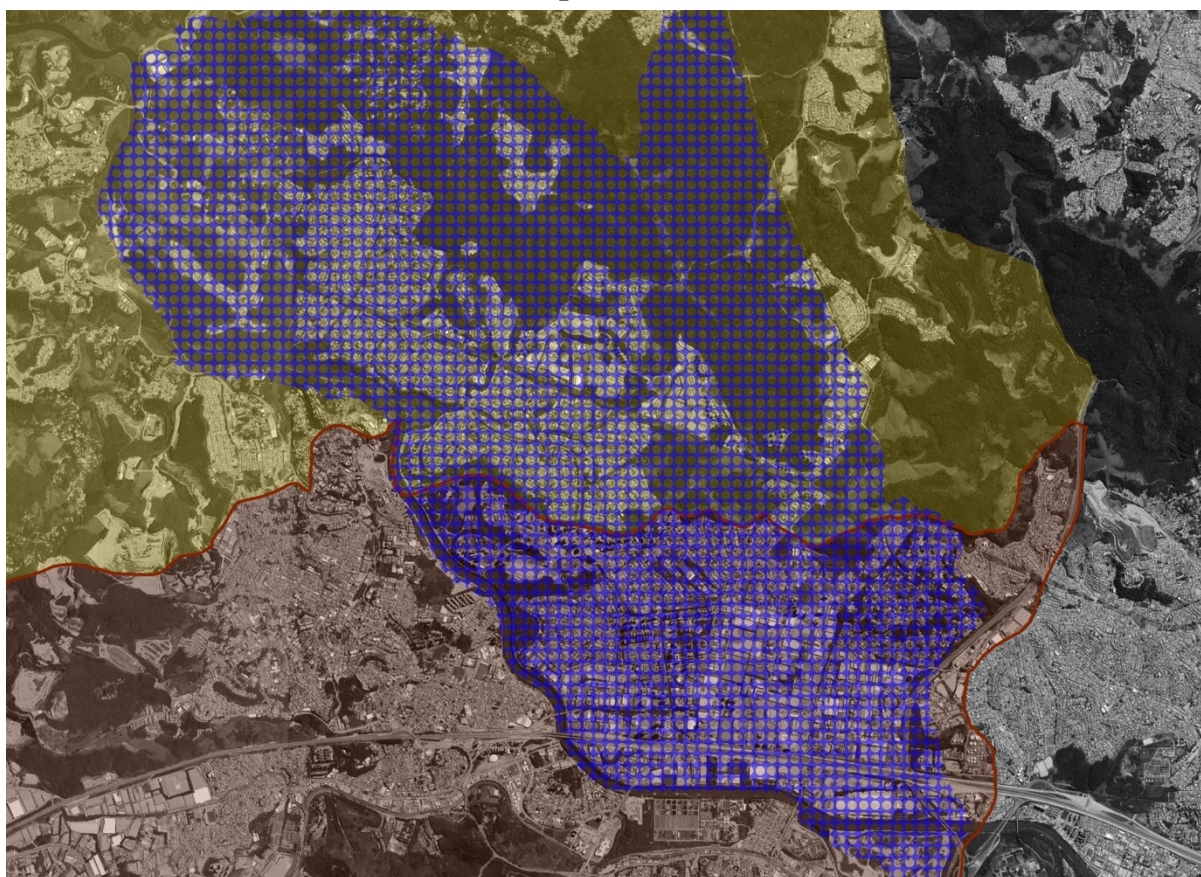


Figura 18 Mapa de limites (própria autoria)

Legenda: em amarelo Santana de Parnaíba, em vermelho Barueri e em azul o que compreende o bairro Alphaville

Da escolha do nome e do início do projeto em 1974, até os dias de hoje, Alphaville passou por um enorme crescimento e valorização imobiliária. O que havia começado com um polo industrial e dois condomínios residenciais cresceu muito com o passar dos anos. Esse crescimento atraiu não só novos moradores, mas também novas incorporadoras que promoveram a construção de diversos condomínios, verticais e horizontais. Abaixo segue a lista que explica resumidamente o surgimento dos principais loteamentos no bairro Alphaville ao longo dos anos, separados por construtora responsável e indicados de acordo com as respectivas cores no diagrama da figura 18:

- **Alphaville Residencial 0 ao 12 (Azul):**
 - **Município:** Barueri e Santana de Parnaíba
 - **Incorporador:** Albuquerque Takaoka
 - **Ano de Entrega:** 1979 a 1993
 - **Áreas Totais:** Entre 45,3 ha e 122,2 ha
 - **Quantidade de Lotes:** Entre 404 e 1209
 - **Área Média dos Lotes:** Entre 441,47 m² e 849,99 m²
- **Tamboré 1 a 11 (Amarelo):**
 - **Município:** Barueri e Santana de Parnaíba
 - **Incorporador:** Tamboré S.A.
 - **Ano de Entrega:** 1988 (lançamento) até a década de 2000
 - **Áreas Totais:** Entre 40,7 ha e 180,0 ha

- **Quantidade de Lotes:** Entre 350 e 1000
- **Área Média dos Lotes:** Entre 420 m² e 2000 m²
- **18 do Forte, 19 do Forte III, Alphaplus, Alphasitio, Alphaville Burle Marx, Alphaville Res. 14 e Emp. 7 (Roxo):**
 - **Município:** Principalmente Santana de Parnaíba
 - **Incorporador:** Alphaville Urbanismo, Suprenv, Alphasitio Incorporações
 - **Ano de Entrega:** 1997 a 2005
 - **Áreas Totais:** Entre 10,8 ha e 130,5 ha
 - **Quantidade de Lotes:** Entre 118 e 513
 - **Área Média dos Lotes:** Entre 539,52 m² e 589,37 m²
- **Gênese I e II (Ciano):**
 - **Município:** Santana de Parnaíba
 - **Incorporador:** Y. Takaoka
 - **Ano de Entrega:** 2004 a 2006
 - **Áreas Totais:** 119,0 ha e 152,7 ha
 - **Quantidade de Lotes:** Entre 420 e 466
 - **Área Média dos Lotes:** Entre 480,7 m² e 681,49 m²
- **Melville (Rosa):**
 - **Município:** Santana de Parnaíba
 - **Incorporador:** Castilho
 - **Ano de Entrega:** 1993
 - **Área Total:** 30,7 ha
 - **Quantidade de Lotes:** 124
 - **Área Média dos Lotes:** 758,19 m²



Figura 19 Mapa Loteamentos (1979 - 2006), própria autoria

Importante salientar mais uma vez que a lista acima trata de loteamentos que se organizam como associações, esse sistema é vulgarmente chamado de condomínio. Porém, para esclarecimento, há uma diferença desde a base legal e natureza jurídica até o modo específico de gestão deste modo de organização. Para esta pesquisa optou-se por selecionar este recorte dos enclaves fortificados da região.

2.3 Alphaville atualmente: Análise morfológica

Este fragmento do trabalho será dedicado à análise morfológica de Alphaville. Esta é uma etapa fundamental para compreender as dinâmicas urbanas que estruturam o território analisado. Este subcapítulo tem como objetivo detalhar os aspectos morfológicos de Alphaville, abordando seu traçado viário, organização dos lotes, relação entre os espaços públicos e privados e áreas verdes e topografia.

Esta análise urbana de Alphaville revela os modos de organização do espaço físico, que mais tarde servirá de base para discutir a repercussão deste sistema no âmbito social. Com base nessa análise, será possível interpretar Alphaville enquanto modelo urbano, suas características predominantes e o impacto destas escolhas projetuais.

A morfologia urbana de Alphaville é principalmente marcada pela presença de condomínios fechados, vias bem definidas, concentração dos centros de consumo e inscrição em “áreas verdes”. Esses elementos formam a base do planejamento urbano deste bairro.

2.3.1 Traçado viário

O traçado viário que molda o urbanismo de Alphaville revela uma estrutura planejada para maximizar e otimizar o acesso de automóveis. O traçado é hierarquizado, sendo dividido entre vias principais, em geral de acesso público, que funcionam como eixos de conexão externa, e vias secundárias, que organizam o tráfego interno e acessam diretamente os condomínios residenciais.

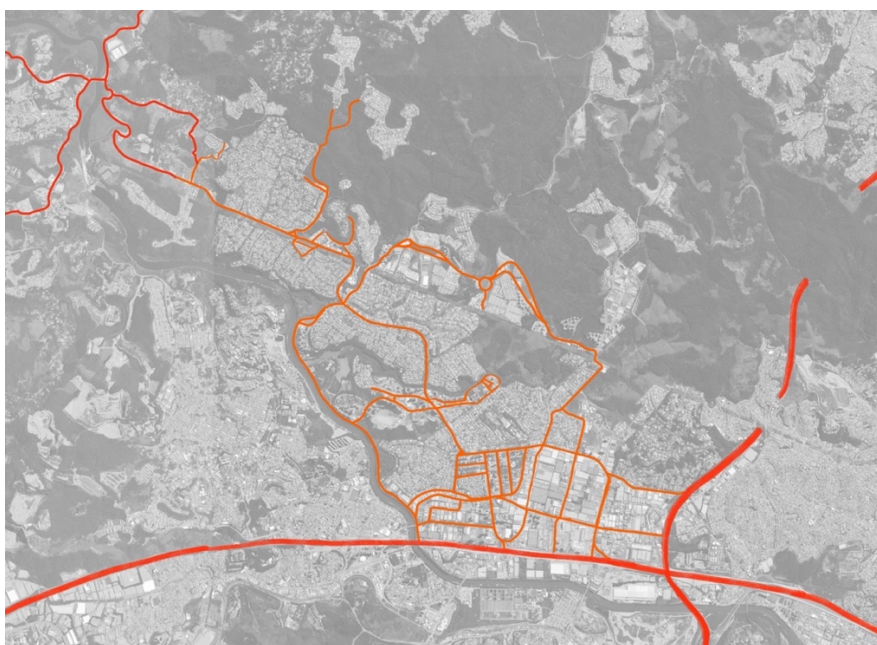


Figura 20 Mapa Traçado Viário, própria autoria

Legenda: em vermelho, vias de acesso, em laranja, principais vias de acesso público

O acesso à Alphaville é realizado pela Rodovia Castelo Branco que dá acesso à três eixos principais. Em relação à quem vem da direção de São Paulo, a primeira entrada é o acesso ao que chamaremos de “eixo A”, esta entrada dá acesso direto ao centro empresarial e industrial de Alphaville. A segunda entrada, que chamaremos de “eixo B” dá acesso ao centro de Alphaville, pela Alameda Rio negro. A terceira entrada, dá acesso ao “eixo C”, e segue a margem do rio Tietê.

Esses três principais eixos formam as vias de “escoamento” de tráfego de automóveis para os condomínios, e é seguindo estes eixos que estão distribuídos os espaços de serviço e comércio. Os eixos A e C desembocam no eixo B, que forma por sua vez a coluna vertebral das vias de Alphaville. Segue abaixo um resumo das vias que compõem estes eixos, também ilustradas na figura 20:

- Eixo A (vermelho): acesso pela Rodovia Castelo Branco à Avenida Piracema → Avenida Piraíba → Avenida Mackenzie → Estrada Paiol Velho → Avenida Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues que dá Acesso à Avenida Yojiro Takaoka.
- Eixo B (laranja): acesso pela Rodovia Castelo Branco à Alameda Rio Negro → Alameda Mamoré → Avenida Alphaville → Avenida Yojiro Takaoka que dá Acesso à Estrada Municipal Bela Vista.
- Eixo C (popularmente Via Parque) (amarelo): acesso pela Rodovia Castelo Branco à Avenida Pirambóia → Avenida Doutor Dib Sauaia Neto → Rua Duque de Caxias → Avenida Universitário que dá Acesso à Avenida Yojiro Takaoka.

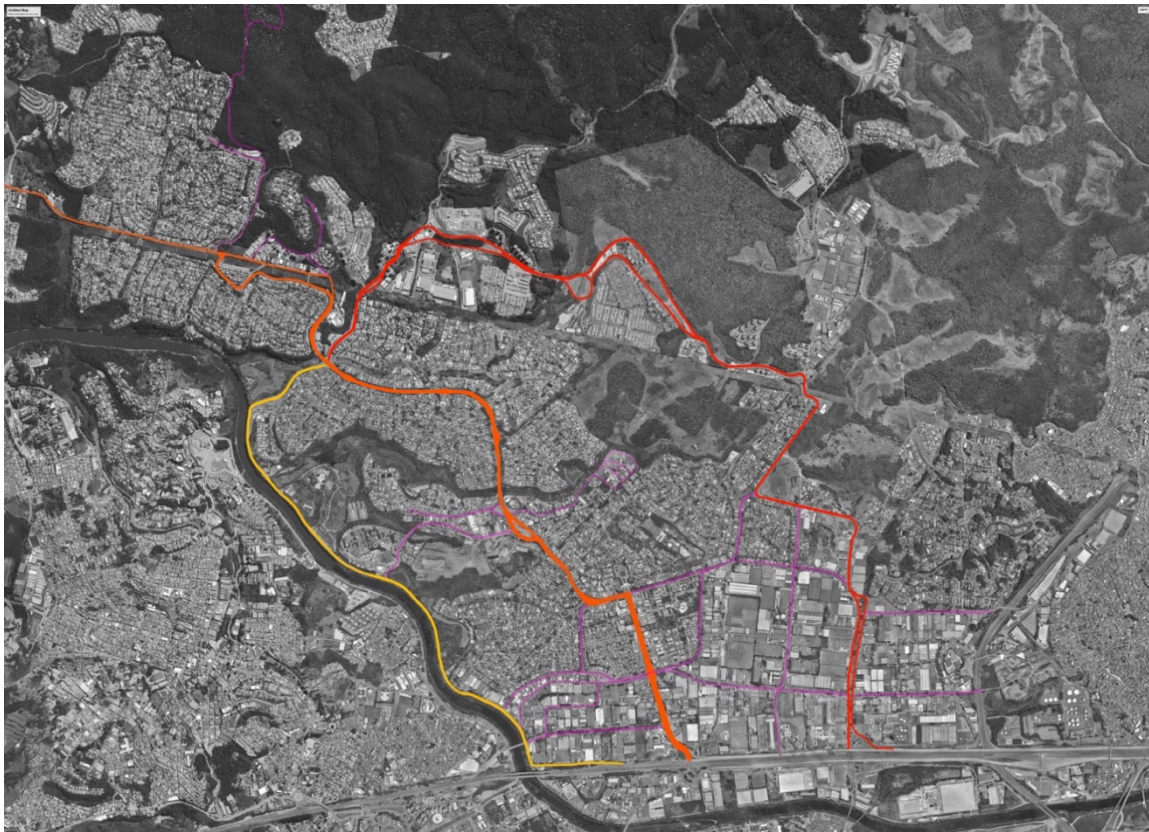


Figura 21 Mapa Eixos Principais, própria autoria

Legenda: em vermelho, Eixo A, em laranja, Eixo B, em amarelo, Eixo C e vias secundárias em roxo

Estes eixos principais concentram o fluxo de entrada e saída do bairro, conectando Alphaville à Rodovia Castelo Branco que leva à cidade de São Paulo e à Região Metropolitana. Outro acesso se dá pelo Rodoanel (anel viário que circunda a grande São Paulo), que permite acesso direto a outras áreas da Grande São Paulo sem atravessar o núcleo urbano de Barueri. Essas avenidas são caracterizadas por suas larguras generosas e possuem infraestrutura para receber um grande volume de veículos. Entretanto, com o crescimento vertiginoso de empreendimentos imobiliários, principalmente verticais, o aumento de tráfego não tem sido comportado pela estrutura existente.

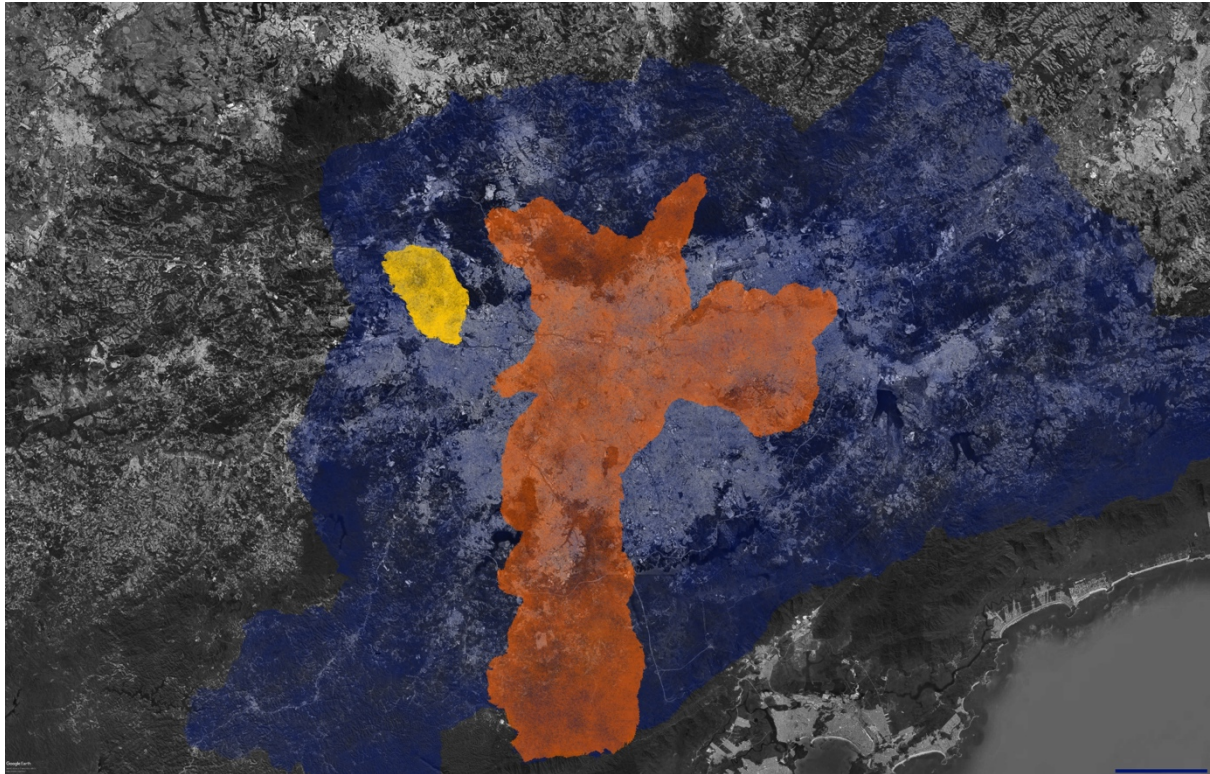


Figura 22 Mapa Alphaville e Grande São Paulo, própria autoria

Legenda: em azul, Grande São Paulo, em laranja, Capital São Paulo, em amarelo Alphaville

Como já foi dito o objetivo destes eixos é facultar o acesso às vias secundárias que compõem o traçado dos condomínios. Esse traçado se diferencia por um desenho mais sinuoso e irregular, ao contrário do padrão regular dos centros comerciais de Alphaville, por exemplo. A intenção deste modelo de planejamento é dificultar o fluxo de veículos externos e criar uma sensação de privacidade e isolamento. Esse desenho é muito comum em paradigmas do urbanismo de elite em São Paulo, como o bairro do Jardim Europa¹⁴, que impede a formação de rotas de passagem para não moradores e reforça o controle sobre quem circula nessas vias. Em Alphaville esse traçado atende também a demanda estética de um urbanismo “naturalizado paisagisticamente”, com referência aos subúrbios americanos.

¹⁴ Bairro tradicional da cidade de São Paulo projetado por Hipólito Gustavo Pujol Jr. Em 1922. Marcado por casarões de elite e um urbanismo paradigma de exclusão social.

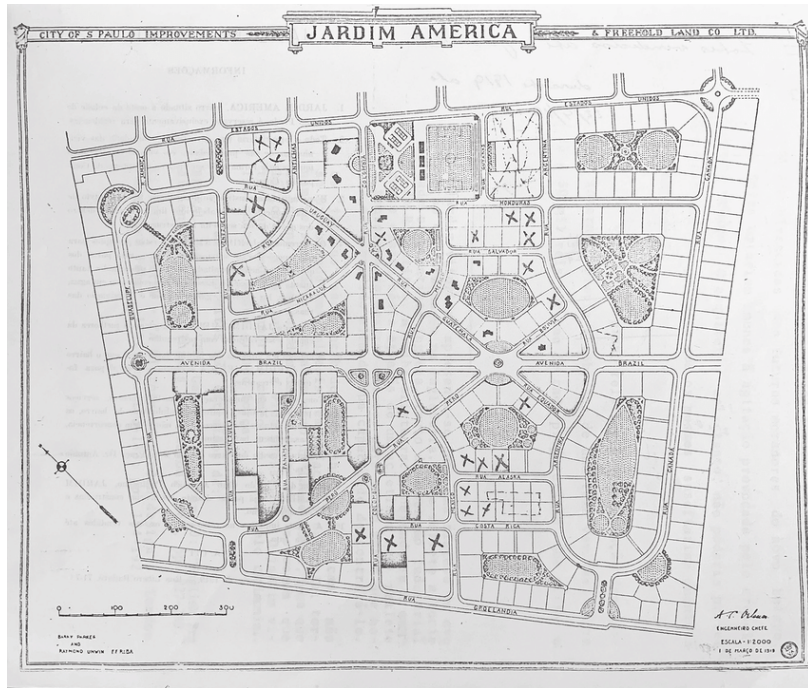


Figura 23 Traçado do Plano Urbano Jardim América (CITY, propaganda da City de 1919)

Parte essencial do traçado viário é o sistema de acessos controlados. Os condomínios são conectados às avenidas principais por vias menores, que levam diretamente às portarias, onde o acesso é rigidamente monitorado. Esse formato impede o acesso irrestrito das avenidas às áreas dos condomínios, com muros e portarias que limitam a circulação e transformam as ruas internas em espaços exclusivos.

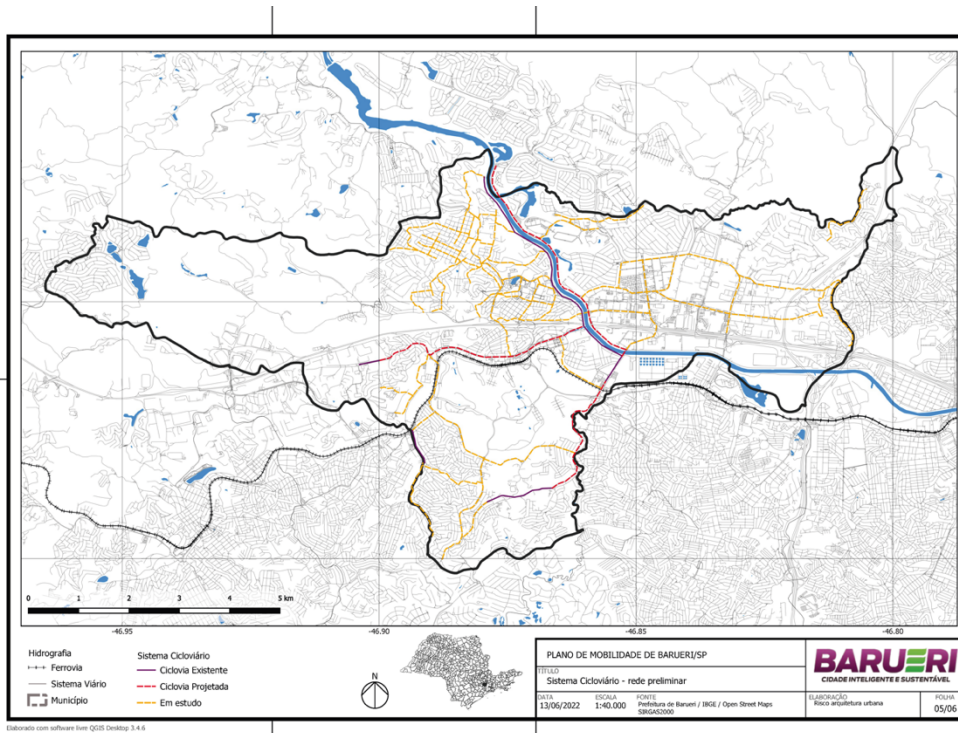


Figura 24 Plano de Mobilidade de Barueri/SP – Sistema Ciclovitário. Fonte: Prefeitura de Barueri, 2022. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

Como fica claro, este traçado viário favorece o uso intensivo do automóvel, com pouca integração com sistemas de transporte público eficientes. As largas avenidas e os acessos rápidos às rodovias incentivam a dependência do carro como principal meio de transporte, impossibilitando a circulação de pedestres e limitando a mobilidade de quem não possui veículo próprio. Atualmente existem vias dedicadas para ciclistas, porém essas vias não se conectam com os bairros ao redor e promovem sobretudo uma utilização de lazer, voltado para os moradores, em detrimento da possibilidade de utilização com efetivo caráter de transporte.

2.3.2 Parcelamento e organização dos lotes

No que diz respeito ao parcelamento e organização dos lotes, o Urbanismo de Alphaville é marcado pela setorização baseada nos diferentes tipos de uso do solo. O parcelamento dos lotes é construído seguindo uma lógica de zoneamento, onde áreas residenciais, comerciais e empresariais são delimitadas e apartadas.

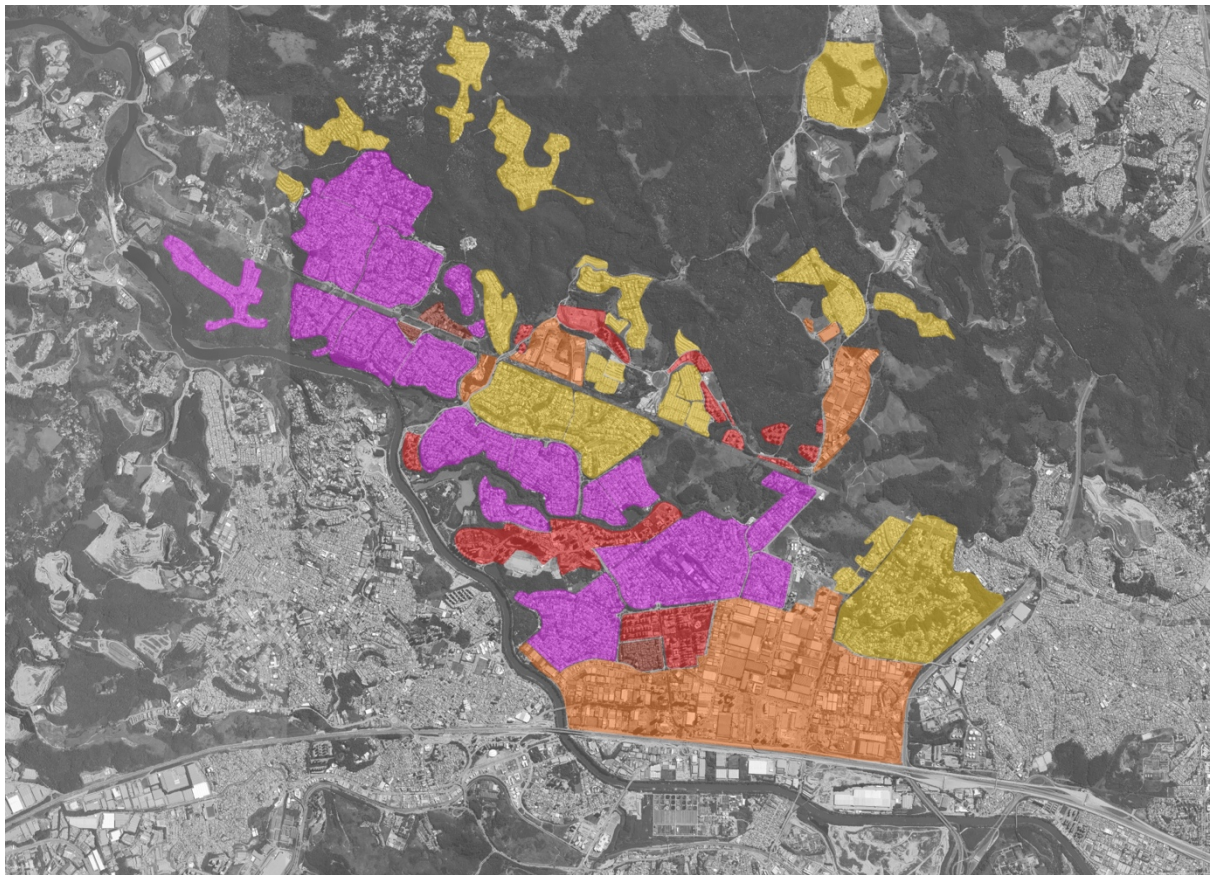


Figura 25 Mapa Geral Zoneamento, própria autoria

Legenda: em vermelho, loteamentos verticais, em laranja, loteamentos industriais e empresariais, em rosa, loteamentos Alphaville Urbanismo SA, em amarelo, outros loteamentos, em marrom, loteamentos comerciais

As zonas residenciais são divididas compostas por conjuntos de habitação vertical ou horizontal. Os lotes residenciais de Alphaville são organizados em condomínios ou associações residenciais fechadas e horizontais, onde o acesso é restrito e a configuração interna obedece a normas de ocupação do solo (como recuos, gabarito de alturas etc.). Os condomínios possuem lotes de tamanhos variados, mas tendem a priorizar terrenos de grandes dimensões, que visam a construção de alto padrão. A baixa densidade populacional é marcante neste tipo de organização, como resultado da construção predominantemente horizontal, com grandes áreas

de terreno a circundar cada residência. O parcelamento interno dos condomínios também inclui vias privadas e áreas comuns destinadas exclusivamente aos moradores, como parques, clubes e espaços de lazer.

Quanto às zonas residenciais verticais é perceptível que a lógica se repete. Em geral, os condomínios verticais estão dispostos próximos uns dos outros e possuem equipamentos de lazer e bem-estar concebidos e associados ao seu planejamento.

No centro de Alphaville esses edifícios residenciais têm proximidades com lotes voltados ao comércio, serviços e empresariais, a organização se concentra ao longo das principais avenidas do centro Alphaville, especialmente nas Alamedas Rio Negro e Araguaia. Essas são as zonas de maior densidade, com a presença de prédios de escritórios, centros empresariais, shoppings e outros empreendimentos que atendem de forma diferencial aos moradores, trabalhadores e visitantes do bairro. Diferente das áreas residenciais, esses lotes comerciais são mais compactos e verticalizados, com o objetivo de maximizar o uso do solo em zonas de intenso fluxo econômico e comercial. No entanto, mesmo essas áreas possuem um controle estrito de acesso e circulação, com sistemas de segurança em praticamente todos os edifícios e estacionamentos.

Sublinha-se nesta lógica verticalizada a separação clara entre os lotes residenciais e comerciais, que minimiza o contato direto entre essas áreas, assegurando que os moradores dos condomínios tenham pouca interferência das zonas de uso misto. Esse modelo de organização dos lotes, não só atende à demanda por exclusividade e segurança, mas também contribui para a segregação socioespacial, ao criar barreiras físicas e funcionais que limitam a integração entre diferentes atividades urbanas e entre diferentes grupos sociais. Não é comum, por exemplo, um edifício residencial com o piso térreo voltado para o comércio, neste tipo de construção o comum é um grande recuo em relação ao passeio, protegido por grades e portões.



Figura 26 Vista aérea da Alameda Grajaú com lotes e recuos privados dos prédios, própria autoria

Legenda: em vermelho vivo, os recuos de acesso limitado

Essa configuração diminui lotes destinados a uso público ou coletivo, como praças e áreas abertas. A maior parte dos espaços de lazer e convivência em Alphaville é privada, o que restringe esses locais ao usufruto pelos moradores dos condomínios.

2.3.3 Relação entre espaço público e espaço privado

Um dos aspectos mais marcantes da morfologia urbana de Alphaville é a relação entre o espaço público e o espaço privado. Diferente dos bairros tradicionais, onde ruas e praças públicas servem como pontos de encontro e interação social, Alphaville subverte esta lógica pela privatização de quase todos os espaços. Os condomínios fechados são delimitados por muros altos e portarias que criam “ilhas” habitacionais, apartando os moradores do espaço público.

As ruas internas dos condomínios são vias privadas e acessíveis apenas a moradores e visitantes autorizados. Isso significa que a vida social ocorre dentro das áreas controladas, como alternativa ao uso dos espaços públicos externos, como ruas, calçadas e praças.

2.3.4 Áreas verdes e topografia

Alphaville é um bairro caracterizado pela presença expressiva de área verde, sendo este um dos grandes chamarizes publicitários subjacentes ao princípio dos loteamentos. Essas áreas verdes são predominantemente espaços naturais privados, localizados dentro dos condomínios fechados ou reservas naturais que circundam o bairro. Essas áreas verdes cumprem um papel

essencial no desenho urbano: primeiro porque contribuem para a criação de um ambiente de bem-estar e estética paisagística “naturalizada”. E em segunda análise, observa-se como as grandes quantidades de mata preservada ao redor servem como grandes barreiras naturais entre Alphaville e os bairros vizinhos.



Figura 27 Mapa Zonas Verdes do Entorno, própria autoria

Legenda: em verde, zonas arborizadas

Nos condomínios residenciais, as áreas verdes definem o valor imobiliário das propriedades. Grandes jardins, parques internos, áreas arborizadas e lagos artificiais são elementos frequentemente integrados nas infraestruturas de lazer. Essa configuração não apenas cultiva a estética idílica dos condomínios, mas também promove a sensação de contato com a natureza, diferenciando os residentes do ambiente urbano denso da Região Metropolitana de São Paulo.



Figura 28 Panfleto Publicitário Empreendimento Ghaia Tamboré

Apesar da abundância de áreas verdes, o espaço público verde acessível a qualquer um é bastante limitado. A maior parte das áreas verdes são de caráter privado e não promovem integração social, acentuando a segregação espacial. Prova desta dinâmica é o Parque Tietê Ecológico, um parque público que não é tão frequentado pelos moradores de Alphaville, já que estes possuem espaços privatizados de lazer, internos aos seus condomínios e residências.



Figura 29 Parque Ecológico Tietê (Folha de Alphaville. 2024. Disponível em: <https://www.folhadealphaville.com.br/cidades/barueri-reabre-tres-parques-municipais>. Acesso em: 8 de novembro de 2024.)

Outra característica importante é o uso das áreas verdes como elementos de controle ambiental e paisagístico. Muitos dos condomínios são projetados em terrenos com relevo acidentado, por isso a porosidade dos espaços verdes auxilia na drenagem do terreno. No entanto, esses espaços são essencialmente funcionais para os moradores e raramente desempenham um papel ecológico significativo para a região como um todo, já que estão integrados a áreas de uso intensivo.

A presença de vegetação também é percebida nas vias principais e nos arredores dos condomínios, o que contribui para a atmosfera de isolamento, escondendo visualmente as áreas residenciais e reforçando a separação entre os diferentes usos do solo. Essa paisagem controlada consolida a percepção de Alphaville no imaginário coletivo, como refúgio verde e tranquilo.



Figura 30 Alameda Rio Negro. Fonte: Oscar Bressane. s.d. Disponível em: <https://www.oscarbressane.com/portfolio-item/alameda-rio-negro-area/>. Acesso em: 8 de novembro de 2024.

Em termos topográficos, o bairro está situado em uma região com relevo variado. Essa situação permite a criação de vistas panorâmicas e as elevações acabam por reforçar o caráter exclusivo dos empreendimentos. Muitos dos condomínios de luxo estão localizados em áreas mais altas, aproveitando o relevo para criar uma sensação de distanciamento.

2.3.5 Implicações da morfologia urbana

Tendo sido demonstrada a lógica da morfologia urbana de Alphaville, é possível compreender que este sistema tem implicações profundas na segregação socioespacial da região. A privatização do espaço público, aliada ao controle e segurança intensiva, criam uma barreira física e social que separa os moradores de Alphaville dos demais habitantes da região. Essa segregação reflete um padrão de urbanização que favorece a exclusividade e a proteção de uma elite econômica, em detrimento da integração social e da diversidade urbana.

Além disso, o modelo de Alphaville contribui para a fragmentação urbana. Ao criar “ilhas autossuficientes”, com serviços, comércio e moradia concentrados em um espaço, o projeto de Alphaville desestimula a conexão com os bairros vizinhos e reforça a dependência do automóvel para deslocamentos. Isso tem implicações diretas na mobilidade urbana, na sustentabilidade e na forma como o espaço urbano é utilizado.

Todos estes aspectos serão explorados nos capítulos seguintes de forma detalhada – e depois, exemplificada. Porém, em suma, pode-se dizer que a análise morfológica de Alphaville demonstra um modelo urbano que resulta na segregação. A organização das vias e lotes privilegia a privacidade, o uso de automóveis e a separação dos moradores em relação ao entorno, ao abrigo do acesso restrito que materializa no espaço tal ideologia. As áreas verdes, embora abundantes, são sobretudo privadas e servem mais à valorização imobiliária do que à integração social. A topografia é utilizada como símbolo de distinção social, consolidando Alphaville como um símbolo da fragmentação e segregação urbana na Grande São Paulo.

Capítulo 3 - Muros

O muro como elemento arquitetônico já foi exaustivamente explorado e debatido, inclusive no contexto de Alphaville. Historicamente o muro é uma ferramenta de proteção da qual o planejamento urbano se utiliza desde os primórdios da produção da cidade, e desde a sua origem esteve associado à materialização de propósitos militares e defensivos.

Durante a história, porém, o muro evolui, se transformando a partir das novas tecnologias que surgiam: seus objetivos ofensivos e defensivos se mantinham, mas sua construção se adaptou com o tempo às novas formas de ataque para a qual os muros deveriam oferecer resistência.

Vauban (1633-1707), por exemplo, desenvolveu no século XVII um sistema de fortificações em forma de estrela, ele permitiu uma defesa mais eficaz contra ataques de artilharia, melhor cobertura de fogo cruzado, minimizando pontos cegos. Vauban transforma o muro em uma estrutura multifuncional, trincheiras, baluartes e outros elementos defensivos fazem parte da estrutura do “muro”.

Suas fortificações, porém, não eram apenas uma resposta direta às necessidades militares, mas também refletiam o contexto sociopolítico europeu do período, onde a segurança e o controle territorial eram chaves para a manutenção do poder da monarquia francesa. É no século XX, entretanto, que o muro perde muito da sua utilidade militar – a evolução da ciência armamentista supera a capacidade física defensiva do muro – mas acaba por ganhar mais força simbólica.

Ponderado o papel do muro entre eficiência formal e simbólica, podemos constatar como o dispositivo transcende sua função básica de separação e proteção. Em Alphaville, por exemplo, ele se torna um símbolo de exclusividade e segurança, refletindo o estilo de vida e demarcando o lugar físico e imagético de uma classe social. O objetivo dessa demarcação é preservar um certo estilo de vida, ao mesmo tempo que garante imunidade face às dinâmicas urbanas consideradas indesejáveis.

Como nas fortificações de Vauban, onde a arquitetura e o planejamento urbano serviam a propósitos militares e de controle, os muros de Alphaville servem propósitos de segregação social e espacial: o resultado formal deste movimento é uma paisagem urbana que traduz estratificações e medos contemporâneos.

Falar sobre os muros de Alphaville passa, em certa medida, por convocar o senso comum: a opinião da maioria das pessoas que se defronta com esse elemento em Alphaville observa o muro como algo estranho, naquele lugar. Essa estranheza, porém, é ponto de partida para um posicionamento que se desenvolve em duas direções opostas: de um lado, há aqueles que olham o muro como esse corpo esquisito que circunda as casas, e exclui as ruas como um elemento segregatório. De outro, opera a justificativa do medo, onde a estranheza do muro se justifica ao abrigo de uma necessidade de defesa, quase uma inevitabilidade.

Ambas as perspectivas estão ideologicamente posicionadas, ironicamente divididas pelo muro. Para compreender o panorama que monta este contexto em Alphaville, o trabalho pretende analisar o muro como um elemento central e marcador da dinâmica urbana de Alphaville.

3.1 Alphaville: um enclave fortificado

Para compreender a construção da morfologia urbana de Alphaville, sua forma de organização e seus objetivos como gesto de projeto urbano, talvez seja interessante observar a obra da antropóloga brasileira Teresa Caldeira.

A pesquisadora trabalha em sua obra *A Cidade de Muros*¹⁵, dentre outros temas, o conceito de enclave fortificado. Este tipo de espaço urbano inscreve-se na nomenclatura dada a espaços caracterizados por serem cercados, monitorados e controlados, podendo ser destinado a residência, lazer, trabalho ou consumo. A utilização destes espaços é principalmente feita pelas classes médias e altas, que buscam se isolar da heterogeneidade social e dos perigos que resultam da desigualdade econômica manifesta nas cidades.

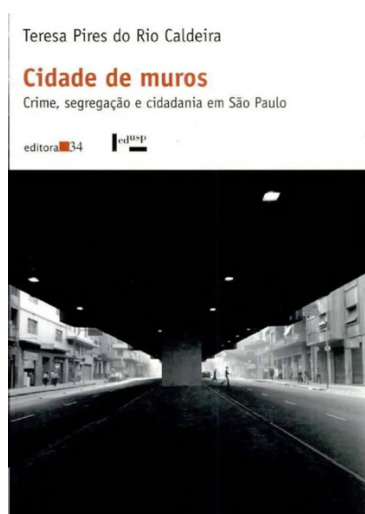


Figura 31 Livro Cidade de Muros - Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo por Teresa Caldeira, 2000

Os enclaves fortificados se distinguem por serem espaços privados, de acesso rigoroso e controlado, por meio de portões, muros, vigilância eletrônica e seguranças privados. O resultado destas barreiras físicas e a vigilância constante procura garantir uma sensação de segurança para os habitantes, pela pressuposta impenetrabilidade e exclusão de indivíduos externos ao sistema. Curiosamente, em paralelo se manifesta uma percepção inversa de uma perigosidade ou de uma ameaça pressuposta, a ausência dessa condição tornaria o dispositivo de segurança seria inútil.

Em linhas gerais o que se observa é que estes enclaves criam um isolamento social que reflete e reforça a segregação espacial, limitando as interações entre diferentes grupos sociais. Os habitantes destes enclaves fazem parte de uma classe socioeconômica específica e se afastam da diversidade social que existe em outros espaços.

O principal argumento de Caldeira, na obra referida, é que esses espaços são fatores para a ampliação das desigualdades sociais, uma vez que representam o abismo social tanto no âmbito simbólico como material. No fundo os enclaves fortificados são uma solução privada para problemas que caberia dirimir no domínio público, como são os casos da segurança e da educação. E torna-se em modo das classes mais abastadas se imunizarem das desvantagens do contexto sociopolítico em que estão inseridas.

¹⁵ Teresa Pires do Rio Caldeira, *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, 2ª ed. (São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000).

Essa autoexclusão é um privilégio desse grupo, já que a maior parte da população deve lidar com as questões, pois não pode se abster. O maior aliado no discurso deste movimento é o medo da violência e do crime, que justificam a construção dos enclaves fortificados. Este medo é exacerbado por narrativas que descrevem a imagem da cidade como perigosa, necessitando de medidas extremas de proteção. Ou seja, os enclaves fortificados não refletem apenas uma resposta ao medo e à violência existentes, mas também contribuem para a perpetuação desse medo e para a legitimação da segregação espacial.

Esse movimento é o que Pierre Bourdieu descreve em seu gráfico, já analisado neste trabalho. As condições de existência, neste caso, são de um espaço urbano violento e perigoso; porém o *habitus* que constrói o gosto e a vivência dos espaços é envolto de uma ideologia que culmina na perpetuação deste ambiente violento.

Portanto, para Teresa Caldeira, os enclaves fortificados são um fenômeno urbano contemporâneo que revelam como a violência, o medo e a busca por segurança moldam a paisagem urbana de forma a reforçar a segregação social. Eles, em suma, representam uma reação das elites à percepção de insegurança, e simultaneamente contribuem para a privatização e fragmentação do espaço urbano.

3.2 O lado de fora dos muros de Alphaville

Tendo estabelecido, portanto, que Alphaville se enquadra na definição de um enclave fortificado, onde os muros são instrumentais a essa forma de urbanização, cabe agora observar segundo uma perspectiva específica, o lado de fora.

Como já dito, os muros dos condomínios de Alphaville atuam de duas formas no tecido urbano, uma atuação é física e a outra é simbólica. Enquanto símbolos, os muros atuam como representações de exclusão e privilégio. Esse elemento e sua mensagem simbólica têm um impacto direto nas comunidades que circundam o conjunto. A divisão física reflete e amplia as desigualdades sociais e econômicas na região, refletindo um contraste evidente entre a qualidade de vida dentro e fora dos muros. Essa segregação urbana se manifesta de diversas formas, e afeta tanto o desenvolvimento das comunidades vizinhas quanto as relações sociais entre os habitantes periféricos e os moradores de Alphaville.

A construção de Alphaville representou, na região das cidades de Santana de Parnaíba e Barueri, uma valorização imobiliária significativa, isso porque os serviços e a infraestrutura associada aos loteamentos seguiam, desde o princípio, o padrão elevado do projeto. Em paralelo, as comunidades de baixa renda que habitam o entorno enfrentam uma realidade contrastante. As áreas fora do interesse dos moradores de Alphaville, frequentemente, carecem de investimentos públicos em infraestrutura básica, como saneamento, iluminação pública, pavimentação de ruas e acesso a serviços de qualidade. Essa disparidade reforça a sensação de marginalização entre os moradores dessas regiões, que veem nos muros de Alphaville uma barreira intransponível no acesso a uma vida digna.

É evidente, com o passar dos anos, que a disparidade entre serviços públicos fornecidos para uma e outra área do mesmo município foi notada, e recebeu protestos dos moradores. Isso resultou na melhora de alguns serviços municipais fornecidos no entorno, mas ainda há ainda grande disparidade.



Figura 32 Vista da Rua Otacilio Alves Martins. (Google Street View 2024, Acesso em: 8 de novembro de 2024.)

Além da falta de infraestrutura, o processo de gentrificação que começou com a expulsão de pessoas que ocupavam as terras na década de 70, impacta inclusive as rendas das próprias regiões “satélites” de Alphaville. À medida que os preços dos imóveis sobem, muitas famílias que historicamente residiam nessas áreas mais próximas são forçadas a se deslocar para regiões mais distantes, onde a infraestrutura é ainda mais precária. Esse deslocamento não só agrava as condições de vida dessas populações, mas também acentua a segregação espacial, criando bolsões de pobreza que estão cada vez mais afastados do centro urbano – e das oportunidades de emprego e educação.

O resultado desta dinâmica é a intensificação das tensões sociais entre os moradores do enclave e as comunidades vizinhas. O contraste entre a opulência e segurança ostensivas de Alphaville e a precariedade das áreas circundantes gera ressentimento e frustração. Isso porque, no fundo, os moradores destas comunidades vizinhas são, em muitos casos, os trabalhadores que diariamente cruzam os muros para servir à elite de Alphaville. Esses indivíduos trabalham como empregados domésticos, seguranças ou prestadores de serviços que vivem a desigualdade de forma intensa. Eles experimentam a segregação social e econômica não apenas como realidade distante, mas como uma parte intrínseca de sua rotina diária.

Essa segregação é reforçada inclusive pela desigualdade no acesso ao transporte. Alphaville foi projetada para o acesso por automóvel e as opções de transporte público para as comunidades ao redor são limitadas e de baixa qualidade. Os trabalhadores que dependem de transporte público enfrentam longas jornadas em ônibus superlotados e com horários irregulares, contrastando com a comodidade dos moradores de Alphaville que utilizam vias expressas bem mantidas para seus deslocamentos. Essa discrepância no acesso continua

inclusive na chegada aos condomínios, já que o transporte público não passa das portarias e os funcionários se veem obrigados a caminhar o resto do percurso.

Em suma, essas barreiras de Alphaville, são mais do que simples divisões territoriais; elas são expressões materiais de um sistema que perpetua a exclusão e a desigualdade. As comunidades vizinhas, impactadas por essa segregação, enfrentam desafios significativos em termos de desenvolvimento e integração urbana. O resultado, do lado de fora dos muros, traduz as disparidades que caracterizam a sociedade brasileira, onde o acesso a uma vida minimamente digna é, muitas vezes, determinado pela proximidade em contraponto com espaços de privilégio.

Essas são, em linhas gerais, as formas de impacto que os muros criam em seu entorno. Para sairmos de uma análise mais geral vamos observar três exemplos concretos de situações criadas pelos muros e a forma de impacto no tecido urbano e na sua vivência.

3.2.1 Exemplo 1 – A rua como espaço residual

A Avenida Yojiro Takaoka é um dos principais eixos de acesso aos condomínios do bairro, dos quase 4,5 km que percorre a via mantém consistente uma única paisagem: muros perimetrais. Desde o ponto que se inicia, marcado pelo prédio do banco Bradesco até a rotatória que marca seu final, a presença dos muros é uma constante.

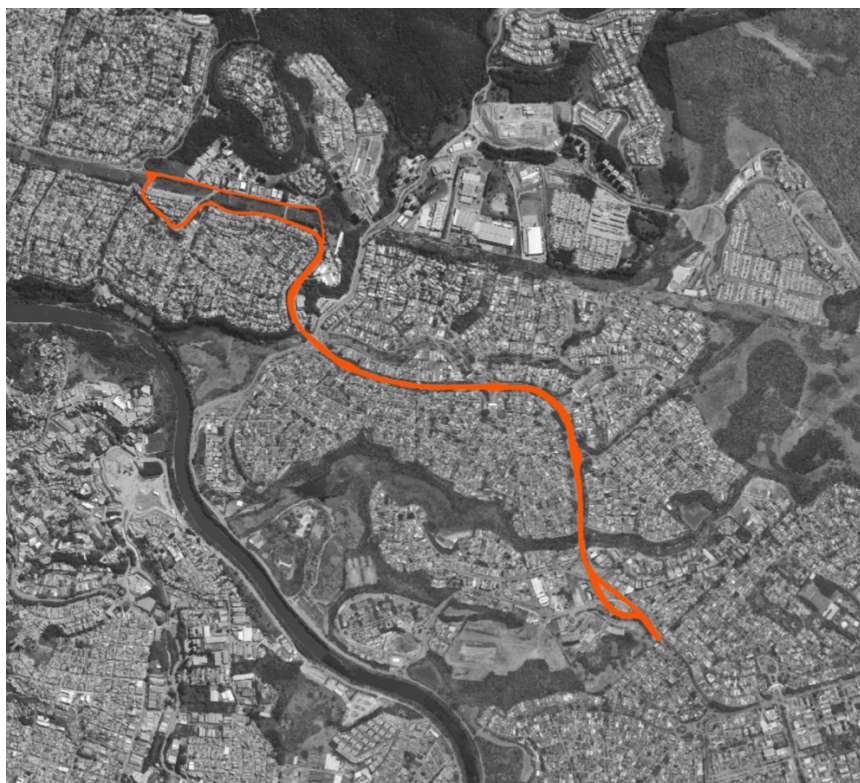


Figura 33 Mapa Avenida Yojiro Takaoka, própria autoria

Legenda: em laranja, Avenida Yojiro Takaoka

Aqui a função primária da via, de estabelecer conexão e integração ao tecido urbano, é reduzida e se transforma em corredor de passagem. Ou seja, a presença massiva de muros contínuos impede qualquer tipo de vivência urbana integrada no espaço ao redor.

Os muros ao longo da Yojiro Takaoka transformam a avenida em um espaço sobrando. No fundo essa área urbana observa uma funcionalidade reduzida à circulação, sem oferecer oportunidades para locais de socialização, comércio, ou outras atividades que normalmente animam uma via pública. A única exceção a esta ausência de programa são as bancas de jornal e os pequenos centros comerciais a céu aberto, chamados “centros de apoio”. A ausência de comércio aberto para a rua, de espaços de lazer e de infraestrutura que acolha o pedestre contribui para a monotonia da avenida. Em última análise esse cenário evidencia o modo como Alphaville foi projetada pensando no espaço público apenas como facilitador de necessidades básicas e não de convivência.

É por esse caráter que a experiência urbana ao longo da Avenida se mostra extremamente limitada. A sensação dos transeuntes, trate-se de deslocação a pé ou de carro, é marcada por estranheza, onde a rua é apoucada como local de clausura, ao invés de ser um espaço mediador ou conector. Pela perspectiva simbólica, a presença contínua dos muros transforma a paisagem urbana em cenário de exclusão, onde a rua não serve como um espaço de pertencimento, mas sim como uma via de separação entre os que estão dentro e os que estão fora.

Outro sintoma do pensamento que pauta o projeto de Alphaville, e que a Avenida Yojiro Takaoka revela, é a prioridade do automóvel beneficiada em detrimento do pedestre. A via, embora ampla e bem pavimentada, não oferece condições favoráveis para caminhadas ou para o uso de bicicletas, limitando os indivíduos à dependência do carro. Isso não só limita as opções de mobilidade para os moradores dos condomínios, mas, principalmente, diminui as possibilidades de integração de pessoas de diferentes classes sociais. Ao analisar o transporte público que circula na avenida o que se nota é como os pontos de ônibus estão estrategicamente posicionados em frente às portarias dos condomínios, funcionando como um ponto de escoamento do trabalhador de Alphaville para as periferias.



Figura 34 Mapa de trecho da Av. Yojiro Takaoka, própria autoria

Legenda: em laranja, Avenida Yojiro Takaoka, em amarelo, portarias de acesso aos condomínios, mancha vermelha, condomínios de acesso restrito, linhas vermelhas, muros dos condomínios.

Em suma, a Avenida Yojiro Takaoka, é um ótimo exemplo da paisagem uniforme e segregada de Alphaville, e reflete as escolhas de um modelo de urbanismo ideologicamente posicionado, que privilegia a exclusividade e a segurança em detrimento da criação de um espaço público integrado. A segregação social e espacial referida transforma a rua em espaço residual, onde a vida urbana é suprimida por barreiras físicas e simbólicas.



Figura 35 Vista Avenida Yojiro Takaoka no Google Street View (Google, 2024)

3.2.2 Exemplo 2 - O muro como elemento simbólico de segregação

Um segundo exemplo interessante a ser trabalhado é a Rua Otacílio Alves Martins. A rua fronteiriça à Alphaville está localizada, na realidade, no bairro Parque Imperial¹⁶, e provavelmente, os moradores de Alphaville não reconheceriam esta rua pelo nome. A via é um exemplo interessante pela sua força simbólica e é retratada no documentário *Alphaville do lado de dentro do muro*¹⁷, da diretora Luiza Campos.



Figura 36 Cartaz Documentário Alphaville do Lado de Dentro do Muro de Luiza Campos, 2009

¹⁶ Bairro de baixa renda adjacente à um dos maiores condomínios de Alphaville, o Tamboré I

¹⁷ Luiza Campos, *Alphaville do Lado de Dentro do Muro*. Documentário. Brasil, 2009.

O filme de 2008 retrata de forma crítica a vida dentro de Alphaville: através de entrevistas, cria-se uma percepção sobre como a segregação espacial e social molda as experiências de moradores e trabalhadores, revelando o impacto psicológico e social dos muros que delimitam o espaço privilegiado de Alphaville.

Em um trecho do longa, um dos entrevistados, morador do condomínio Tamboré 1, passeia com seus cães ao longo de uma estranha estrutura, que separa o condomínio de uma área externa. Essa estrutura é um corredor criado por uma dupla de muros altos, de um lado árvores do Tamboré e do outro a realidade do bairro de baixa renda Parque Imperial.



Figura 37 Cenas do documentário *Alphaville* ("*Alphaville do Lado de Dentro do Muro*" de Luiza Campos, 2009)¹⁸

Essa caminhada, aparentemente banal, ganha contornos simbólicos no filme, à medida que a câmera captura a barreira física do muro que se estende ao longo da rua. De um lado, a segurança e o conforto do condomínio, do outro, uma realidade completamente diferente, marcada por menores níveis de infraestrutura e por uma população que não compartilha dos mesmos privilégios.

No fundo, esse conjunto auxilia na compreensão daquilo que Bourdieu descreve por *habitus*, nesse caso, através do “sistema de disposições internalizadas” é observado nesta cena aparentemente banal: o simples ato de caminhar isolado pelo muro. Essa é uma expressão do

¹⁸ A cena em questão foi gravada na divisa entre o condomínio Tamboré I e o bairro Parque Imperial. Os dois muros são propriedade do condomínio e formam como um corredor, que mais se assemelha a um fosso. A ideia é aumentar a barreira física que divide os dois lugares.

habitus de que molda e é moldado pelo comportamento de uma elite baseada em dois importantes pontos, exclusividade e segurança.

Além disso, o próprio cenário explica algumas impossibilidades criadas pela violência e segregação. Desde o privilégio de andar com os cães soltos, até a possibilidade de andar na rua em qualquer horário. Por contraste, observa-se a impossibilidade dessas atividades decorrerem do outro lado do muro, tanto por falta de tempo, como por déficit de segurança.



Figura 38 Mapa Comparativo Residencial Tamboré I e Parque Imperial, própria autoria
Legenda:, em laranja, Condomínio Tamboré I, em amarelo, Parque Imperial e malha urbana de Osasco

Essa cena sublinha o muro, mais do que uma barreira física, como demarcação clara das desigualdades sociais e econômicas no espaço urbano. A Rua Otacílio Alves Martins, embora geograficamente próxima, está separada de Alphaville por um abismo social. No documentário, o passeio do morador com seus cães não é apenas um ato cotidiano, mas uma demonstração silenciosa da separação entre "dentro" e "fora", onde o muro se torna um símbolo

de exclusão e de uma hierarquia social estabelecida. Uma das falas do morador é reveladora ao se deparar com o bairro e o muro: “bem-vindo ao país da cordialidade”.

Essa frase se refere ao mito do homem cordial, descrito pelo Sociólogo Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil*, publicada em 1936. Este conceito, justamente propõe a imagem de um brasileiro amável e acolhedor, que em contrapartida revela um comportamento ambivalente, onde a cordialidade serve de máscara para as práticas segregatórias e hierárquicas.

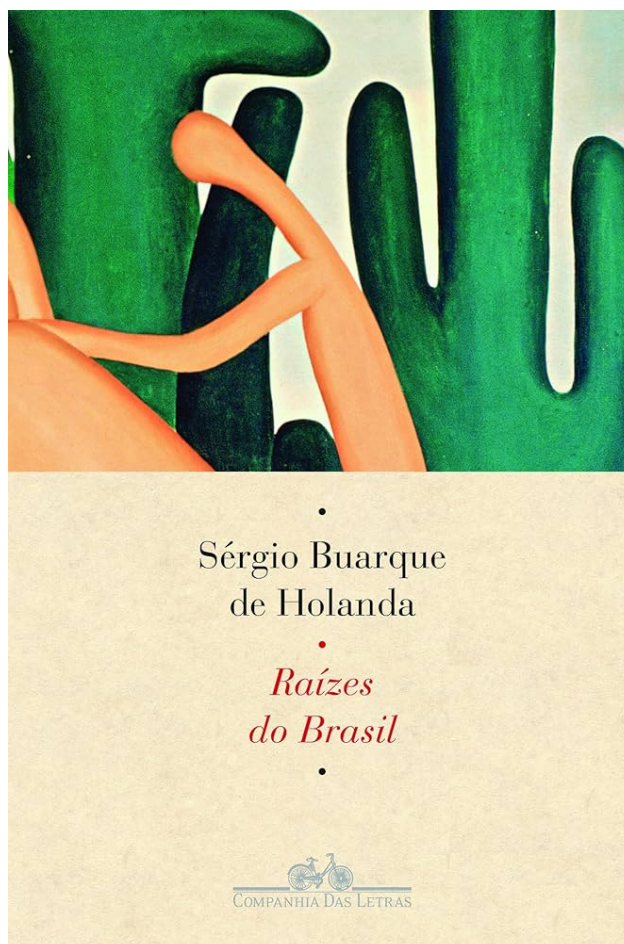


Figura 39 Livro "Raízes do Brasil" por Sérgio Buarque de Holanda, 1936 (Companhia das Letras, 2003)

O conceito de "homem cordial" não se refere a uma bondade inata, mas sim a uma forma de agir baseada em relações pessoais e afetivas que quando aplicadas a vida pública e em comunidade, subvertem o caráter impessoal das organizações governamentais - por exemplo. Esse comportamento é, em última análise, um mecanismo de perpetuação e manutenção de desigualdades e das hierarquias sociais de forma sutil. No fundo, os muros que separam Alphaville do Parque Imperial materializam esta teoria da seguinte forma:

O muro é indiscutivelmente símbolo tangível da divisão social e econômica, porém em simultâneo, mantêm-se uma aparente cordialidade entre classes que sugere uma convivência pacífica. O muro revela a verdadeira natureza dessa relação: uma convivência que é, na realidade, marcada pela segregação e pela manutenção de hierarquias tão rígidas e intransponíveis como o próprio muro.

Talvez seja interessante ressaltar o modo como a ironia na fala do morador revela a cordialidade mascarando a desigualdade. No fundo, o morador reconhece, mesmo que implicitamente, a existência de um sistema social onde o privilégio e a exclusão são naturalizados. A Rua Otacílio Alves Martins, com seu muro que separa dois mundos próximos geograficamente, ilustra essa ambiguidade da cordialidade brasileira, onde a aparente gentileza esconde a segregação e a desigualdade estrutural.

3.2.3 Exemplo 3 - Os centros comerciais também têm muros

O terceiro exemplo trata da concepção e funcionamento dos centros consumo que existem em Alphaville. Apesar de não serem necessariamente enclausurados dentro de muros, estes centros de consumo têm sua morfologia estruturada como consequência da organização dos condomínios.

Em termos de comércio e serviços, o projeto de Alphaville previa inicialmente um centro de consumo, chamado “Centro Comercial”. Localizado no município de Barueri e próximo à entrada de Alphaville, o Centro Comercial foi o principal fornecedor de compras e serviços da região até a construção dos shopping centers. O projeto do centro é predominantemente horizontal e sua morfologia reflete o planejamento de Alphaville, que privilegia o acesso por automóvel com amplos estacionamentos. Com o tempo e a expansão do projeto novos centros de comércio surgem, os chamados “centros de apoio”. São estabelecimentos menores, projetados para atender as necessidades imediatas dos moradores dos condomínios próximos. Esses centros são estrategicamente postos no caminho para os condomínios e oferecem serviços direcionados aos moradores e em geral são propriedade dos próprios moradores.

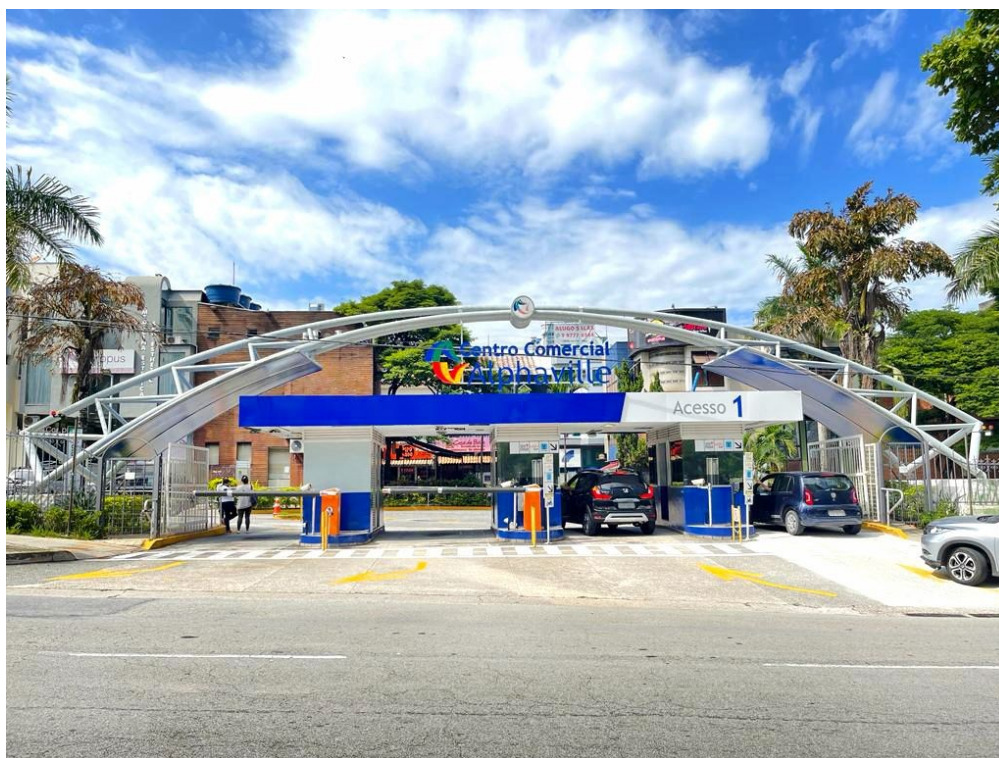


Figura 40 Centro Comercial (Folha de Alphaville, 2024, Disponível em: <https://www.folhadealphaville.com.br/cidades/moradores-realizam-abaixo-assinado-contra-mudancas-no-centro-comercial-alphaville> Acesso em: 12 de novembro de 2024)

A organização desses centros segue a lógica do automóvel, com estacionamentos amplos e localizações estratégicas que favorecem a circulação interna dos moradores, mas dificultam o acesso de quem não pertence ao bairro. Além disso, a seleção de lojas e serviços oferecidos é alinhada ao perfil de consumo das classes mais altas, criando um impedimento socioeconômico para as populações de menor renda. Um bom exemplo disso são as padarias que oferecem os mesmos produtos de padarias típicas de qualquer cidade brasileira, mas custam substancialmente mais.



Figura 41 Fachada da padaria La Ville Elegance. (La Ville Elegance. s.d. Disponível em: <https://www.lavilleelegance.com.br/a-la-ville>. Acesso em: 8 de novembro de 2024.)

Por outro lado, os centros comerciais maiores, como o Shopping Iguatemi Alphaville, visam um consumo fora do cotidiano, um consumo de luxo, reforçando a exclusividade através da oferta de produtos de alto valor e marcas internacionais. Esses centros comerciais maiores se destacam pela sofisticação e pela busca em proporcionar uma experiência de consumo diferenciada, que reforça a distinção de classe. Novamente, o acesso é condicionado não por muros de concreto, mas por barreiras econômicas e sociais, onde a própria estrutura de preços e serviços cria um filtro natural entre os frequentadores. A marca Iguatemi, inclusive, possui centros comerciais espalhados pelo Brasil, sempre com o mesmo conceito de segurança e exclusividade.



Figura 42 Shopping Iguatemi Alphaville (Foto Divulgação Grupo Iguatemi)

Esses espaços funcionam, de acordo com Teresa Caldeira, como enclaves de consumo, onde a segregação se manifesta na maneira como os serviços são estruturados para um público específico e não por barreiras físicas. Assim como os condomínios fechados de Alphaville, esses centros comerciais são espaços onde as barreiras são menos visíveis, mas igualmente presentes e eficazes. A arquitetura e o planejamento urbano desses locais continuam a refletir

a lógica de exclusão que permeia Alphaville, segregando quem tem e quem não tem acesso a essas áreas de consumo.

Em suma, os centros comerciais em Alphaville, sejam eles centros de apoio, a céu aberto, ou grandes shoppings centers, operam como extensões do ambiente murado dos condomínios. Mantendo a lógica de exclusividade e segregação através de mecanismos sutis, mas poderosos, que refletem e perpetuam as desigualdades sociais e espaciais que caracterizam a região. Esses espaços, portanto, delimitam quem pode e quem não pode participar do consumo, beneficiar das comodidades e no fundo, usufruir do estilo de vida deste lugar, reforçando ainda mais a segregação intrínseca ao planejamento urbano de Alphaville.

3.2.4 Análise dos casos pela perspectiva de Pierre Bourdieu e Henri Lefebvre

Os três exemplos apresentados – a Avenida Yojiro Takaoka, a Rua Otacílio Alves Martins e os centros comerciais de Alphaville – podem ser analisados mais profundamente à luz da teoria de Pierre Bourdieu. Como já foi dito, o conceito de *habitus* pode ser pensado tendo como ponto de partida as estruturas espaciais e sociais desses lugares. O *habitus* de Bourdieu, que se refere às disposições internalizadas e inconscientes que orientam o comportamento e as práticas sociais dos indivíduos, manifesta-se de maneira distinta em cada um desses espaços, reforçando, neste caso, as hierarquias sociais e a segregação.

No primeiro caso, a Avenida Yojiro Takaoka, espaço residual com muros contínuos e ausência de espaços de convivência, reflete o *habitus* de uma elite que valoriza a exclusividade e a separação do resto da cidade. A prevalência do automóvel sobre o pedestre, e a transformação da avenida em corredor de passagem, revelam o modo como uma classe evita o contato com outros grupos sociais. A avenida entendida enquanto resíduo urbano torna-se evidência para a reprodução do *habitus* de isolamento e controle, onde a desvalorização do espaço público favorece ambientes privados. Isso reflete a internalização das disposições que perpetuam a separação entre classes e limitam a possibilidade de integração social.

Já na Rua Otacílio Alves Martins, o muro que separa os dois bairros materializa as disposições que orientam o comportamento das elites, buscando manter à distância as "ameaças" sociais e o testemunho das assimetrias econômicas. O passeio do morador ao longo do muro retrata o conforto e a segurança que o *habitus* da elite busca preservar, ao mesmo tempo que se naturaliza a exclusão e a desigualdade.

Por fim, os centros comerciais, embora não sejam fisicamente murados, operam como extensões do ambiente segregado dos condomínios. A seleção de lojas e serviços que atendem a um perfil específico de consumo reflete o *habitus* de distinção da classe alta, onde o consumo de luxo e a sofisticação são valorizados como sinais de status social. Esses comportamentos constituem o braço de consumo, crucial na composição do estilo de vida associado ao bairro. Surgem assim, barreiras econômicas e sociais que excluem as populações de menor renda, perpetuando a segregação espacial e social. Novamente, a arquitetura e o planejamento urbano desses centros evidenciam e constroem o *habitus* de uma elite que busca distanciamento das realidades socioeconômicas que lhe são díspares.

Em suma, a análise dos três exemplos pela perspectiva de Bourdieu, revela como o *habitus* da elite de Alphaville molda, e é moldado, pelos espaços urbanos em questão. A avenida, o muro e os centros comerciais são expressões materiais das disposições internalizadas que perpetuam a exclusividade, a separação e a hierarquia social, contribuindo para a reprodução das desigualdades espaciais e sociais que caracterizam a região. O muro, portanto,

especificamente nesse contexto, não é apenas uma barreira física, mas uma expressão simbólica de um sistema de disposições que justifica e perpetua as desigualdades sociais.

Por outro lado, analisando pela perspectiva de Henri Lefebvre é possível como esses espaços de Alphaville são produtos sociais que resultam de práticas, representações e vivências articuladas. Retomando as três dimensões fundamentais já apresentadas: o espaço percebido (práticas espaciais), o espaço concebido (representações do espaço) e o espaço vivido (espaço de representação). Essas dimensões ajudam a compreender como os elementos urbanos mencionados – a Avenida Yojiro Takaoka, a Rua Otacílio Alves Martins e os centros comerciais – consolidam e perpetuam as relações de poder e desigualdade.

No caso da Avenida Yojiro Takaoka, o espaço percebido é marcado pelas práticas espaciais da elite, que priorizam o automóvel e ignoram as necessidades de convivência e acessibilidade. Trata-se de um espaço concebido para facilitar o trânsito e reforçar a desconexão com o resto da cidade, com os muros contínuos materializando essa separação. Por fim, no espaço vivido, a avenida é sentida tanto como barreira quanto como elemento de exclusividade, internalizando nos moradores o distanciamento físico e simbólico em relação às populações externas. Essa produção do espaço reflete o isolamento como valor cultural e reforça a alienação de classes.

Na Rua Otacílio Alves Martins, o muro que divide os bairros exemplifica uma produção do espaço baseada na dominação e exclusão. O espaço concebido é planejado para separar fisicamente as elites das comunidades vizinhas, criando uma barreira clara entre o "dentro" e o "fora". Esse projeto materializa o desejo de controle das elites, que moldam o espaço percebido de forma a restringir fluxos e interações. No espaço vivido, o muro simboliza segurança e ordem para os moradores privilegiados, enquanto para os demais reforça a desigualdade e a exclusão. Lefebvre enfatizaria que o muro é, ao mesmo tempo, uma construção material e uma expressão simbólica de poder, legitimando as hierarquias sociais.

Já os centros comerciais operam como espaços onde a exclusividade é mantida por meio de barreiras econômicas e simbólicas. No espaço concebido, esses ambientes são planejados para refletir os valores e o estilo de vida das elites, com arquitetura sofisticada e a presença de marcas e serviços voltados ao consumo de luxo. Nas práticas espaciais, o consumo assume o papel central, delimitando quem pertence e quem é excluído desses espaços. Lefebvre destacaria que, no espaço vivido, os centros comerciais funcionam como uma extensão do ambiente privado dos condomínios, reforçando o isolamento social e a desconexão com o entorno. Mesmo sem muros físicos, as barreiras de classe e consumo materializam uma segregação que é econômica, social e simbólica.

A partir da perspectiva de Lefebvre, a produção desses espaços em Alphaville não é neutra: eles são instrumentos de reprodução das relações de poder e das desigualdades estruturais. A Avenida Yojiro Takaoka, a Rua Otacílio Alves Martins e os centros comerciais não apenas refletem o *habitus* das elites, como descrito por Bourdieu, mas também participam ativamente na manutenção e naturalização das divisões sociais. Lefebvre permitiria compreender que esses espaços, enquanto produtos do capitalismo e da lógica excludente do urbanismo contemporâneo, consolidam a segregação e a hierarquia social que caracterizam Alphaville como enclave fortificado.

3.3 O Lado de dentro dos muros

O lado de dentro dos muros de um condomínio em Alphaville carrega um peso simbólico importante para esta pesquisa. Na perspectiva de um visitante que transita por fora dessas estruturas, surge uma curiosidade: os muros instigam a dúvida sobre o que há do outro lado. Tradicional e historicamente, a ideia de “estar dentro”, seja de muros, castelos ou cabanas, remete à proteção e segurança, valores fortemente associados à vida dentro desses condomínios. Além disso, aqui como ao longo da história, a simbologia de "estar dentro" ultrapassa a segurança física e se estende para a construção de uma identidade social específica, marcada pela exclusividade e pertencimento a uma classe privilegiada. Além disso, o distanciamento da urbanidade excluída do “lado de fora” permite dinâmicas diferentes e específicas deste contexto.

Estar dentro dos muros resgata o indivíduo do caos urbano e da insegurança. Essa proteção não constitui apenas uma barreira contra a violência, mas também, e principalmente, separação deliberada das realidades sociais menos favorecidas. Os muros, nesse projeto de segregação, funcionam como uma demarcação clara entre o espaço "civilizado" e o espaço "selvagem", onde a civilização é definida pelos padrões de vida e comportamentos das classes mais altas. Esses termos convocados, apesar de fortes, refletem realmente o pensamento ideológico que constrói a ideia de cidade, e a sociedade de Alphaville.

A sua construção suporta o desenvolvimento de um estilo de vida que determina comportamentos específicos de uma classe. Ou seja, os muros defendem dentro de seus perímetros um espaço para manifestação de um cotidiano característico do lugar, tornando-se elementos que compõem o *habitus* de Bourdieu: andar à noite sem preocupação, ter uma funcionária em casa, ter prestadores de serviços quotidianos para manutenção das casas, roupas, carros, etc.

Além dos comportamentos, a ideologia que constitui estes espaços se reflete na estética intramuros, uma estética arquitetônica que denota importantes pontos: conforto, silêncio, isolamento, limpeza e tradição. O interior dos condomínios possui ruas bem pavimentadas, arborizadas e cuidadosamente planejadas, a reforçar a sensação de estar em um espaço seguro e controlado. As casas grandes, com fachadas imponentes, transmitem poder e estabilidade, elementos que contribuem para a construção de um *habitus* de exclusividade e superioridade. Inclusive, os condomínios com casas menos suntuosas ainda evocam esteticamente a ideia da casa do sonho americano, ou remedeiam-se com recurso a um neoclassicismo em miniatura.



Figura 43 Campanha "Deixe suas moedas no bolso" no Google Street View (Google, 2024)



Figura 44 Vista Campanha "Quer ajudar de verdade?" no Google Street View (Google, 2024)



Figura 45 Vista Câmera de Vigilância no Google Street View (Google, 2024)

Ou seja, este lugar simbolicamente investido de uma representação de valores reclama outro ponto de atenção: a escolha de “estar dentro”. A escolha consciente de viver em um espaço que promove um certo estilo de vida, um estilo que valoriza o acesso a serviços de alta qualidade, a proximidade com áreas verdes e a distância das realidades indesejadas da cidade. Nesse sentido, Alphaville não é apenas um lugar para viver, mas um símbolo de status e um espaço onde os moradores podem afirmar sua posição social e usufruir de um determinado estilo de vida, que passa a ser deles “por direito”.

Nesse sentido, estar dentro significa também se apropriar de um lugar, e se sentir no controle desta apropriação. Os moradores de Alphaville têm a percepção de que, dentro dos muros, em um ambiente controlado, estão protegidos de elementos externos imprevisíveis. Isso é reforçado pela materialidade arquitetônica, pelas câmeras de segurança, pelas portarias controladas ou pela presença constante de segurança privada, criando uma sensação de proteção confortando os moradores pelo espaço interno sob constante vigilância.

Neste momento, talvez valha a pena ressaltar a importância do papel que cada qual exerce dentro desse ecossistema social. A questão aqui, que será mais explorada no correr do texto, passa por questionar “o lugar da segurança”: talvez ela não se encontre no lado de dentro do muro, mas sim na posição que o indivíduo protagoniza dentro ou fora dele. A proteção de Alphaville é reservada aos moradores e visitantes, deixando aos demais outros papéis: prestação de serviço ou personificação da violência que justifica a materialização desse sistema.

Em última análise, a simbologia de estar dentro dos muros de Alphaville materializa o desejo de uma vida ordenada, segura e exclusiva. Os muros são mais do que barreiras físicas; são fronteiras simbólicas que delineiam quem pertence ao “nós” - e quem é relegado como “eles”, reforçando e perpetuando as desigualdades sociais e espaciais. Estar dentro é, portanto, uma afirmação de pertencimento a uma elite que se vê como distinta e, de certa forma, superior à restante sociedade.

Para exemplificar este panorama seguem-se três exemplos paradigmáticos, situações intramuros que sublinham as dinâmicas sociais, espaciais e simbólicas contidas nesses espaços, tendo como base os elementos materiais construídos.

3.3.1 Exemplo 1 - O único vão dos muros, a portaria como peneira social

As portarias dos condomínios de Alphaville marcam os pontos de entrada e saída das estruturas muradas. Em geral, salvo algumas exceções, cada condomínio possui uma portaria seccionada em entradas para diferentes grupos de pessoas, entrada “moradores”, entrada “visitantes” e entrada “serviço”¹⁹.



Figura 46 Portaria Residencial Alphaville 11 (Fernando Navarro, 2017, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bRIDwnjGXAQ&t=6s>. Acesso em: 12 de novembro de 2024)



Figura 47 Portaria Residencial Alphaville 3 (Jornal Além do Fato, 2022, Disponível em: <https://alemdofato.uai.com.br/economia/alphaville-continua-no-prejuizo-e-vai-esfolar-seus-clientes/>. Acesso em: 12 de novembro de 2024)

Essas estruturas extrapolam as funções de controle de acesso, elas desempenham um papel simbólico crucial, funcionando como uma peneira social que reforça a exclusividade e a segregação espacial. A portaria, enquanto único ponto de passagem entre o dentro e o fora, materializa a separação entre dois mundos distintos e representa o filtro rigoroso que define quem pertence a cada um desses lugares.

Fisicamente, as portarias são altamente controladas, equipadas com sistemas de segurança sofisticados, que incluem câmeras de vigilância, guaritas blindadas, cancelas automáticas e seguranças armados. Todo esse aparato cria uma barreira física que impede o

¹⁹ Essa separação ocorre tanto no acesso pedonal como no acesso de automóveis. A questão que se coloca é que alguns grupos utilizam mais o acesso pedonal e outros mais o acesso por automóveis. As empregadas domésticas, por exemplo, em geral usam o acesso pedonal. Os moradores, em geral usam o automóvel.

acesso indiscriminado, permitindo apenas a entrada de moradores, visitantes autorizados, prestadores de serviços e empregados domésticos, todos sujeitos a essa verificação rigorosa.

A função primária da portaria é a proteção do espaço interno, garantindo que apenas aqueles com o "direito" de acesso possam atravessar os muros. Essa proteção é baseada na ideia de manter a segurança e a ordem dentro dos condomínios, afastando qualquer ameaça potencial que possa vir do exterior, seja ela real ou percebida. No entanto, essa função de controle vai além da simples segurança física, ela desempenha um papel crucial na manutenção das hierarquias sociais.

Essa hierarquia é escancarada pela necessidade de permissão de acesso, que funciona da seguinte maneira: um indivíduo que deseja entrar no condomínio precisa se encaminhar para uma das guaritas, aquela a que ele é destinado (“moradores”, “visitantes” e “serviço”); neste lugar, ele deve apresentar um documento oficial para comprovar a sua identidade, e evocar um endereço de destino. O segurança por sua vez ligará para a casa pedindo a autorização de entrada, usualmente empregando a seguinte frase: “Bom dia, aqui é da portaria para autorizar a entrada do senhor(a)..., pode liberar?”. Não por coincidência este sistema muito se assemelha com o departamento de imigração de qualquer país, onde um indivíduo devidamente documentado fornece um endereço de referência, justificando o seu direito de entrada.



Figura 48 Placa de Aviso Portaria da Associação Alphaville Residencial 4 (2020, Disponível em: <http://www.arcs.com.br/site/seguranca> Acesso em: 12 de novembro de 2024)

Este contexto transforma a portaria, como elemento arquitetônico, em uma “peneira social”, onde o direito de entrada é ligado ao status social. Ao controlar a entrada, a portaria filtra as interações sociais e assegura que o espaço interno seja reservado para um determinado tipo de relações.



Figura 49 Entrada de automóveis, visitantes e moradores, residencial Alphaville 11 (Rosângela Casali, 2024)

Por exemplo, um morador de Alphaville pode entrar e sair livremente, reforçando sua posição de pertencimento e autoridade sobre aquele espaço. Em contraste, um prestador de serviços precisa passar pelo processo de identificação e verificação, muitas vezes sendo acompanhado por um segurança até o destino final. Isso cria uma experiência distinta para cada grupo social, onde o ato de atravessar a portaria se torna uma reafirmação da sua posição hierárquica.

A portaria, portanto, representa a linha divisória entre a segurança, a ordem e a exclusividade do "cá dentro" e a insegurança, a desordem e a heterogeneidade do "lá fora". Ela materializa o conceito de fronteira social e espacial, onde o espaço interno dos condomínios é protegido não apenas fisicamente, mas também socialmente, contra a "contaminação" proveniente do exterior.



Figura 50 Entrada de Serviço Pedestres Residencial Alphaville 11 (Rosangela Casali 2024)



Figura 51 Entrada de Serviço Pedestres Residencial Alphaville 11 (Rosangela Casali 2024)

É no fundo uma higienização social, aquilo que mantém visitantes, e principalmente, trabalhadores, cientes de sua posição relativa nesse universo, reforçando a percepção de que estão ali apenas como exceções temporárias, necessárias ao funcionamento daquele espaço, mas não como verdadeiros pertencentes.



Figura 52 Vista superior das entradas segregadas de uma portaria - Residencial Alphaville 11, própria autoria
Legenda: quadricula vermelha, acesso pedonal, em laranja acesso visitante, em marrom, acesso morador, em amarelo, acesso serviço

A portaria, portanto, é um microcosmo da dinâmica de poder e segregação que caracteriza Alphaville, como um todo. Ela não é apenas uma barreira física, mas um mecanismo social que reproduz e reforça as desigualdades existentes na sociedade brasileira. Ao regular o acesso e mediar as interações entre o "dentro" e o "fora", a portaria se torna um instrumento chave de sustento da lógica exclusivista e segregatória que define o urbanismo de Alphaville.

3.3.2 Exemplo 2 - Os muros dentro dos muros

Ainda no âmbito de buscar respostas nos gestos simbólicos da arquitetura, é interessante observar como o muro se torna um elemento tão inerente a Alphaville, que surge inclusive do lado de dentro dos grandes muros que delimitam os condomínios. O sonho americano da casa com jardim e sem portão embasa toda a lógica de promoção e propaganda de Alphaville. A imagem vendida associa o bairro a uma vida de liberdade e tranquilidade, onde é possível viver sem medo do entorno. No entanto, o resultado material é um pouco diferente, e o próprio ambiente intramuros reflete uma constante preocupação com o isolamento.

Dentro dos condomínios, as casas costumam ser implantadas no centro do lote, obedecendo às regras que preveem recuos maiores na frente e atrás, e recuos laterais menores, resultando em jardins na frente e atrás e corredores nas laterais. A fachada frontal das casas é geralmente aberta, sem grades ou portões próximos à rua, reforçando a ideia de liberdade e segurança. Contudo, as outras três extremidades do lote são fechadas por muros, muitas vezes altos, revelando uma contradição fundamental no discurso de liberdade e tranquilidade que Alphaville promove. Apesar da ausência dessas vedações frontais, os corredores laterais estreitos, são usualmente fechados por pequenos portões.

O que os muros internos, separação entre uma propriedade e a outra, revelam, é uma necessidade latente de isolamento, mesmo em um espaço já cercado e protegido. Embora a fachada principal da casa seja aberta, a existência de muros altos nas laterais, no fundo e os pequenos portões revelam uma persistente desconfiança, uma necessidade de privacidade e controle absoluto sobre o que se passa dentro dos limites individuais de cada residência. Assim, o muro que teoricamente deveria ser desnecessário em um ambiente tão seguro, torna-se novamente uma ferramenta para proteger a individualidade, e a demarcar a propriedade privada.



Figura 53 Vista aérea de um condomínio, própria autoria

Legenda: em vermelho, recuos frontais obrigatórios

Essa dinâmica escancara uma tensão entre o desejo de integração comunitária, promovido pelas imagens de um bairro tranquilo e sem barreiras, e a realidade de uma sociedade profundamente individualista, onde o espaço pessoal precisa ser demarcado e

protegido. Os muros internos são a materialização física dessa tensão, evidenciando que, mesmo em ambientes exclusivos, a lógica de segregação e isolamento se mantém.

Dentro dos condomínios, os muros internos também reforçam a noção de propriedade privada em um nível ainda mais profundo. Se por um lado, o muro externo dos condomínios define quem pertence ao espaço protegido de Alphaville, os muros internos marcam a fronteira entre os indivíduos que compartilham o mesmo espaço de privilégio. Mesmo entre vizinhos, há necessidade de separação e distinção.

A estrutura dos condomínios, portanto, não só reforça a exclusividade do bairro em relação ao exterior, mas também promove uma micro segregação entre os próprios moradores, onde cada família busca isolar-se dentro de seu próprio lote. Isso reflete um comportamento comum nas classes mais abastadas, onde o contato com o outro, mesmo que semelhante em termos socioeconômicos, é cuidadosamente medido e controlado. Simbolicamente, os muros internos refletem os valores de uma sociedade que, embora compartilhe essa posição privilegiada, mantém uma forte crença na importância de definir fronteiras, proteger a individualidade e evitar a invasão de privacidade. A ausência de uma vedação eloquente na fachada principal cria uma ilusão de abertura e convivência em comunidade, mas os muros laterais e de fundo mostram que essa abertura é, na verdade, extremamente controlada e limitada.

O muro, portanto, protege o que já está protegido e isola o que já está isolado, criando camadas de separação que reafirmam a lógica de exclusividade em diferentes níveis. Em Alphaville, o muro não é apenas um elemento defensivo contra o "outro" externo, mas também um instrumento de definição interna, de estabelecimento de territórios individuais, mesmo entre aqueles que teoricamente compartilham os mesmos valores e estilo de vida.

É importante notar também como a dinâmica destes muros internos emulam em menor escala a dinâmica das portarias. Se, em geral, as casas possuem três acessos, porta principal e dois acessos laterais, no cotidiano o que se percebe é que estes acessos reforçam a lógica segregatória. A entrada principal é destinada aos moradores e visitantes e as laterais para as funcionárias, jardineiros e pedreiros. É, no fundo, a réplica individualizada da lógica dos condomínios coletivos verticais no Brasil com elevadores e entradas "sociais" separados daqueles de "serviço".



Figura 54 Portão Lateral (Pedro Torres, Novembro de 2024)

Novamente, pode-se recorrer à ótica de Pierre Bourdieu, para interpretar os muros internos dos lotes de Alphaville como uma expressão do *habitus* da classe dominante. O desejo de manter distâncias físicas, de demarcar a propriedade privada e de controlar quem tem acesso a quais espaços reflete um *habitus* que privilegia a separação e a distinção. Os muros, portanto, não são apenas estruturas funcionais, mas instrumentos que perpetuam as práticas sociais e reforçam a lógica de exclusividade e poder.



Figura 55 Muro Interno 1 (própria autoria)



Figura 56 Muro Interno 2 (Pedro Torres, Novembro de 2024)

Em suma, os muros dentro de Alphaville, mimetizam e estendem a lógica dos muros que cercam o bairro, e operam como barreiras físicas e simbólicas. A delimitação do espaço privado reforça o controle territorial e garante a perpetuação do distanciamento, mesmo em um espaço já altamente segregado. Isso demonstra que nos ensaios para fabricar uma "utopia" de liberdade e segurança, os comportamentos sociais são profundamente influenciados por dinâmicas de exclusão e hierarquia.

3.3.3 Exemplo 3 - Os espaços de lazer dentro dos muros

As áreas de lazer intramuros são importantes pontos de atenção quando se trata do estilo de vida de Alphaville. A possibilidade de acesso a esportes e lazer em geral sempre foi um chamariz publicitário do bairro. Inicialmente os compradores dos primeiros lotes dos residenciais Alphaville 1 e 2 ganharam um título do ATC, Alphaville Tênis Clube. Com o decorrer do tempo e o crescimento de Alphaville os novos empreendimentos já surgiram supridos de áreas de lazer.



Figura 57 Alphaville Tênis Clube (ATC, 2023, Disponível em: <https://alphavilletenisclub.com.br/clubes/infraestrutura>. Acesso em: 12 de novembro de 2024)

Em geral a maior parte possui uma estrutura dedicada a variadas atividades, desde ginásio equipado, quadras de tênis, futebol, basquete, bicicross, pista de cooper, etc. De certo modo essa variedade torna-se ponto de análise por dois principais motivos:

1. Uma área de lazer interna permite passar mais tempo dentro do condomínio e evita saídas do enclave, ou seja, reforça a busca pela autossuficiência;
2. O espaço de lazer intramuros assegura a socialização exclusiva a pessoas da mesma classe social.

Quanto ao primeiro ponto, a presença de áreas de lazer altamente equipadas dentro dos conjuntos residenciais diminui a necessidade de interagir com o espaço público exterior. Academias, praças, clubes e outros equipamentos recreativos, que em um ambiente urbano comum, estariam dispersos pela cidade, são concentrados dentro do enclave em uma área específica, oferecendo opções variadas sem a necessidade de transpor os muros.



Figura 58 Clube Esportivo Residencial Alphaville 11

Essa “autossuficiência” não é apenas uma comodidade, mas uma estratégia que reforça o isolamento e a segregação espacial. Ao dispor de todas as facilidades dentro dos muros, os moradores não precisam frequentar espaços urbanos compartilhados, onde estariam expostos a uma diversidade maior de classes sociais e culturais. Isso reforça o direito conferido a estas classes mais altas de ignorar as realidades urbanas de São Paulo, Barueri ou Santana de Parnaíba, como a desigualdade e a insegurança, além de manter o estilo de vida deste grupo intocável.

Como a análise de Teresa Caldeira²⁰ descreve, essa prática reforça o enclave onde os moradores se cercam, equipando-os de todas as conveniências necessárias para o seu bem-estar dentro dos limites controlados. O resultado é a formação de um microcosmo social, que opera em paralelo com a cidade que o circunda, minimizando a exposição à sua conflitualidade.

O segundo ponto, a função destes equipamentos como espaços de socialização seletiva, garante as interações sociais entre indivíduos de mesmo status social e estilo de vida. As atividades recreativas fornecidas, como o tênis, a natação, academias, tornam-se, assim, não apenas suporte de tempos de lazer, mas também oportunidades de reforçar as redes de relacionamento dentro de uma classe social privilegiada.

Esses espaços, acessíveis apenas aos moradores e convidados, filtram quem pode ou não usufruir das atividades, criando uma barreira contra o contato com outras classes. Enquanto espaços públicos na cidade são tradicionalmente locais de encontro e interação entre diferentes grupos, os espaços de lazer de Alphaville restringem essa convivência. Desse modo esses espaços “tranquilizam” os indivíduos pertencentes ao grupo, assegurando que aquele com quem ele interage é um igual: ou seja, em outras palavras, não constitui ameaça.

Observando este cenário em relação aos conceitos de Pierre Bourdieu, é possível entender que as práticas de lazer em Alphaville são mais uma expressão direta dos valores e disposições internalizadas pela elite. A participação em esportes como tênis, a frequência em

²⁰ Teresa Pires do Rio Caldeira, *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, 2ª ed. (São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000).

academias de luxo e clubes exclusivos, ou mesmo a simples escolha de onde passar o tempo livre, são práticas que não refletem apenas o status social, mas também contribuem para a sua manutenção e reprodução.

A socialização em espaços fechados e controlados reforça as disposições de exclusividade, distinção e separação, características do *habitus* das classes dominantes. Essas práticas são passadas adiante, reproduzindo os valores de segregação e afastamento do "outro", que são centrais na identidade dos moradores de Alphaville.

Como consequência, a existência destas áreas de lazer também tem implicações no modo como a cidade é pensada e organizada. Ao criar um ambiente independente dos equipamentos de lazer públicos, Alphaville contribui para a fragmentação física e simbólica do espaço urbano. Isso reforça a desigualdade urbana, onde espaços públicos perdem relevância e o interesse para as classes abastadas, que de forma correspondente, deixam de reconhecer qualquer interesse nos investimentos (públicos ou privados) a realizar nessas áreas.

Em suma, as áreas de lazer dentro dos condomínios residenciais são mais do que simples espaços recreativos, elas atuam no sentido da perpetuação do estilo de vida dos moradores, reforçando o *habitus* deste grupo – e em contraponto, dos coletivos marginalizados. Ao oferecer independência e socialização seletiva, esses espaços dão força ao projeto segregatório e perpetuam o distanciamento entre os habitantes de Alphaville e a restante sociedade.

3.4 Dispositivo simbólico e estrutural de poder

Tendo em vista o que foi apresentado até agora, observar os muros de Alphaville, permite compreender o potente valor simbólico que se conecta com a funcionalidade dessas estruturas. Além da delimitação do território do enclave fortificado, eles definem o lugar social dos indivíduos presentes nessa dinâmica. Mais do que simples barreiras físicas, os muros materializam um *habitus* coletivo que reforça a separação entre os privilegiados e os marginalizados, refletindo as desigualdades históricas e as tensões sociais expostas neste contexto. O resultado é uma paisagem urbana fragmentada, onde os espaços públicos e a convivência entre diferentes grupos sociais são limitados e controlados. A análise desse dispositivo revela, portanto, não só a morfologia e o projeto do enclave, mas também a dinâmica de poder que o sustenta e perpetua.

Capítulo 4 - O lugar social do indivíduo

O trabalho, até este ponto, vem estabelecendo um panorama em que surgiu e se consolidou a construção do lugar “Alphaville”. O objetivo até agora foi compreender como o processo histórico originou este manifesto ideológico, que se materializa no urbanismo e na arquitetura do bairro. Isso porque, no fundo, falar sobre a arquitetura de Alphaville pela perspectiva figural ou estética se tornaria bastante ocioso: o que realmente aflora nestes casos, como situação paradigmática, é o modo como a construção de um lugar constrange as relações sociais dos indivíduos.

A análise até agora traçou uma rota que evidenciou como Alphaville é mais do que um bairro residencial: é um símbolo e um sintoma de dominação social e espacial que reflete as profundas desigualdades enraizadas do Brasil. No desenvolvimento anterior, foi discutido como Alphaville, com sua urbanização controlada, seus muros, suas áreas verdes privadas e baseando-se o uso predominante no automóvel, reflete a busca por exclusividade e segurança. No fundo, buscou-se compreender como o planejamento de Alphaville elabora uma dinâmica social que encapsula os indivíduos em determinados comportamentos.

Este capítulo pretende entender o lugar do indivíduo influenciado pela dinâmica social de Alphaville, e seus preceitos de dominação e poder. O objetivo é focar na dinâmica de empregado e de empregador no espaço de Alphaville, explorando como a arquitetura e o urbanismo do enclave moldam o "lugar social" dos indivíduos. Ao observar as dinâmicas de poder nessas relações, entende-se como o espaço construído em Alphaville reforça hierarquias sociais herdadas do passado colonial e escravocrata brasileiro.

A análise vai se concentrar nas formas pelas quais a arquitetura define rotas, acessos, divisões espaciais e invisibiliza os trabalhadores, ao mesmo tempo que reforça e destaca o controle sobre os seus movimentos, através da separação dos espaços destinados aos empregados. Esses aspectos serão estudados à luz da organização dos condomínios, das portarias e dos espaços de serviço, mostrando como a arquitetura reproduz relações de poder e hierarquia. O capítulo também abordará como o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu se aplica a essa dinâmica, observando como as disposições e comportamentos dos trabalhadores são influenciados pelas barreiras físicas e simbólicas que a arquitetura impõe. Ao final, o objetivo passa por destacar como a arquitetura de Alphaville, além de refletir as divisões sociais, também tem um papel ativo na perpetuação dessas desigualdades, configurando um espaço de exclusão e subordinação.

4.1. Contextualização histórica: A herança escravocrata e a estrutura social do Brasil

4.1.1 Exploração e escravidão

A formação da sociedade brasileira é profundamente marcada por dois processos extremamente violentos: a exploração colonial e o regime escravocrata. Ambos os processos moldaram as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais do país. Desde a colonização portuguesa, no século XVI, o Brasil foi organizado em torno de uma economia de extração e produção agrícola em larga escala, onde na base da economia estava a mão de obra escravizada. Milhões de africanos foram sequestrados para trabalhar à força nas plantações de cana-de-açúcar, nas fazendas de café e nas grandes propriedades rurais que estruturaram a economia

colonial. Como produto deste sistema, gerou-se uma sociedade hierarquizada, onde a elite colonial, composta por proprietários de terras e senhores de escravos, detinha o controle total sobre os meios de produção e de poder, com os escravizados na base da pirâmide social.

A escravidão moldou a economia, e de forma correspondente, a maneira como o espaço foi organizado. As grandes propriedades rurais eram estruturas de dominação física e simbólica, onde os senhores de escravos habitavam a casa grande, e os trabalhadores escravizados eram confinados à senzala. Essa arquitetura refletia as rígidas divisões sociais da época, com os senhores controlando o espaço central, enquanto os escravos eram relegados às áreas periféricas, invisíveis e precárias.

Com a abolição da escravatura em 1888, essas estruturas sociais não foram completamente desfeitas. Pelo contrário, a lógica de exploração e subordinação foi adaptada para o novo contexto econômico e urbano do país, perpetuando desigualdades que ainda hoje se manifestam em diferentes aspectos da sociedade brasileira, inclusive na organização espacial das cidades e dos enclaves fortificados, como Alphaville. O modo como a abolição se concretizou, impediu que os indivíduos escravizados pudessem sair da lógica de exploração, jogando-os à miséria e à pobreza sem um plano de reestruturação social correspondente.

Antes porém da escravidão africana se consolidar como base econômica do Brasil, o trabalho forçado dos povos indígenas desempenhou um papel central na exploração colonial. Desde os primeiros anos após o dito “descobrimento”, os portugueses subjugarão os povos indígenas que habitavam o território brasileiro, utilizando sua força de trabalho para diversas atividades, como a extração do pau-brasil, a construção de infraestrutura colonial, e, posteriormente, para o cultivo agrícola nas plantações.

Como já foi explorado anteriormente, o sistema de exploração indígena não se limitava à apropriação da força de trabalho: a apropriação das terras indígenas foi um elemento central no projeto colonial, onde o sistema de sesmarias distribuiu vastas porções de território aos colonizadores, expulsando e deslocando as populações nativas de suas terras ancestrais. Os aldeamentos indígenas, estabelecidos pelos jesuítas, serviam o duplo propósito de catequizar os povos indígenas e de integrá-los na economia colonial como mão de obra subjugada, o que seria caso nas terras que hoje designamos por Alphaville.

A escravização dos indígenas resultou em genocídio e desestruturação das sociedades nativas, cujas culturas e modos de vida foram erodidos pela violência. Esses povos, que antes se organizavam de forma diversa e autônoma, foram forçados a se adaptar ao que era imposto pelos colonizadores. Esse processo de exploração violenta dos povos indígenas estabeleceu um paradigma de dominação que seria posteriormente expandido com a escravidão africana. A expropriação de terras e a subjugação de corpos nativos criaram uma estrutura que privilegiou a elite colonial e permaneceu enraizada no tecido social brasileiro, influenciando as relações de poder e a consolidação da propriedade ao longo dos séculos.

Isso porque, embora a escravidão africana tenha eventualmente se tornado a principal fonte de mão de obra no Brasil, a exploração dos povos indígenas não desapareceu, e seus efeitos podem ser vistos na atualidade. Em regiões como Alphaville, o apagamento da ancestralidade indígena do território é uma realidade histórica pouco discutida. A apropriação de terras para o desenvolvimento urbano seguiu uma lógica que ignora a presença indígena, à imagem da ocupação colonial.

No contexto de Alphaville, que se desenvolveu sobre territórios de antigos aldeamentos indígenas, há uma continuidade desse processo histórico de invisibilização e apagamento. A valorização das terras para fins imobiliários, assim como a criação de novos loteamentos para a elite, é resultado da dominação que começou com a exploração dos povos nativos. A história desses territórios foi apagada em prol de uma narrativa de desenvolvimento econômico e modernidade, o que perpetua a marginalização dos povos originários, deslocados tanto no tempo quanto no espaço.

Uma prova material deste apagamento é a nomeação genérica de ruas em Alphaville com nomes indígenas famosos como “Alameda Grajaú” ou “Alameda Cauaxi”. Porém se percebe que não há uma real preocupação com a preservação da história desses povos: o ensino e os equipamentos culturais não contemplam as histórias dessas pessoas, relegando a herança que se projeta na sociedade atual à condição de alegoria publicitária.

4.1.2 Relação entre passado e presente e a persistência da lógica escravocrata em Alphaville

Este contexto histórico é imprescindível para este trabalho, pois marca a gênese de um comportamento. A herança escravocrata persiste na sociedade brasileira, ela foi absorvida e transformada em novas formas de dominação social, que compõem as desigualdades históricas no Brasil contemporâneo. As elites, que historicamente controlavam terras e mão de obra, passaram a ocupar os espaços mais valorizados e a concentrar a riqueza, enquanto os trabalhadores, permaneciam em posições de subordinação, com pouco acesso à educação, oportunidades de trabalho e moradia digna.

Olhando para o contexto urbano, essa relação de dominação se manifesta na forma como as cidades brasileiras são ocupadas, uma ocupação resultado de planejamento ou da ausência dele. Seja como for, esses dois gestos são intencionais. O que esses processos geraram foi a seguinte dinâmica: a elite econômica migrou para espaços isolados, protegidos por muros e com serviços exclusivos, enquanto as populações de baixa renda foram deslocadas para áreas periféricas, precárias em infraestrutura e serviços públicos. Alphaville, como um conjunto de enclaves fortificados, é um exemplo contemporâneo dessa continuidade histórica, onde a segregação espacial reflete a manutenção de privilégios – e onde o direito de acesso à cidade é reservado a uma elite econômica.

A lógica de exploração que sustentou o sistema escravocrata persiste de maneira simbólica e prática na sociedade brasileira atual. Os trabalhadores domésticos e os prestadores de serviços, que compõem uma grande parte da população empregada em Alphaville, ocupam uma posição subordinada e invisível, remanescente das antigas dinâmicas entre senhores e escravos. Diferente de outros países progressistas, os trabalhos de base carregam uma submissão e uma lógica de precariedade, herdada do período escravocrata. Assim, embora o contexto econômico e legal tenha mudado, as estruturas de poder continuam a ser reproduzidas no espaço urbano e nas relações sociais confinadas nesse modelo de sociedade.

O tema da herança escravocrata foi trabalhado por diversos autores, dentre eles Gilberto Freyre, que trabalha o dualismo da *Casa Grande e Senzala*²¹, nome do seu livro publicado em 1933. É importante salientar que a metáfora estabelecida por Freyre tem relevância na sociedade brasileira para fins de compreensão do processo histórico. A perspectiva do autor é fruto de um trabalho de seu tempo e por isso deve ser levado em conta este aspecto. Apesar

²¹ Gilberto Freyre, *Casa-grande e Senzala*, 51ª ed. (São Paulo: Global Editora, 2006).

disso, a arquitetura das casas e condomínios de luxo em Alphaville não deixa de reproduzir, de maneira contemporânea, essa separação entre os patrões (os moradores das casas) e os empregados (os trabalhadores domésticos, seguranças e prestadores de serviço).

Nas casas de Alphaville, a separação entre as áreas destinadas aos moradores e aquelas reservadas para os empregados é explícita e física. Assim como a Casa Grande centralizava o poder e a autoridade no período colonial, as casas de luxo em Alphaville centralizam os espaços sociais e de lazer para os proprietários, enquanto os empregados são relegados a espaços menores e piores, as “dependências de serviço”, ou vulgarmente chamados “quartinho de empregada”. Esses espaços, muitas vezes ocultos ou localizados em áreas que não interferem na circulação dos moradores, refletem a mesma lógica de invisibilidade e subordinação.

As dependências de empregados em Alphaville são, em muitos casos, minúsculos quartos próximos à cozinha ou à garagem, com acesso separado, reforçando a ideia de que os trabalhadores devem ser apartados da vida social dos moradores. A arquitetura das casas, portanto, não serve apenas as necessidades práticas de separação de funções, mas também desempenha um papel simbólico no reforço da hierarquia social.

Essa hierarquia espacial também se manifesta nas rotas e nos acessos dos empregados. Assim como a Senzala era relegada a uma posição afastada e subordinada, nas fazendas coloniais, os empregados de Alphaville entram muitas vezes nos condomínios por portarias separadas, têm horários controlados e circulam por caminhos diferenciados dos moradores. Essa separação espacial é um reflexo da herança escravocrata, onde o controle do corpo e da mobilidade dos trabalhadores fazia parte do arsenal comum das práticas de dominação.

Portanto, ao observar Alphaville, percebemos que a arquitetura e o urbanismo deste lugar não apenas organizam o espaço físico, mas também perpetuam dinâmicas históricas de poder e dominação. A separação simbólica entre patrões e empregados, entre a "Casa Grande" e a "Senzala" moderna, revela como a herança escravocrata se mantém viva nas estruturas sociais e espaciais contemporâneas. Isso reflete a continuidade de um sistema que privilegia grupos historicamente dominantes, com a arquitetura e o planejamento urbano atuando como agentes ativos na perpetuação dessas desigualdades.

4.2. O lugar do empregado

Tendo sido apresentado o panorama que molda a sociedade brasileira, este subcapítulo busca entender na prática o modo como a arquitetura e o urbanismo de Alphaville, produtos de uma ideologia de dominação, moldam as dinâmicas sociais dos indivíduos. Para isso é importante ter em mente que se trata aqui os indivíduos a partir de seus lugares no mundo, ou seja, suas posições de classe que atribuem mais ou menos poder. No caso em questão pode-se dividir os indivíduos em dois grandes grupos: moradores, patrões e trabalhadores, empregados.

Quando se olha para o "lugar" do empregado em Alphaville não se pensa apenas no aspecto físico: o objetivo é encontrar o lugar simbólico do indivíduo que ali está como empregado. A divisão física e social entre empregados e moradores é uma característica clara da organização espacial do urbanismo de Alphaville, aspecto que reflete as hierarquias que estruturam os enclaves fortificados. Os desenhos arquitetônicos e urbanos são planejados de modo a preservar e reforçar o lugar social, seja dos empregados à margem ou dos patrões no protagonismo de uma tal dinâmica, tanto do ponto de vista físico quanto simbólico. A estrutura dos condomínios, as barreiras físicas e as infraestruturas de controle de acesso trabalham em conjunto para reforço desses lugares simbólicos.

4.2.1 Acesso: Mobilidade restrita e invisibilidade

A mobilidade dos empregados dentro e ao redor de Alphaville é restrita, restrição que surge por efeito de dois mecanismos: primeiro, pela geografia do bairro, e depois pela infraestrutura urbana. O primeiro aspecto já foi explorado na análise morfológica do bairro, mas em resumo, Alphaville rodeia-se de grandes porções verdes de mata fechada, e reduz o seu acesso ao automóvel, mediado por poucas entradas – situação que limita e condiciona a circulação.

O empecilho de infraestrutura diz respeito às rotas que os empregados percorrem para chegar e circular em Alphaville. Para muitos empregados, o deslocamento até o trabalho começa com o uso de transporte público. As linhas de ônibus que atendem a região são insuficientes, frequentemente superlotadas e com horários espaçados e inconstantes, tornando a jornada longa e desconfortável. Além disso, os transportes públicos não ultrapassam as portarias, deixando os trabalhadores nas proximidades dos condomínios e obrigando-os a caminhar longas distâncias até as portarias de serviço e depois até as casas em que trabalham. Esse deslocamento extenuante é agravado pelo fato de que alguns dos trabalhadores enfrentam jornadas de itinerância até duas ou três horas, provenientes de bairros periféricos e com poucas opções de transporte eficiente. Essa realidade contrasta fortemente com a comodidade dos moradores de Alphaville, que têm fácil acesso a vias expressas e dependem quase exclusivamente de carros particulares.

Dentro dos condomínios, a "invisibilidade" dos empregados é um aspecto central da organização espacial. As entradas separadas para trabalhadores domésticos e prestadores de serviços nos condomínios reforçam a ideia de que a presença desses indivíduos deve ser minimizada. Ao entrar por essas portas secundárias, os trabalhadores são simbolicamente excluídos dos espaços de convívio social dos moradores, que compreendem as áreas de lazer, jardins e outros espaços de entretenimento.

4.2.2 Segregação espacial e social

Nos condomínios de Alphaville, como já foi dito, as portarias são separadas e hierarquizadas de acordo com o papel de cada um neste micro ecossistema. As entradas de moradores, visitantes e serviços²², no fundo selecionam os indivíduos a partir de seu status social. Moradores e visitantes entram por portarias principais, onde a vigilância é ostensiva, mas amigável e cordial, enquanto os empregados domésticos, prestadores de serviços e trabalhadores terceirizados são direcionados para entradas específicas, geralmente localizadas nas laterais das portarias ou em alguns casos em entradas secundárias dos condomínios. Essas entradas são mais discretas e muitas vezes pouco visíveis, refletindo a tentativa de minimizar a presença dos trabalhadores no espaço social dos moradores.

²² As entradas em questão podem ser divididas em acesso de pedestre e acesso de automóveis. Dentro destes dois acessos há outras três subdivisões: Acesso moradores, visitantes e serviço.



Figura 59 Entrada de Serviço, Residencial Alphaville 11 (Rosângela Casali, 2024)

Além das entradas separadas, o acesso é também restrito aos diferentes espaços do condomínio. Os empregados não podem circular livremente pelos espaços comuns ou de lazer, como praças internas, piscinas ou academias, sendo esses lugares reservados exclusivamente para os moradores. O rígido controle é construído não só pela arquitetura, mas é inegavelmente reforçado por ela: não carece de uma placa que proíba o uso destes equipamentos pelos empregados, dado que a portaria separada, o controle rígido de entrada e as revistas são símbolos suficientes de claro não pertencimento. Todo esse aparato não apenas regula a circulação dos empregados, mas também reforça a ideia de que esses espaços de lazer pertencem à elite, e que não cabe aos trabalhadores interferir ou ser vistos no convívio cotidiano com a vida de luxo, para além da sua condição de servidores.

Em suma, essa infraestrutura de acesso restrito reflete e reforça a posição social dos empregados, marcando de maneira explícita a sua subordinação e o controle sobre seus corpos e movimentos. Ao limitar o acesso, e controlar rigorosamente as rotas e interações dos empregados, a arquitetura de Alphaville reproduz antigas dinâmicas de poder herdadas do Brasil colonial, caso em que a planificação de um urbanismo e a materialização de uma arquitetura se tornam instrumentos desse mecanismo repressivo.

4.2.3 Relação de poder entre morador e empregado

No fundo, toda essa estrutura, inicialmente descrita de modo formal e agora ilustrada por uma abordagem analítica simbólica, culmina na compreensão de um fenômeno: a relação de Poder entre empregador e empregado. Um caminho para entender essas relações de poder em Alphaville, é recorrer à teoria de dominação simbólica de Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu, a dominação simbólica ocorre quando as relações de poder são internalizadas por ambas as partes, dominantes e dominados, de maneira a parecerem naturais ou inevitáveis. Essa internalização se dá justamente através do *habitus*, moldado pela posição que um indivíduo ocupa em determinada estrutura social.

No contexto de Alphaville, o *habitus* dos empregadores e empregados reflete e reforça essa relação de poder de forma constante. Para os empregadores, por exemplo, a separação entre seus espaços privados e os espaços de trabalho dos empregados é naturalizada pela arquitetura dos condomínios e das residências. Os moradores de Alphaville têm internalizada a ideia de que o espaço público dos condomínios é exclusivamente deles, enquanto os empregados ocupam um lugar restrito a áreas funcionais ou de serviço. Essa divisão espacial contribui para o fortalecimento do *habitus* da elite, que vê sua posição de dominância como legítima e natural.

Por sua vez, os empregados, ao habitarem os espaços contingentes que lhes são atribuídos, internalizam a sua subordinação. Ao entrarem pelas portas de serviço, ao utilizar rotas separadas e ao terem o acesso limitado a certas áreas, os trabalhadores assimilam a ideia de que o seu lugar é “aquele”. Essa internalização reforça a desigualdade social e a hierarquia social imposta, dos quais os próprios empregados se tornam agentes de reprodução, muitas vezes de forma inconsciente.

Essa dominação simbólica não precisa ser explicitamente imposta, ela opera de forma sutil, através dos hábitos, rotinas e interações entre os indivíduos no cotidiano. A maneira como os empregados são tratados e como eles se percebem dentro desse sistema, é manifestação de uma relação de poder que se perpetua não apenas pelo aspecto material, mas também pela cultura dessas práticas. Porque essas hierarquias fazem parte da realidade cotidiana, os empregados não a questionam, criando um ciclo de reprodução das desigualdades.

Dentro dos condomínios de Alphaville, as funções desempenhadas pelos empregados, sejam elas no âmbito doméstico, de segurança ou manutenção, seguem uma hierarquia clara, que reflete a divisão social do trabalho. Essas funções, embora essenciais para o funcionamento diário do enclave, são tratadas de forma subalterna e reforçam a lógica de controle. Para melhor compreensão desse grande grupo de trabalhadores, segue um breve retrato de cada subgrupo e suas principais características.

Trabalho Doméstico: O trabalho doméstico no Brasil, em si, é já um extenso e complexo tema. A atividade está profundamente ligada ao que já foi anteriormente discutido: o passado colonial e escravocrata. Desde a abolição da escravatura em 1888, o trabalho doméstico se consolidou como uma das principais formas de ocupação para mulheres negras e de baixa renda. Apesar das mudanças legais e sociais ao longo dos anos, esse tipo de trabalho ainda carrega as marcas da subordinação e da exploração que caracterizaram o período escravocrata.

O trabalho doméstico é uma das ocupações mais precarizadas do país, sendo historicamente mal remunerado e com pouca proteção legal. Mesmo com a chamada

PEC das Domésticas (Proposta de Emenda à Constituição), aprovada em 2013, que ampliou os direitos trabalhistas das empregadas, muitas dessas trabalhadoras vivem ainda em regime análogo à escravidão moderna, com jornadas exaustivas e remuneração abaixo do salário mínimo, e expoliadas de direitos elementares como são caso as férias remuneradas, um limite de horas de trabalho e descontos para aposentadoria. Mesmo após a aprovação da PEC, a implementação dessas garantias ainda enfrenta muitas barreiras, especialmente em áreas de elite como Alphaville.



Figura 60 Capas das revistas *Veja* e *Época* sobre a vida sem empregada doméstica por conta da PEC. (*Veja*, 2012; *Época*, 2012. Imagem acessada em: 18 de novembro de 2024).

Além da precariedade, o trabalho doméstico no Brasil é altamente marcado por questões de gênero e raça: a maioria das empregadas domésticas são mulheres negras. O racismo estrutural, combinado com a desigualdade de gênero, faz com que essas trabalhadoras sejam vistas como pertencentes a uma casta inferior, destinadas a servir e cuidar das casas e famílias da elite branca. Essa dinâmica de subordinação, portanto, é chave para compreender as mecânicas de trabalho e poder, diretamente explícitas, na organização espacial de Alphaville.

Empregadas domésticas, cozinheiras e babás constituem a maior parte das trabalhadoras dentro dos condomínios de Alphaville, na esmagadora maioria, como já foi dito, sendo mulheres e negras. Seus papéis são desempenhados de forma discreta, porém sempre presentes nos “bastidores”, invisíveis nas áreas de serviço. A divisão espacial das casas, que destina áreas específicas para as “dependências de empregados”, reforça a separação entre o mundo dos patrões e o dos empregados. Essas funções, quando desempenhadas com proximidade física aos moradores, são sempre “discretas”.

A palavra *discrição* não está neste texto por acaso: quando se trata do trabalho doméstico, este é o adjetivo mais buscado como qualidade para um funcionário. Aliado a “discreto”, é comum também a busca por alguém “respeitoso” e “educado”. Nos grupos dos condomínios em redes sociais esses “anúncios” de emprego ou pedidos de indicação são sintomáticos do lugar do empregado doméstico na dinâmica social, a definir o que se espera de sua atitude.

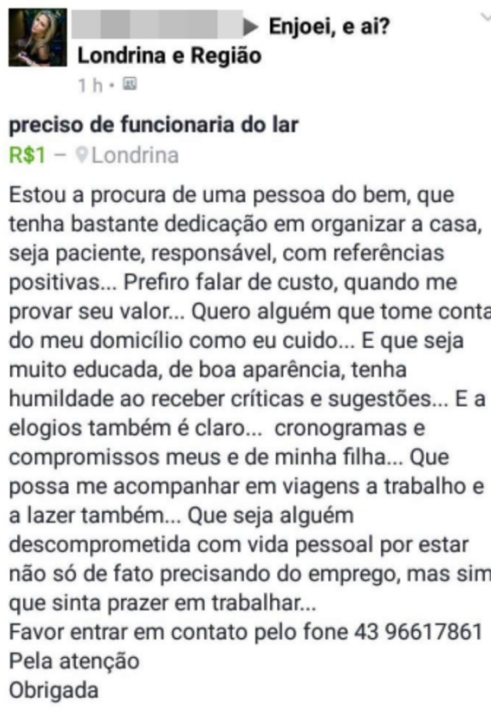


Figura 61 Anúncio de vaga para empregada doméstica. (Facebook, grupo "Enjoei, e aí? Londrina e Região". s.d. Acesso em: 17 de novembro de 2024).

Segurança: Os seguranças de Alphaville são parte fundamental do sistema de serviços que compõem o bairro. De modo objetivo os seguranças permitem controle de acesso e estão preparados para agir em casos possíveis de violência como assaltos ou sequestros. A questão é que a objetividade deste trabalho é apenas uma parte do todo: simbolicamente, a existência das equipes de segurança embasa o pensamento ideológico de Alphaville, fundado na exclusividade e na segurança.

As equipes de segurança são contratadas por meio de empresas terceirizadas, muitas delas que prosperaram junto com Alphaville. Essas empresas treinam indivíduos de modo a estarem preparados para enfrentar possíveis violências, ao mesmo tempo que os ensinam a ser cordiais, gentis e respeitosos com os moradores. Há uma clara distinção no modo de tratar, baseado no grupo social a qual o indivíduo pertence.



Figura 62 Frota Segurança de empresa privada em Alphaville. (AREA. 2022. Acesso em: 8 de novembro de 2024.)

Grande parte dos seguranças de Alphaville são ex-policiais ou profissionais com experiência em segurança pública. Sua presença nos condomínios reforça a ideia de que o bairro é um espaço protegido, mas também cria um paralelo com o controle exercido pela polícia nas ruas, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social. O paradoxo dessa relação é evidente: enquanto protegem os moradores de Alphaville das ameaças externas, os seguranças fazem parte do mesmo estrato social que os trabalhadores domésticos ou os prestadores de serviço, grupos que, embora essenciais para o funcionamento do sistema, são mantidos à margem da vida social e dos espaços de convivência.



Figura 63 Segurança de empresa privada em Alphaville. (AREA. 2022. Acesso em: 8 de novembro de 2024.)

A arquitetura, neste caso, materializa o posicionamento periférico desses trabalhadores e reforça a hierarquia. Os seguranças são visíveis nas guaritas e quando fazem as rondas de automóvel, mas sua interação com os moradores é limitada e superficial. Seus postos

de vigilância ficam em áreas estrategicamente posicionadas nas bordas dos condomínios, reforçando sua função de proteger o perímetro. No entanto, a interação entre segurança e moradores raramente vai além de uma saudação cordial, “Bom dia”, pela manhã, e “Bom descanso”, pela noite. Ou seja, a função dos seguranças é restrita a uma proteção quase silenciosa, exceto em momentos de crise, quando sua presença se reclama evidente.



Figura 64 Mapa de atuação da empresa AREA no centro de Alphaville (Associação Residencial e Empresarial Alphaville, 2020).

Em última análise, o papel dos seguranças de Alphaville constitui elemento essencial para o reforço da hierarquia social dentro dos condomínios, consolidando a separação entre os moradores e os “outros”. Essa estrutura de vigilância reflete e perpetua as relações de poder e controle que permeiam o cotidiano do enclave, novamente reproduzindo as dinâmicas de dominação herdadas do passado colonial. Assim, a presença dos seguranças perpetua a segregação espacial e social que define Alphaville como um espaço exclusivo – hierarquicamente organizado.

Manutenção e Serviços: Jardineiros, piscineiros, eletricitas e faxineiros fazem parte de outro grupo de trabalhadores essenciais para manter o luxo e a funcionalidade das residências e áreas comuns de Alphaville. Essas funções, no entanto, são ainda mais invisibilizadas que as domésticas ou de segurança. Os trabalhadores de manutenção geralmente entram nos condomínios em horários pré-determinados e têm sua circulação restrita, muitas vezes sendo obrigados a seguir rotas específicas, a usarem entradas de

serviço, ou a serem escoltados. A arquitetura e o urbanismo dos condomínios facilitam esse processo, ao permitir que esses trabalhadores realizem suas funções sem serem notados pelos moradores, reforçando assim a sua condição de subalternidade.

Em Alphaville, os trabalhadores responsáveis pela manutenção das residências e áreas comuns desempenham um papel crucial na preservação do luxo e da funcionalidade que caracterizam os condomínios. Jardineiros, piscineiros, eletricitas, encanadores e faxineiros são responsáveis por manter o alto padrão estético e operacional do espaço, garantindo que as casas e os condomínios estejam sempre impecáveis. Contudo, apesar da importância de suas funções, esses trabalhadores são ainda mais invisibilizados do que aqueles no setor doméstico ou de segurança, sendo tratados como figuras ainda mais exteriores dentro da hierarquia organizacional.

Esses profissionais são contratados por empresas terceirizadas, ou como autônomos, e sua entrada e permanência nos condomínios seguem uma lógica de controle e discricção. Muitos desses trabalhadores têm horários pré-determinados para realizar suas tarefas, muitas vezes coincidentes com os momentos em que os moradores estão fora de casa. Assim sendo, as empregadas domésticas exercem a função de organizar e observar esses trabalhadores, sendo consideradas “de confiança” para o trabalho. Essa prática é deliberada, com o objetivo de minimizar o contato entre os trabalhadores de manutenção e os residentes. A arquitetura dos condomínios é novamente projetada para reforçar essa separação, caso em que os trabalhadores de manutenção entram por entradas de serviço tanto na portaria, como nas próprias casas, pelas entradas “laterais”.

A circulação desses trabalhadores é outro aspecto rigidamente controlado, e eles raramente têm permissão para transitar livremente dentro dos condomínios. Por norma, os condomínios possuem as entradas de serviço segregadas, onde os trabalhadores são submetidos a revistas e verificações mais rígidas. Se tratando das casas, como já foi dito, existem entradas e corredores laterais que permitem acesso exclusivo para serviços, por onde os trabalhadores podem circular sem passar pelas áreas principais da casa ou cruzar o caminho dos proprietários. Assim, mesmo que suas atividades sejam essenciais para a preservação da estética e do funcionamento do espaço, os trabalhadores de manutenção são mantidos à margem, em condição de invisibilidade.

Além disso, a segmentação dos espaços que esses trabalhadores podem ocupar no urbanismo do condomínio reflete a segregação social inerente ao espaço. Áreas de manutenção, como salas de equipamentos, depósitos de materiais e lixo, estão localizadas em zonas periféricas dos condomínios, longe dos olhares dos moradores, realmente escondidas. Mesmo nas áreas comuns, como jardins e piscinas, os horários de manutenção são escolhidos para que o trabalho seja realizado antes que os moradores comecem a utilizar esses espaços. Assim, os moradores usufruem dos benefícios de um ambiente perfeitamente cuidado, raramente interagindo com os responsáveis por essa manutenção.

Do ponto de vista simbólico, essa invisibilidade é novamente refletida, e reforça a relação de poder existente entre os moradores e trabalhadores. A arquitetura, ao ocultar a presença dos profissionais de manutenção, contribui para a perpetuação de uma dinâmica de dominação que minimiza a importância desses trabalhadores na vida cotidiana dos condomínios.

A subordinação desses trabalhadores também se manifesta na forma como suas atividades são percebidas. Enquanto os serviços domésticos e de segurança envolvem interações diretas com os moradores e, por isso, têm um relativo grau de visibilidade, os trabalhadores de manutenção são frequentemente tratados como elementos invisíveis, cuja presença só é notada quando algo corre mal. Seu trabalho é essencialmente funcional, e sua relação com os moradores é quase inexistente, marcada por breves momentos de instrução ou supervisão, sem qualquer forma de interação social significativa.

Em suma, a invisibilidade dos trabalhadores de manutenção não é apenas uma característica prática do planejamento de Alphaville, mas também um mecanismo simbólico de perpetuação da desigualdade. Esses indivíduos têm o seu trabalho resumido à mera execução de tarefas e raramente possuem relação individualizada com os moradores. Esse processo de invisibilização reflete a lógica histórica de exploração, já debatida neste trabalho, tanto física quanto socialmente.

Em resumo, analisando estes três grupos principais, percebe-se a hierarquia de trabalho dentro de Alphaville como reprodução influenciada da lógica colonial. As funções essenciais para a manutenção da vida cotidiana, sendo desempenhadas por indivíduos de classes inferiorizadas, são mantidas a distância conveniente do espaço social e simbólico das elites. Assim como no período colonial, em que os trabalhadores escravizados eram inferiorizados e apartados das relações sociais, em Alphaville os trabalhadores são segregados fisicamente, limitados ao espaço da servidão.

Aqui, a ideia de "controle" também permeia essas relações de trabalho. A arquitetura e o planejamento urbano de Alphaville não apenas reforçam a separação, mas garantem que o espaço e o movimento dos empregados sejam constantemente vigiados e controlados. Isso é evidente nas rotinas de acesso controlado às portarias, e nas rotas de trabalho que evitam o contato direto com os moradores. Esse controle vai além do físico, ele também é simbólico, pois o trabalhador "interioriza" que não lhe cabe ultrapassar certos limites, tanto espaciais quanto sociais.

Esses limites são estabelecidos em cadeia pelos próprios trabalhadores, que reproduzem ordens e comportamentos. Isso inclui os seguranças que tratam com distância os empregados domésticos e prestadores de serviço, as empregadas domésticas que repassam as ordens de "entrada pelos fundos" a um jardineiro ou piscineiro, ou mesmo um segurança que segue um prestador de serviço até o endereço de trabalho.

Em suma, embora os tempos sejam outros, a estrutura de poder permanece. Alphaville, com seus muros, portarias e zonas segregadas, é uma reinterpretação contemporânea de um sistema de dominação. Os empregados, que realizam tarefas essenciais, continuam a ser tratados como subalternos, refletindo uma lógica de exploração que está profundamente enraizada na história do Brasil.

4.3 O lugar do morador

No subcapítulo anterior buscou-se analisar o papel dos empregados em Alphaville. Entretanto, para se obter uma compreensão completa das relações sociais, é necessário compreender também o lugar social que os moradores ocupam. A arquitetura e o urbanismo de Alphaville, por um lado, posicionam os empregados em recintos específicos, ao passo que também estabelecem o cenário ideal para que os moradores exerçam a sua posição de

dominância social e econômica. Os moradores de Alphaville, em sua maioria pertencentes às elites econômicas e sociais, se beneficiam diretamente de uma estrutura que reforça seu poder, estrutura essa baseada em exclusividade e segurança.

4.3.1 A perspectiva do morador sobre o espaço

O conceito de exclusividade é central na concepção de Alphaville. Toda a estrutura murada, os equipamentos luxuosos e as casas de alto padrão compõem um espaço de privilégio, sendo esse privilégio exclusivo de um número limitado de pessoas, que adquirem posição de vantagem e poder em relação aos outros.

Os moradores ocupam lugar privilegiado dentro do ecossistema: o seu privilégio se expressa materialmente pelo acesso irrestrito às áreas de lazer, aos espaços comuns, e principalmente têm o poder de controlar quem entra e sai de seus domínios. Ao contrário dos empregados, os moradores usufruem de uma liberdade de movimento que é facilitada pela infraestrutura dos condomínios, mas também do bairro, compreendendo os serviços disponíveis. Os condomínios são projetados de forma a oferecer conforto máximo aos moradores, com vias de excelente qualidade, sistemas de segurança privados e serviços ao domicílio, como academias, serviços de jardinagem, manutenção e limpeza.

Nas portarias, os moradores são sempre recebidos com cordialidade e rapidez pelos seguranças, que reconhecem a sua autoridade dentro daquele espaço. Como a maior parte dos moradores usa o automóvel para se locomover, o percurso até as residências é rápido, por ruas largas e arborizadas, paisagens cuidadosamente projetadas, que contribuem para criar uma sensação de controle e tranquilidade sobre o espaço.

Pela perspectiva dos moradores, os muros estão longe de ser vistos como uma limitação, figurando a garantia de que o espaço de convívio será preservado, imune às ameaças externas. Esse controle simbólico do espaço reafirma aos moradores a sua posição dominante, tanto em relação aos empregados, como quanto à restante da sociedade. Assim, o urbanismo de Alphaville, pela perspectiva de um morador, reforça a ideia de que o espaço público dos condomínios lhe pertence exclusivamente, e aos que com ele compartilham de seu status social.

4.3.2 A Segurança Ostensiva e Privilegiada

A questão da segurança em Alphaville oferece outro ponto essencial para adensar o debate sobre o lugar. Como já foi explorado, o medo da violência constitui uma das principais razões que levam as elites a escolherem enclaves fortificados para viver. A presença constante de vigilância armada, câmeras e rondas de segurança ajudam a criar uma percepção de controle absoluto. Se por um lado, isso garante tranquilidade aos moradores, por outro, reforça a segregação e a ideia de que a cidade compartilhada e o espaço público que não beneficia do mesmo tipo de controle seja constituído por lugares caóticos e perigosos.

Em termos simbólicos, a segurança em Alphaville vai além da proteção física. Ela se torna um marcador de status, onde o acesso à tranquilidade é garantido apenas aos que podem pagar. Ou seja, em Alphaville o espaço seguro torna-se um fator de diferenciação acrescentado, mais um símbolo de pertencimento a um grupo de elite.

Esse panorama que estrutura um lugar “ideal” em termos de segurança é um grande chamativo para os grupos que se sentem ameaçados e desprotegidos na cidade. À segurança ostensiva e à vigilância constante cabe assegurar que aquele é um espaço onde o rico pode

ostentar a sua riqueza sem medo de assaltos, ou sequestros. Pela perspectiva do morador, portanto, o sistema de segurança é primordial, não fazendo sequer sentido imaginar Alphaville sem este aspecto.

4.3.3 O *Habitus* da elite, Estilo de Vida e a reafirmação do poder

Para entender mais profundamente a perspectiva em que se inserem os moradores de Alphaville, é interessante integrar o conceito de estilo de vida, conforme desenvolvido por Pierre Bourdieu. Segundo o sociólogo, o estilo de vida é uma manifestação do *habitus*, ou seja, o conjunto de disposições adquiridas que levam a determinadas práticas e percepções de indivíduos e grupos, sempre relacionadas a sua posição social. Em Alphaville, o estilo de vida dos moradores reflete e reafirma seu lugar de privilégio na hierarquia social, onde isso ocorre por meio de práticas culturais, é denunciado por padrões de consumo e legível no modo de apropriação de espaços.

O *habitus* da elite que reside em Alphaville é muito moldado pela arquitetura do espaço, que naturaliza e legitima o privilégio. Os moradores internalizam a ideia de que desfrutar de espaços amplos, bem cuidados e seguros é um direito adquirido. O estilo de vida em Alphaville é marcado por claros aspectos: valorização da segurança, exclusividade e conforto. Esses ideais são traduzidos na forma de apropriação dos espaços, que compreende áreas de lazer privativas, clubes internos e paisagens verdes, por exemplo. Esse ambiente é construído para proporcionar a materialização das aspirações desse grupo, onde o isolamento em relação ao restante da sociedade se afigura como componente fundamental.

Nesses espaços, tornam-se possíveis comportamentos e atividades incompatíveis com o meio urbano que constitui São Paulo, na atualidade. Por exemplo, os moradores, ao circularem livremente, reafirmam sua percepção de controle e privilégio. Nos espaços fora dos muros seria impossível fazer isso com equivalente tranquilidade, por conta da violência urbana latente. Ou seja, faz parte do luxo de classe viver apartado da cidade caótica insegura, tornando-se o caminhar ao ar livre sem preocupação um “luxo”, que molda um status, e que faz parte de um estilo de vida. Esse pensamento é replicado em diversas outras dramaturgias associadas ao usufruto do espaço, que tornam os privilégios comportamentos por oposição: por outras palavras, muitos dos luxos que se veem Alphaville traduzem, na verdade, meras impossibilidades na cidade comum permeável à violência, que se tornam luxos por contraponto.

A composição do estilo de vida desse grupo passa, portanto, por uma variedade de outros pontos do comportamento dos indivíduos. Os quatro pontos abaixo serão explorados com maior atenção:

- Modo de locomoção;
- Locais de consumo;
- Ambientes de socialização;

Modo de locomoção: O modo de locomoção em Alphaville tem ligação direta com o estilo de vida e a posição hierárquica em que o indivíduo se insere. O meio de transporte é um reflexo da posição social de seus moradores e influencia o modo como se relacionam com o espaço. A dependência do automóvel é um aspecto central nesse estilo de vida, pois, como já foi apresentado, a estrutura urbana da área é planejada em função da circulação de veículos privados. Sendo o transporte público estruturado de forma precária e desconfortável, a locomoção privada se torna símbolo da

exclusividade e conforto. O carro, em Alphaville, não é apenas um meio de locomoção, mas um importante símbolo de status e distinção social. A posse de veículos de luxo é um marcador visível do poder aquisitivo dos moradores. Esses veículos reforçam o comportamento de uma elite que vê no consumo de bens materiais uma forma de expressar sua posição social. O automóvel torna-se, então, uma extensão da própria identidade, indicando não só o sucesso econômico, mas também a adesão a um estilo de vida confortável, privado e seguro. O automóvel, além de ser um meio prático de mobilidade, reforça a individualidade e o isolamento em relação ao resto da sociedade, permitindo que os moradores evitem o contato com o espaço urbano.



Figura 65 Casa de luxo em São Paulo com garagem para 18 carros. Fonte: Forbes Brasil. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2024/04/garagem-para-18-carros-e-spa-por-dentro-de-uma-casa-de-r-150-milhoes-em-sao-paulo/>. Acesso em: 12 de novembro de 2024

O estilo de vida em Alphaville reflete esse *habitus*, moldado não apenas por práticas individuais, mas por uma estrutura arquitetônica e um planejamento urbano que condicionam interações sociais que reforçam as relações desiguais de poder. Nesse caso, o planejamento da cidade tem papel ativo na manutenção da desigualdade, pelo que, um suporte mais adaptado a alternativas de locomoção, poderia contribuir para diluir a demarcação de hierarquias sociais.

Locais de consumo: Como já foi discutido, as estruturas que acolhem o consumo em Alphaville reforçam a segregação social, tanto pela dificuldade de acesso, como pelos preços praticados nos consumíveis. Ao pensar sobre a percepção do morador sobre este tipo de comércio, é interessante analisar que esse cenário surge em resultado de uma certa demanda. Projetados para atender a um público de alto poder aquisitivo, esses espaços oferecem produtos e serviços de alto padrão, reforçando a ideia de distinção social. Supermercados de luxo, restaurantes “gourmet” e lojas de “grife” compõem o quadro de estabelecimentos que vão além de atender às necessidades cotidianas, tornando-se outra forma de reafirmar o status e a identidade social dos habitantes.

Um exemplo claro dessa dinâmica é o Shopping Iguatemi Alphaville. A marca Iguatemi é proprietária de shopping centers de luxo pelo Brasil e encontrou em Alphaville o cenário perfeito para um novo empreendimento. Suas lojas de marcas internacionais, restaurantes sofisticados e espaços de lazer oferecem uma experiência de consumo altamente exclusiva, que antes só era possível na cidade de São Paulo. O centro comercial é frequentado majoritariamente por moradores da região, e não se torna

apenas um lugar de compras, mas um centro de socialização, onde o pertencimento ao grupo econômico e cultural da elite é reafirmado. A arquitetura e a disposição dos espaços do Iguatemi Alphaville contribuem para criar um ambiente confortável e seguro, onde a experiência de consumo é cuidadosamente controlada e a separação em relação ao restante da cidade é evidente, inclusive por características que se repetem nos condomínios, como o silêncio e a pouca quantidade de pessoas circulando.

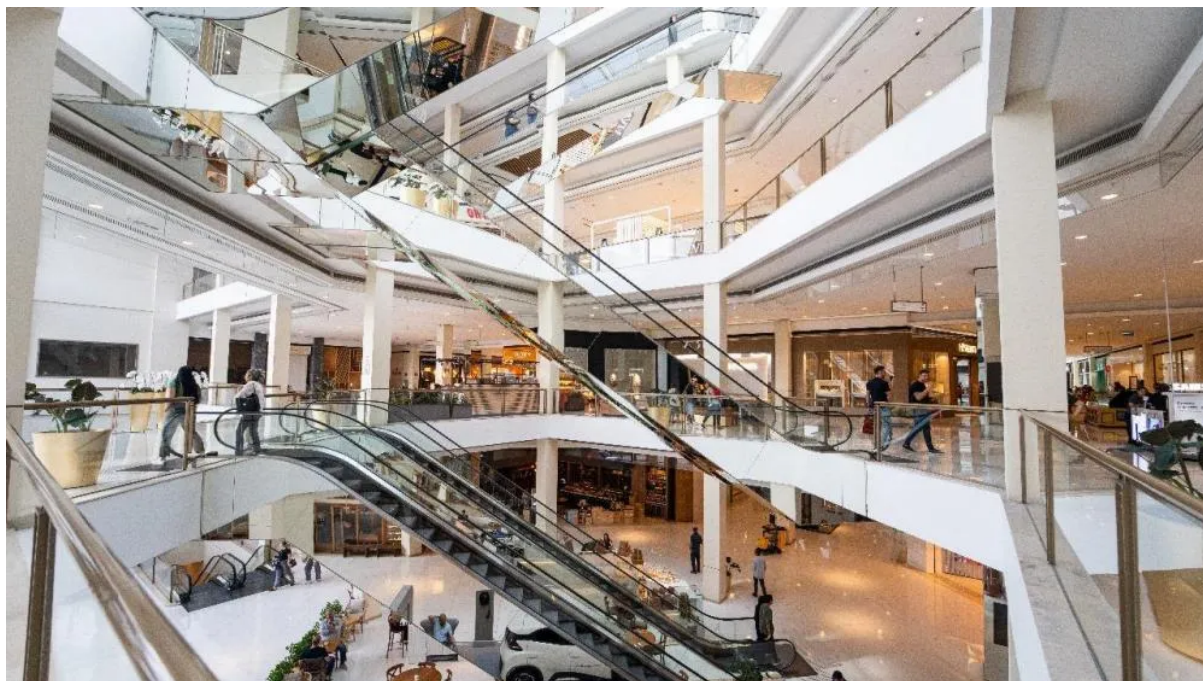


Figura 66 Interior Iguatemi Alphaville. (O Repórter Regional. 2024. Disponível em: <https://www.oreporterregional.com.br/noticia/88994/iguatemi-alphaville-inaugura-lojas-com-novas-marcas-que-elevam-experiencia-de-compras-e-lazer-na-regiao>. Acesso em: 8 de novembro)

O Shopping Iguatemi é emblemático pois demonstra a demanda por distanciamento desse grupo. Em menos de um quilômetro e meio está localizado o Shopping Tamboré, que é considerado um shopping menos exclusivo, pois atende em simultâneo o público das zonas periféricas de Alphaville. O Iguatemi é apenas um exemplo do comércio existente. Em geral, a localização estratégica de áreas de consumo, muitas vezes dentro dos próprios condomínios, garante que o consumo ocorra em um ambiente seguro e controlado, distante da agitação urbana tradicional e a salvo de outros grupos considerados indesejáveis. Essa segregação física reflete, mais uma vez, a intenção de preservar a homogeneidade social.

Além disso, a conveniência é um fator importante. Serviços personalizados e de alta qualidade estão sempre disponíveis, facilitando o dia a dia dos moradores e eliminando a necessidade de deslocamentos. Assim, o consumo em Alphaville não se limita à aquisição de bens, mas torna-se uma experiência que fortalece a sensação de pertencimento a uma comunidade, consolidando a posição dos moradores como parte de um grupo social privilegiado.

Em última análise, os locais de consumo em Alphaville contribuem para a construção de um espaço simbólico na percepção dos moradores, onde o acesso à exclusividade se materializa. O ato de frequentar esses lugares, portanto, é mais do que questão de

conveniência, uma prática que reafirma e reforça a posição social e o estilo de vida elitista que caracterizam o cotidiano desse grupo.

Ambientes de socialização: Os ambientes de socialização em Alphaville, analisados à luz da teoria de Pierre Bourdieu, desempenham um papel crucial na reprodução do *habitus* da elite, e na composição do estilo de vida deste grupo. Espaços, como clubes privados, academias, escolas e igrejas, são locais de consolidação e reprodução das relações de poder e distinção social, mantendo a posição privilegiada desses grupos. O conceito de *habitus* explica como as disposições culturais e sociais de um grupo são moldadas pelo espaço e pelas práticas cotidianas. De forma concreta, podemos observar um ambiente de socialização que deixa evidente essas disposições: as escolas.

As escolas desempenham um papel fundamental nesse contexto, pois não garantem apenas a educação formal das crianças. Tratando-se de espaços primários de socialização, servem a perpetuação dos valores da elite: as escolas de Alphaville possuem currículos internacionais e acesso a redes sociais exclusivas, preparando as novas gerações não só academicamente, mas também para manter e reforçar o capital cultural e social de suas famílias. O capital cultural, que envolve o conhecimento, as habilidades e as práticas culturais de um grupo, é transmitido principalmente através da educação. Essas escolas, ao oferecerem um ensino de excelência e acesso a um círculo social fechado, garantem que os filhos da elite recebam as disposições necessárias para perpetuar o *habitus* de sua classe.



Figura 67 Fachada da Escola Internacional de Alphaville. (International Schools Partnership. s.d. Disponível em: <https://internationalschoolspartnership.com/escola-internacional-de-alphaville-joins-isp/>. Acesso em: 8 de novembro de 2024.)

Além disso, a escolha da escola é, em si, uma demonstração de distinção social. Frequentar uma instituição de prestígio em Alphaville não assegura apenas um ensino

de qualidade, mas é mais um marcador simbólico de status. A convivência entre os filhos da elite nesses ambientes reforça os laços entre as famílias, fortalecendo as redes de relacionamento que garantirão futuros acessos a oportunidades profissionais e sociais. Assim como os clubes e restaurantes exclusivos, as escolas se tornam espaços de reprodução do poder e garantem que suas posições dominantes sejam transmitidas às próximas gerações.

Como é claro, entre estes espaços há também uma determinada hierarquização – não só nas escolas, mas nos clubes, supermercados e igrejas – suscetível de distinguir o grupo privilegiado dentro do grupo privilegiado. Essa distinção se materializa pela diferença de valor em produtos de um supermercado, ou pela mensalidade mais cara de uma escola, ou até um título de pertença a um clube que não aceita novos membros.

Portanto, os ambientes de socialização que as elites frequentam desempenham um papel central na construção e manutenção do estilo de vida entre os moradores. Eles traduzem ambientes de socialização controlados, onde as interações são filtradas pelo capital cultural e social que define a elite. Dessa forma, não só o sistema educacional em Alphaville, mas todos esses espaços de troca social reforçam as dinâmicas de poder e a exclusividade, contribuindo para a perpetuação das hierarquias sociais.

4.4 A exclusividade e distinção

Observou-se aqui, até agora, o modo como um exemplo de planejamento urbano ideologicamente posicionado molda as relações sociais entre os indivíduos inseridos neste lugar. Alphaville é esse paradigma de lugar construído e imaginado, que molda os comportamentos dos indivíduos segundo recortes de classe e raça. Uma síntese, baseada em Lefebvre, equivaleria a dizer que o espaço é concebido como tabuleiro de um jogo, onde as peças seguem determinadas regras.

O grande instrumento que determina as regras do jogo deste espaço urbano, e que embasa toda a narrativa estruturante deste projeto, é a exclusividade. A exclusividade em Alphaville não se limita a ser uma característica materializada no espaço, mas atua como um elemento central que define e hierarquiza os modos de vida, o acesso a recursos e as interações sociais.

Neste contexto, a exclusividade se manifesta em diversos níveis, desde o controle rigoroso de entrada e saída dos espaços, até à oferta de serviços e comodidades projetados exclusivamente para um público restrito. Assim, a arquitetura e o urbanismo de Alphaville configuram uma “organização do privilégio”, onde os limites físicos, como muros e portarias, são reforçados por práticas sociais que reforçam a separação entre moradores e a restante sociedade. Este isolamento contribui para que os residentes internalizem uma identidade de grupo, pautada por uma suposta superioridade social e econômica.

O produto dessa identidade de grupo é, portanto, um conjunto de pessoas que se sente apartado da sociedade geral por direito adquirido. Esse direito é o que justifica que os outros não tenham acesso ao que este grupo tem, e que teria sido, afinal, de acordo com uma lógica autorreferida, meritoriamente conquistado. A exclusividade é, deste modo, motor e justificativa de um modo de vida, não mero benefício, mas um dispositivo ideológico que atua para manter e reproduzir uma estrutura de poder social. Ao garantir que os privilégios sejam acessíveis somente a um grupo específico, Alphaville solidifica a distinção social, transmitindo aos

moradores a ideia de que fazem parte de uma elite com direitos e privilégios superiores. Esta distinção se expressa não apenas nas propriedades materiais do lugar, mas principalmente em práticas cotidianas que reforçam o *habitus* da elite, naturalizando a segregação e legitimando a desigualdade social como um aspecto inerente do espaço.

Como foi demonstrado o “lugar” de cada indivíduo neste contexto social é determinado por sua posição e reforçado pelo seu percurso, no fundo, pelo modo de ocupação do espaço. Em outras palavras, o direito explícito e não explícito ao lugar é o que determina quais direitos cada grupo possui. O que este capítulo se propôs explorar foi justamente esse lugar imaginado e percebido que os grupos, e por consequência os indivíduos que os compõem, ocupam. Observou-se aqui como o lugar social do morador se associa a direitos de “liberdade”, “acessos” e “escolhas”, ao passo que o lugar social dos empregados é, em contrapartida, o da “limitação”, das “regras” e da “demarcação”.

Capítulo 5 - Alphaville e o reforço dos lugares sociais por meio do lugar físico

O presente capítulo propõe demonstrar o panorama urbano e arquitetônico descrito até aqui. Como foi anteriormente mostrado, as relações de poder imperam sobre os indivíduos no espaço em estudo. Alphaville tem como base fundacional essas relações, e como consequência, o espaço construído acompanha a lógica hierárquica. Neste momento do trabalho, passa a ser objetivo analisar como tais fenômenos culminam em uma dinâmica social específica, produto de uma ideologia.

O processo histórico de apropriação do território, a construção de um projeto urbano e arquitetônico ideologicamente posicionado, os muros como materialização de um ideal simbólico e a hierarquização dos indivíduos por classe, são os principais fatores desse cenário. O objetivo deste capítulo é demonstrar como se conjugam esses ingredientes na vivência do espaço, e para tal efeito serão analisadas três situações paradigmáticas:

- O movimento cotidiano: rotas e lugares;
- O isolamento sanitário em Alphaville;
- O poder do lugar social, um retrato do processo histórico.

5.1 O movimento cotidiano

Os percursos e movimentações dentro das estruturas muradas, que aqui se denominaram de enclaves fortificados, são sintomáticos e constituem prova daquilo que foi, entretanto, exposto. Este excerto pretende demonstrar o previamente descrito a partir de dois focos: quem é o indivíduo que se locomove nesse espaço; e como ele se locomove. Em suma, quais os direitos de acesso ao espaço de que cada um possui?

Para isso, com base em observações de campo, e em relatos do cotidiano da rotina de um condomínio em Alphaville, será exposto em forma de relato uma dramaturgia observável daquilo que foi descrito até agora. O movimento e os deslocamentos dos indivíduos serão observados a partir do seu lugar social, que legitimam ou não seu direito ao espaço. Pretende-se observar aqui os diferentes percursos de cada tipo de indivíduo no cotidiano. O que se segue é uma descrição de um dia “típico” deste lugar, em dias de semana, tendo sido escolhido para a observação o enclave designado por Associação Residencial Alphaville 11:

- 6:00 - 7:30 → O dia se inicia e dois fluxos principais são percebidos, a saída de moradores e a entrada de funcionários. Alguns moradores saem neste horário para o trabalho, mas o fluxo de saída principal é o das crianças e adolescentes indo para a escola. Como consequência, o fluxo de entrada engloba autocarros e vans escolares que buscam os estudantes. Neste horário inicia-se também a entrada de funcionárias domésticas e a fila de prestadores de serviço, que neste horário ainda não são admitidos. Os únicos prestadores de serviço admitidos neste horário são profissionais do esporte, como professores de tênis ou personal trainers.
- 7:30 - 8:00 → Neste horário se intensifica a entrada de empregadas domésticas e começa um fluxo maior de saída para o trabalho dos moradores.
- 8:00 - 9:00 → Inicia-se um fluxo de entrada de prestadores de serviço, já que estes são só liberados neste horário, até lá a fila da entrada do serviço se intensifica. Dentre estes trabalhadores estão jardineiros, pedreiros, piscineiros, passeadores de cães, etc.

- 9:00 - 12:00 → Neste período o fluxo se estabiliza, as saídas e entradas continuam consoante o ritmo dos moradores e prestadores de serviço, neste período há a entrada de prestadores de serviços esporádicos como manicures e entregas de lavanderia.
- 12:00 - 14:00 → O período do almoço é um horário de pico de entrada e saída de moradores por conta do final do período letivo da manhã, os estudantes voltam para as casas para o almoço, seja de autocarro escolar ou, em geral, mães que buscam seus filhos. No sentido oposto há moradores que levam os filhos para a escola no período da tarde, ou outros compromissos, como aulas de inglês ou esportes. Neste período cresce a entrada de entregadores de comida por conta do horário de almoço.
- 14:00 - 17:00 → O período da tarde tem um fluxo relativamente mais tranquilo, continuam de acordo com as rotinas de trabalho as entradas e saídas dos mais diversos prestadores, serviços de entrega e moradores.
- 17:00 - 22:00 → Em geral a parte da noite possui um movimento conciso de chegada do trabalho por parte dos moradores e o movimento das áreas de lazer se intensifica.

Neste cronograma de um dia típico alguns pontos são transversais que não se encerram em horários específicos. Durante o dia todo há a entrada de visitantes, sem limite de horário. A segurança permanece em ronda e em pontos específicos, como portaria, ao longo dos muros e em áreas de lazer 24 horas por dia.

Tendo este breve cronograma como base para compreender a dinâmica de movimento de um condomínio, é interessante observar o ritual de desdobramento dos percursos por cada “tipo de gente”. Ou seja, distinguir como cada grupo social se move a partir de seu lugar social como parte de um grupo hierarquizado.

Os grupos observados aqui distinguem-se, em linhas gerais, entre moradores, visitantes, empregados e seguranças, sendo os empregados o grupo com mais subdivisões:

- **Moradores:** O modo de locomoção dos moradores é em geral por automóvel, a não ser que estejam em uma caminhada recreativa ou se direcionando para a área de lazer. Para a entrada pela portaria o morador tem duas guaritas reservadas para si, onde deve abrir a janela para o reconhecimento facial e liberação. Na entrada, um segurança está posicionado entre as cancelas para cumprimentar os moradores.
- **Visitantes:** Os visitantes circulam, em geral, como os moradores, apesar da entrada separada e a apresentação de documentos para identificação, o visitante possui mais liberdade de locomoção e precisa apenas da liberação caucionada por um morador.
- **Empregadas domésticas:** As empregadas domésticas têm horários mais ou menos definidos, geralmente começando por volta das sete horas da manhã e estendendo-se até o final da tarde. A sua entrada é restrita, determinada por uma autorização prévia do morador, o que chega a comportar um cadastro biométrico e um registro de reconhecimento facial. O acesso ocorre por uma entrada separada, destinada exclusivamente aos prestadores de serviço e funcionários. Diferente dos moradores, não têm livre circulação por todas as áreas do condomínio, sendo limitadas às residências e, eventualmente, às áreas de lazer acompanhadas das crianças ou dos moradores, para quem trabalham. Na saída dessas trabalhadoras, elas passam por um processo ainda mais estrito, onde são revistados suas bolsas e pertences. Essa revista consiste na checagem para impedir furtos de bens dos patrões, e essa é uma medida especial, determinada pelos empregadores e comunicada através de um documento entregue à segurança. É direito do morador, portanto, expor cotidianamente o seu funcionário a esse constrangimento.

- **Prestadores de serviços gerais:** Os prestadores de serviço são admitidos a partir das oito horas da manhã e a sua circulação é bastante rígida, tanto na entrada quanto no acesso a áreas específicas. Eles utilizam uma entrada separada, e assim como as empregadas domésticas, são frequentemente submetidos a processos de identificação mais rigorosos, principalmente no cadastramento e revista de veículos, ou até na verificação de contratos de trabalho. Esse processo é longo e demorado, o que resulta em longas filas de espera na entrada desses trabalhadores, que perdem até uma hora nesse processo. Após a entrada, muitos deles são acompanhados pela segurança ou têm rotas pré-definidas até o local onde prestarão o serviço. A circulação deles ocorre, em grande parte, nas áreas externas das casas, como jardins, piscinas e fachadas, com pouca ou nenhuma interação com os moradores, a não ser no caso de serviços mais específicos.
- **Prestadores de serviços exclusivos:** Os prestadores de serviço exclusivos, não por acaso, possuem um tratamento diferenciado, tanto no acesso como na circulação. Profissionais como arquitetos, veterinários, personal trainers e outros podem ser liberados pela entrada de visitantes e muitas vezes gozam do mesmo tratamento que um. A questão é que, apesar de prestarem serviços, se encontram acima na hierarquia social, relativamente aos outros funcionários.
- **Seguranças:** Os seguranças fazem parte do grupo com mais liberdade de circulação no condomínio. Sua função é zelar pela segurança de todas as áreas, desde as portarias até os espaços comuns, tal como áreas de lazer e ruas internas, e até mesmo, verificar a segurança de casas vazias, quando os seus moradores viajam (por exemplo). Sua movimentação ocorre 24 horas por dia, tanto em postos de controle específicos, quanto móveis, com rondas constantes, realizadas a pé, de motocicleta ou em carros de segurança identificados. A presença deles é altamente sinalizada e reforça a hierarquia espacial, uma vez que são responsáveis pela vigilância dos limites físicos do condomínio, como muros e cercas, e pela regulação dos acessos de visitantes e prestadores de serviço.

A descrição desses movimentos revela o modo como diferentes grupos têm trajetórias e tratamentos claramente distintos, baseados e definidos por seu lugar na dinâmica social e pela função que desempenham dentro do enclave. As movimentações flexíveis dos moradores privilegiam o conforto e a segurança, enquanto as dos trabalhadores, especialmente os empregados domésticos e prestadores de serviço “braçais”, são rigidamente estruturadas e controladas. A segurança, por sua vez, exerce uma função intermediária, e garante a manutenção dessas hierarquias, assegurando que cada grupo permaneça dentro dos limites do que é considerado seu "espaço de direito".

Essa distinção gritante evidencia a segregação e a hierarquização dos direitos de acesso, o que reforça o conceito do planejamento urbano de Alphaville como um espaço fortemente controlado, onde o acesso e a circulação são regulados de acordo com o status social do indivíduo. Resulta importante destacar e pôr em paralelo esta reflexão com o que foi relatado ao longo desta pesquisa. Quando se observa esta dinâmica de modo isolado, é muito comum relativizar e minimizar o peso desta dinâmica, se não se levar em conta o contexto histórico e a sistematização ideológica.

Em geral, a observação dos moldes e comportamentos individuais e coletivos de Alphaville está sempre associada a uma causalidade simplista. Por exemplo, é comum diante de indagações ouvir:

- Por que há muros? → Porque lá fora é perigoso.
- Por que as entradas são separadas? → Porque precisa organizar, imagina a bagunça que não seria?
- Por que os transportes públicos não são eficientes? → Porque o governo não faz nada, o ideal é privatizar.
- Por que as funcionárias são em sua maioria mulheres negras?

O que se pode concluir com a justaposição destes capítulos, até agora, é que as práticas observadas no espaço urbano de Alphaville são frutos de um sistema complexo de causalidade: resultam das várias causas e dos vários efeitos do processo histórico, do posicionamento ideológico, e da justificativa deles por eles mesmos, ou seja, da reprodução e perpetuação do *habitus* descrito por Bourdieu.

5.2 Alphaville e a crise sanitária

O espaço materializado, o lugar físico que é objeto central desta pesquisa, opera como uma verdadeira "máquina". No subcapítulo anterior, foi possível observar como a urbanidade de Alphaville determina ritmos e limites, tanto quanto à configuração do espaço, como aos rituais observados nos indivíduos. Neste ponto da pesquisa, com o panorama histórico, morfológico e social de Alphaville já demonstrados, é relevante observar essa "máquina" em funcionamento. Essa "máquina" é, em essência, o espaço construído de uma forma específica, que, diante de certas circunstâncias, configura a "tempestade perfeita". A concepção de Alphaville tem como base o isolamento e, em 2020, o ano da pandemia, esse bairro se mostrou, de certa forma, predisposto a enfrentar tal cenário.

5.2.1. Os muros como proteção e isolamento durante a pandemia

Durante a pandemia de COVID-19, os muros de Alphaville adquiriram uma nova vertente simbólica, além do afastamento da violência urbana, os muros se tornaram uma proteção contra o contágio. O isolamento físico, intrínseco à vida cotidiana nos condomínios, foi intensificado pelas medidas de quarentena. Dentro deste contexto, os muros tornaram-se um escudo, que permitiu aos moradores manterem uma certa continuidade em suas rotinas diárias. Obviamente, esta rotina foi adaptada, porém os muros aliados à baixa densidade populacional, permitiriam ainda caminhadas ao ar livre e até a prática de alguns esportes.

A normalidade cotidiana da imunização em Alphaville permitiu a fácil incorporação das medidas restritivas nos condomínios. Ao contrário das populações que viviam em áreas de alta densidade e em condições habitacionais mais precárias, Alphaville ofereceu um espaço urbano propício para a manutenção do distanciamento físico. A exclusividade de seus muros garantiu que a vida seguisse com poucos sobressaltos, com os moradores usufruindo de um espaço altamente controlado e seguro.

Nesse âmbito, a pretensa autossuficiência dos condomínios desempenhou um papel fundamental. Com a infraestrutura interna bem equipada, áreas de lazer e serviços de entrega, os residentes de Alphaville tiveram acesso ao que necessitavam sem precisar, necessariamente, de transpor os muros. Isso permitiu minimizar o contato com o lado de fora, e permitiu que os moradores mantivessem a sua sensação de segurança e bem-estar. Esse isolamento não só ampliou a matriz de segregação social distinguível entre Alphaville e as áreas circundantes,

como também reforçou a percepção do enclave como mundo à parte, autônomo e imune, em certa medida, às crises que afetaram o resto da cidade.

É importante ressaltar que a possibilidade de continuar dentro dos muros para a maior parte das atividades se deu pelo privilégio do trabalho remoto, privilégio este que os funcionários das próprias casas não tiveram. A COVID-19, portanto, acentuou as desigualdades já fortemente enraizadas no tecido social brasileiro. Em Alphaville, o contraste entre os que estavam dentro e os que estavam fora tornou-se ainda mais evidente. Enquanto os moradores dos condomínios podiam contar com serviços de saúde de excelência, como os laboratórios móveis para exames, e a tecnologia necessária para implementar o trabalho remoto, os trabalhadores que serviam a esse grupo, vindos das periferias, foram expostos diariamente aos riscos do transporte público lotado, e à falta de medidas de segurança sanitária adequadas. Neste grupo estão as empregadas domésticas, piscineiros, jardineiros, seguranças privados, motoristas, etc.

Essa situação limite revelou de maneira explícita as desigualdades econômicas e sociais. Enquanto Alphaville permaneceu um espaço protegido, quase impermeável à crise que se desenrolava do lado de fora de seus muros, as comunidades vizinhas enfrentaram os impactos devastadores do aumento do desemprego e da queda na qualidade de vida. Em suma, o muro que sempre simbolizou uma divisão real e social, se tornou um ícone ainda mais forte da distância que separa esses dois mundos. A pandemia não criou novas desigualdades, mas lançou uma nova luz às que já existiam, funcionando os muros como demarcadores de uma hierarquia socioeconômica.

Essa hierarquia é clara na relação entre os moradores de Alphaville e os trabalhadores que mantêm o condomínio funcionando, e é importante observar como esta dinâmica foi profundamente impactada pela pandemia. Os trabalhadores essenciais, empregadas domésticas, seguranças, jardineiros e entregadores, continuaram a prestar serviços fundamentais para o cotidiano dos moradores, mas agora sujeitos ao risco constante de exposição ao vírus. Em paralelo, os residentes podiam se dar ao luxo do isolamento, e realizar suas atividades remotamente, enquanto os trabalhadores não chegaram a ter tal opção. Houve, em casos mais raros, funcionários que ficaram em suas casas recebendo salário da forma devida. Porém, muito mais comum, seriam os casos de interrupção do trabalho, expondo o funcionário ao contágio em transportes públicos; interrupção do trabalho de empregadas domésticas que começaram a dormir na casa dos patrões; jardineiros que eram impedidos de entrar nas casas para evitar exposição, etc.

Além do impacto nos trabalhadores formais, neste período, o país viu um aumento vertiginoso do trabalho informal, principalmente pela dependência dos serviços de entrega, que transformou a dinâmica dentro dos muros. O crescimento do número de entregadores e prestadores de serviços, entrando e saindo dos condomínios, reforçou a distinção entre aqueles que estavam protegidos e aqueles que, embora essenciais, permaneciam vulneráveis. A crise revelou a fragilidade da posição desses trabalhadores, que serviam uma classe abastada, mas sem compartilhar dos benefícios da proteção oferecida pelos muros. Em muitos casos, trabalhadores que antes da pandemia possuíam vínculo formal, tiveram que ingressar no mercado informal, seja como fonte primária de renda, ou como complemento. O cenário do trabalho na pandemia se arrastou e a herança da aceleração do trabalho precarizado não foi revertida. Após a pandemia, esse tipo de trabalho continua crescendo, e esse crescimento tem como grande motor os discursos ideológicos sobre empreendedorismo, que avessos à lógica do

trabalho organizado e da contratação coletiva, induzem à crença em ilusória independência e pressuposta mobilidade social.

Refletindo sobre os impactos do lado de dentro, o resultado dessa dinâmica social separada por muros foi a criação de novos medos, face ao que o “outro” poderia trazer. Os muros, portanto, que sempre serviram para afastar o medo do crime e da violência urbana, tornaram-se por acréscimo barreiras imunitárias contra o medo biológico. A pandemia reforçou o discurso do medo, aumentando a ideia no imaginário coletivo, de que o que estava do lado de fora era perigoso, e como tal, precisava ser mantido à distância. A cidade, que já era vista como uma ameaça, se tornou ainda mais temida, agora associada não só à violência, mas também à contaminação pelo vírus.

Esse medo reforçou o isolamento psicológico e social que já existia em Alphaville. O contato com o "outro" se tornou ainda mais limitado, e os moradores dos enclaves se fecharam ainda mais em suas bolhas de convivência, cultivando a distância que, embora desde sempre presente, encontrava agora uma justificativa renovada no risco à saúde. O distanciamento social, que já era uma característica da vida dentro dos muros, foi aprofundado e consolidado pela pandemia, transformando Alphaville em um espaço ainda mais segregado, apartado da realidade urbana que a circunda.

5.2.2 Impacto da pandemia nos enclaves fortificados

Em resumo, a pandemia não criou novas formas de segregação, mas amplificou as que já estavam profundamente enraizadas no cotidiano, neste caso de Alphaville. Os muros, como barreiras sanitárias, reforçaram a percepção de Alphaville como um espaço autossuficiente, isolado e seguro, separado das ameaças, aliando-se a prerrogativa da higiene social à higiene sanitária. As desigualdades sociais foram exacerbadas e a pandemia revelou as diferenças entre quem podia se isolar com segurança, e quem precisava continuar a circular, mesmo expondo-se ao risco.

Com o fim da pandemia, a lógica de segregação social e espacial que define Alphaville não deixou de operar, agora reforçada e “apurada” pelas experiências vividas durante a crise. Estes espaços de enclave seguiram funcionando como espaços à parte, protegidos e distantes das vulnerabilidades que afetam a restante sociedade.

Seria impossível não relacionar este caso ao trabalho de Bourdieu. A pandemia, como evento histórico que foi, reforçou o *habitus* de isolamento e privilégio que caracteriza a elite de Alphaville. A separação física e social foi solidificada pelas medidas de distanciamento impostas pela crise. O que antes era escolha conceitual, viver em isolamento hedonista, se tornou uma necessidade, justificando as disposições de exclusividade que moldam o comportamento da classe dominante.

Além disso, a pandemia colocou em causa a relação entre o espaço público e o privado. Em Alphaville, o espaço privado expandiu-se como alternativa, para que as necessidades dos moradores fossem satisfeitas sem a necessidade de sair do perímetro materializado pelos seus muros. O espaço público, por sua vez, foi marginalizado, sublinhando-se a sua percepção como local de risco. Essa ressignificação do espaço revela como o *habitus* da elite se adaptou e reforçou suas práticas de distanciamento e controle, perpetuando as dinâmicas de exclusão que estruturam a vida em Alphaville.

5.3 O poder do lugar social, um retrato do processo histórico.

Toda a construção urbana e social de Alphaville, detalhada ao longo deste trabalho, revela como um projeto urbano de cidade pode atuar como um agente legitimador de hierarquias sociais e de poder. A formação desse conjunto de enclaves fortificados não se limita a atender demandas por segurança e conforto. O que a análise histórica, somada ao contexto morfológico e às dinâmicas sociais descritas ilustram, é como Alphaville consolida um lugar social exclusivo, reservado a uma elite. E que, por meio da produção da arquitetura e do planejamento urbano, se institucionaliza um poder simbólico e material sobre o espaço, e por consequência, sobre a condição do outro.

No cotidiano, não faltam cenas de exemplificação do exercício de poder de um indivíduo sobre outro. Destaca-se, porém, um exemplo emblemático do modo como essa hierarquia se sobrepõe à lógica, à lei e até ao bom senso. O episódio que se tornou notícia ²³ envolve a abordagem de um policial a um empresário do bairro, este caso estará aqui descrito pois é uma imagem clara, talvez se Alphaville tivesse de ser retratada por apenas uma imagem a foto desta cena seria sintética. Segue abaixo a transcrição do ocorrido:

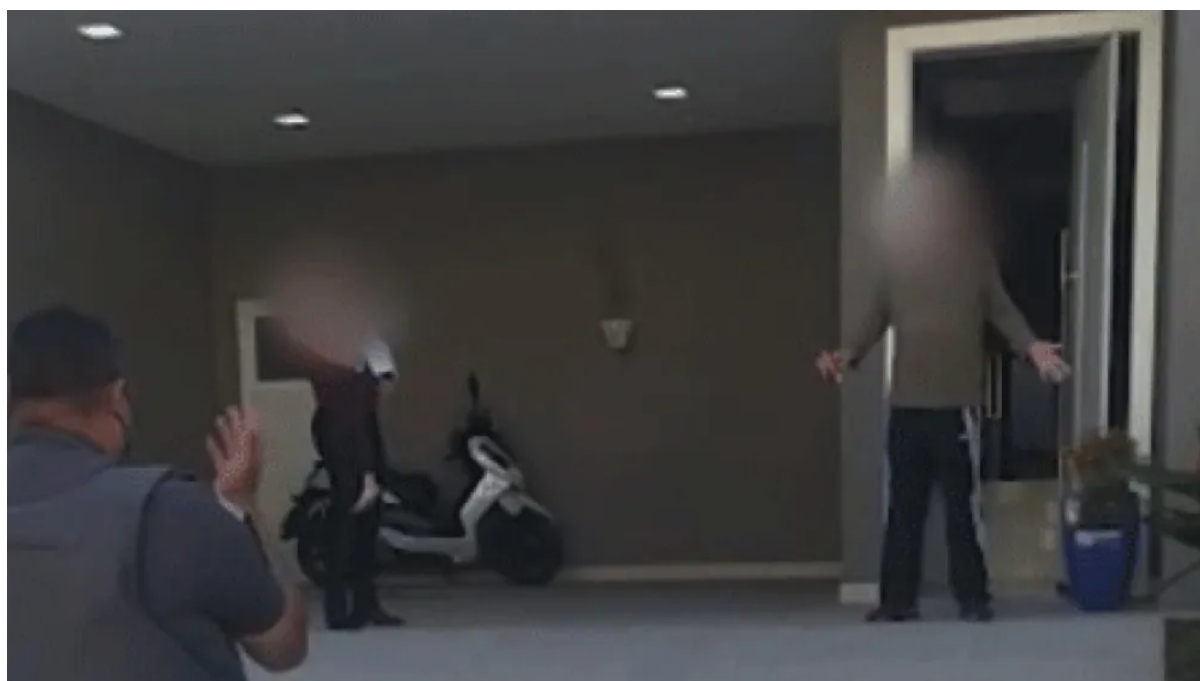


Figura 68 Morador de condomínio de luxo detido após ameaças (G1, 2020). Fonte: G1 São Paulo.

Morador: *Tem filho da puta de um polícia de merda, querendo invadir a minha casa e me levar preso. Por favor, vem pra cá agora!*

[Pessoa ao celular responde]

Morador: *porque um filho da puta, de um merda!* [Entretanto, a esposa, com uma criança, filha de ambos, fala ao mesmo tempo algo para o esposo, mas que é imperceptível]. *Você é secretário de segurança, vem pra cá e me ajuda. Porque esse bosta, esse gordo filho da puta, tá achando que ele é o quê? Esse merda do caralho!*

²³ G1. Morador de condomínio de luxo de SP suspeito de violência doméstica é detido após ameaçar e xingar PM de 'lixo'; veja vídeo. G1 São Paulo, 31 maio 2020.

Por favor, Marinho, vem aqui e me ajuda! Tô te pedindo! Eu tô te pedindo! [Seguidamente, o morador, falando diretamente para o agente de autoridade, se exalta ainda mais:] *não pisa na minha calçada! Não pisa na minha rua, eu vou te chutar na cara, filha da puta! Eu vou te chutar na cara! Não pisa na minha calçada! Você é um lixo seu merda!* [Voltando a falar para a pessoa ao celular, continua dizendo:] *Marinho, vem pra cá agora! Traz o secretário de segurança pública, traz o secretário que tiver que trazer. E leva esse filho da puta pra casa do caralho.*

[Pessoa ao celular responde]

Morador: *Vem aqui agora, por favor! Por favor, tô te pedindo. Tá? Eu tô te pedindo.*

[Pessoa ao celular responde]

Morador: *Esse PM [policial militar] de merda do caralho! Traz o Furlan [prefeito do município], traz a puta que pariu! Traz quem você tem que trazer, mas tira esse lixo da minha casa!*

Agente da autoridade: [talvez fala:] *controle-se.*

Morador [para o agente da autoridade]: *Eu quero você na puta que pariu, mano! Vai para a puta que pariu!* [Imperceptível] *eu tenho uns 50 caras pra enfrentar você.*

Agente da autoridade: *Mas você não é homem de vir.*

Morador: *E não sou mesmo! Sabe por quê? Porque você é um bosta! Você é um merda de um PM [policial militar] que ganha R\$ 1 mil por mês. Eu ganho [voltando-se e apontando para a própria casa] R\$ 300 mil por mês. Eu quero que ce se foda, seu lixo do caralho!"*

Morador [dirigindo-se à pessoa no celular]: *Marinho, me ajuda! Tá? Me ajuda, tá?*

[Pessoa ao celular responde]

Morador: *É.* [dirigindo-se, novamente, ao agente da autoridade, diz:] *você vai se foder seu merda. Você não me conhece. Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. Aqui é Alphaville, mano! Aqui...* [agente de autoridade fala algo imperceptível]. *Foda-de! E aí? Sobe aqui. Quero ver se você é macho de subir aqui. Você vai ver o processo que você vai responder na sua vida, seu bosta do caralho, seu lixo! Você, e essa puta do caralho* [dirigindo-se a uma agente da autoridade].²⁴

A situação descrita mostra como a posição de poder do morador o coloca em um lugar seguro para destratar a autoridade: o comportamento hostil e desrespeitoso, a postura de superioridade e intolerância frente à autoridade policial inscreve-se como atitude legitimada pelo próprio contexto, que Alphaville reitera como "normalidade", a superioridade de uma classe sobre a outra. Essa situação evidencia a confiança que alguns moradores depositam na sua posição social, a qual parece lhes conferir uma imunidade simbólica, alimentada pelo isolamento físico e social de Alphaville. O que já seria absurdo pelo desrespeito ao policial se expande quando posto em comparação com abordagens policiais nas periferias brasileiras. A

²⁴ YouTube. Transcrição de fala retirada do vídeo: *Empresário de Alphaville humilha PM*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PJCxS4eFn70>. Acesso em: 19 nov. 2024.

truculência bárbara da polícia brasileira é amplamente conhecida, seguem abaixo alguns casos emblemáticos:

- Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, um garçom no Rio de Janeiro, foi morto após a Polícia Militar confundir o guarda-chuva que ele carregava com um fuzil. Ele aguardava a chegada de sua família quando foi alvejado com três tiros;
- Genivaldo de Jesus Santos, um homem negro de 38 anos, foi assassinado em maio de 2022, em Sergipe. Durante uma abordagem policial, agentes da Polícia Rodoviária Federal colocaram Genivaldo em uma viatura e acionaram gás lacrimogêneo no interior do veículo, criando uma "câmara de gás". O homem, que sofria de esquizofrenia, morreu por asfixia mecânica e insuficiência respiratória aguda;
- Em Aracaju, Gabriel dos Santos, de 29 anos, foi morto por um policial militar que confundiu o celular da vítima com uma arma.

O episódio do desacato descrito mais acima revela mais do que uma simples afronta à autoridade, quando posto em comparação aos outros casos de violência policial ele se potencializa e expõe uma dinâmica social construída e fortalecida ao longo de séculos. Em Alphaville, a urbanização transcende o planejamento formal de cidade e se consolida como um sistema que perpetua lugares de distinção. A figura do enclave, seja comercial ou residencial, com suas barreiras físicas e simbólicas, não apenas protege seus moradores da "insegurança" externa, mas reforça uma narrativa de superioridade e poder. O comportamento do morador descrito no episódio não é um ato isolado: é uma consequência direta de um contexto em que a arquitetura e o planejamento urbano sustentam, reforçam e legitimam hierarquias sociais.

Conclusão

A análise até aqui feita, ao explorar as nuances da formação e manutenção de Alphaville, demonstra como a exclusividade do espaço urbano molda o comportamento e as interações sociais. A segregação física, marcada pelos muros e portarias, espelha a segregação social e econômica. O bairro torna-se um palco onde o *habitus* da elite se manifesta, e onde a dominação simbólica se concretiza através da própria organização do espaço. No entanto, é preciso ir além da constatação da exclusão e observar o que Alphaville revela sobre a própria elite que ali se estabelece.

Em termos gerais, as discussões sobre desigualdade e violência costumam focar nos aspectos da carência e das dificuldades enfrentadas pelas classes menos favorecidas. Essa abordagem, embora essencial, deixa em segundo plano uma questão igualmente relevante: o que significa habitar o outro lado do muro? Quais são as implicações do "excesso" que a classe dominante acumula? Alphaville, ao refletir um estilo de vida pautado pela ostentação e pela busca constante por segurança e exclusividade, expõe as consequências do acúmulo de capital e de privilégios. Esse acúmulo, por sua vez, molda práticas e comportamentos que reforçam a segregação e a reprodução das desigualdades.

A configuração do espaço em Alphaville é, então, uma manifestação concreta de um modelo de urbanismo que não apenas responde a demandas individuais, mas cria e mantém uma estrutura coletiva que beneficia poucos em detrimento de muitos. O conceito de *habitus*, conforme descrito por Bourdieu, nos ajuda a compreender que os comportamentos exibidos, como o desdém pelo agente público, são internalizações de uma prática social que vê o espaço como um bem a ser dominado e controlado. Essa prática é, simultaneamente, um reflexo e uma produtora das condições de existência que perpetuam a desigualdade.

Henri Lefebvre, por sua vez, nos oferece uma perspectiva complementar: o espaço é tanto produto quanto produtor de relações sociais. Em Alphaville, o espaço é projetado para criar um microcosmo de poder, onde os moradores podem atuar em uma realidade paralela, longe das demandas sociais e das consequências que suas ações têm para o tecido urbano como um todo. É esse ambiente que nutre a percepção de invulnerabilidade e legitima comportamentos de desrespeito e dominação.

A análise final que emerge desta reflexão é que, para entender as dinâmicas de exclusão e dominação, não basta apenas observar as necessidades do lado oprimido; é crucial investigar o que existe em excesso no lado oposto. A segurança, o luxo e a privacidade desfrutados em Alphaville são sustentados por um sistema de desigualdade que encontra no espaço urbano um instrumento de perpetuação. O isolamento físico não é apenas uma barreira contra o "outro", mas também um fator que reforça o distanciamento moral e social entre classes.

Assim, a conclusão que se impõe é que Alphaville, e outros enclaves semelhantes, não são apenas reflexos passivos das desigualdades brasileiras; são catalisadores que aprofundam essas divisões. A análise de Alphaville como um microcosmo da realidade nacional revela que a solução para uma sociedade mais justa exige não apenas uma redistribuição material, mas uma transformação estrutural que repense as práticas de urbanismo e a concentração de privilégios. Somente ao reconhecer o impacto do *habitus* elitista e ao desafiar as normas espaciais que perpetuam essa lógica, será possível caminhar em direção a um futuro mais equitativo e coeso.

Bibliografia

AZEVEDO, Aroldo. *Aldeia e Aldeamento de Índios.* In *Estudos de Geografia Humana e Histórica.* São Paulo, 1959. **BOURDIEU, Pierre.** *A Distinção: Crítica Social do Julgamento.* São Paulo: Editora Zouk, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.* 2ª edição. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000. ISBN 85-316-1889-9.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana." *Public Culture* 8, no. 2 (1996): 303–328. Traduzido por Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 47 (março de 1997).

CAMPOS, Luiza. *Alphaville: Do Lado de Dentro do Muro.* 2009. Distribuição independente.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala.* 51ª ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GODARD, Jean-Luc. *Alphaville: une étrange aventure de Lemmy Caution.* Filme, 1965.

GUATELLI, Mauro Teixeira. "Residências em Alphaville, nos Municípios de Barueri e Santana de Parnaíba." Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2012.

GUERRA, Mariana Falcone. "Vende-se Qualidade de Vida: Alphaville Barueri – Implantação e Consolidação de uma Cidade Privada." Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço.* Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Publicado originalmente como *La Production de l'Espace* em 1974. Baseado na 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MATIAS, Keidy Narely Costa. "Amante da Utopia, Partidário do Possível: Introdução ao Pensamento de Henri Lefebvre." Monografia de bacharelado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MOTTA, Maria Márcia Menendes. *Sesmarias e o Mito da Primeira Ocupação.* Publicado originalmente em *Ler História*, nº 45, 2003. Também publicado com pequenas alterações em *Revista de História*, 2004.

O Estado de São Paulo. Reportagens sobre Alphaville e propagandas dos anos 1970.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas.* São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 1995. ISBN 85-314-0121-6.

Revista Poder Aquisitivo. Propaganda sobre Alphaville I. Edição de 1983.

ROIPHE, Sandra Regina. "Uma Análise da Evolução do Programa de Necessidades nas Residências do Alphaville Residencial 10." Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2007.

RUSSELL, Bertrand. *In Praise of Idleness.* 1932.

SANTOS, Regina Célia Bega dos. "Alphaville e Tamboré: Circunstâncias Históricas Medievais na Apropriação de Terras para Condomínio de Alto Padrão." *Boletim Paulista de Geografia*, no. 85 (2006): 71–86.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental.* Tradução de Marcos Aarão Reis, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. ISBN 85-01-04620-5.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. "A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: Uma Leitura Contemporânea." *Revista Brasileira de Educação*, no. 20 (maio–ago. 2002): 60–70.

SILVA, Carolina Pescatori Cândido da. "Alphaville e a (Des)Construção da Cidade no Brasil." Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2016.

VERAZANI, Katiane Soares. "Assenhorar-se de Terras Indígenas: Barueri – Sécs. XVI–XIX." Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.